

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARCELO KOCHENBORGER SCARPARO

**"A justiça do nosso domínio": a dimensão geopolítica na  
cultura historiográfica luso-americana da primeira metade do  
século XVIII**

São Paulo - SP  
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARCELO KOCHENBORGER SCARPARO

**"A justiça do nosso domínio": a dimensão geopolítica na  
cultura historiográfica luso-americana da primeira metade do  
século XVIII**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social, pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof. Dra. Iris Kantor

São Paulo - SP  
2015

Marcelo Kochenborger Scarparo

"A justiça do nosso domínio": a dimensão geopolítica na cultura historiográfica luso-americana da primeira metade do século XVIII

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social, pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof. Dra. Iris Kantor

Conceito:

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

---

*Para os meus pais.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço à professora Iris Kantor pela acolhida e pelas sugestões e contribuições que iluminaram os caminhos para a realização deste trabalho. Agradeço também à professora Mara Rodrigues, que me apresentou o tema aqui desenvolvido e me acompanhou desde os primeiros passos na minha formação como historiador.

Sou grato aos professores que participaram do exame de qualificação deste trabalho, Maria Lêda Oliveira e Pedro Puntoni. Sua leitura atenta e seus comentários precisos contribuíram enormemente para aprimorar as ideias aqui contidas.

Aos professores José Jobson de Andrade Arruda, Maria Arminda do Nascimento Arruda e Laura de Mello e Souza, com quem tive a grande honra de compartilhar e discutir ideias. Também agradeço à Cátedra Jaime Cortesão, que acolheu muitos desses encontros.

Pelas sugestões bibliográficas, ideias e leituras prévias, agradeço a Alberto Schneider, Renato Martins, Leandro Villarino, Gabriel Aladrén e Roberto Pereira Silva. Em especial ao Carlos de Quadros e ao Eduardo Peruzzo, que junto a mim deixaram a "querência" e acompanharam de perto essa caminhada.

Sou grato ao amigo e professor do Colégio de Aplicação da UFRGS Vanderlei Machado. Quando esta pesquisa ainda estava começando a tomar forma de um projeto, seu apoio e seus comentários foram decisivos. Além disso, oportunizou a inclusão das temáticas aqui trabalhadas na prática docente, acompanhando minha formação como educador.

Aos colegas professores e funcionários da E. M. E. F. Ver. Antônio Giúdice, pelo apoio e compreensão. Especialmente aos professores Manoel José Ávila da Silva, Artur Duarte Peixoto e Saulo Neves de Oliveira, que muito contribuíram para esta pesquisa com ideias e com companheirismo nos momentos mais difíceis.

Agradeço ainda à CAPES, pela bolsa concedida, que viabilizou a execução desta pesquisa.

Gostaria de registrar meu sincero agradecimento aos meus amigos, pela compreensão e pelo carinho. Em especial ao Leonardo Azevedo, ao Walter Sousa e ao Pedro Meirelles, que não se afastaram apesar da distância.

Agradeço aos meus familiares, que muito se esforçaram apoiando a execução deste trabalho. Em especial aos meus irmãos, Eduardo e Roberta, com quem sempre pude contar; aos meus avós Hélio (*in memoriam*) e Lacy, que sempre me ofereceram todo o carinho; à Letícia, cuja companhia tornou meus dias muito mais alegres. Aos meus pais, Helena e Paulo, que apoiaram em todos os sentidos esta caminhada. Foram leitores atentos e sinceros deste trabalho, e também exemplos de carinho, de dedicação e de superação.

Por fim, agradeço enormemente à Marla, minha companheira de tantas jornadas. Não faria sentido toda essa caminhada sem o carinho, a compreensão, o amor e o gosto pela vida que compartilhamos.

*Um oceano de músculos verdes  
Um ídolo de muitos braços como um polvo  
Caos incorruptível que irrompe  
E tumulto ordenado  
Bailarino contorcido  
Em redor dos navios esticados*

*Atravessamos fileiras de cavalos  
Que sacudiam suas crinas nos alísios*

*O mar tornou-se de repente muito novo e muito antigo  
Para mostrar as praias  
E um povo  
De homens recém-criados ainda cor de barro  
Ainda nus ainda deslumbrados.*

Sophia de Mello Bryner Andresen. *Geografia*. Lisboa:  
Editorial Caminho, 2004, p. 69.

## RESUMO

Esta dissertação aborda a dimensão geopolítica associada à cultura historiográfica luso-americana no início do século XVIII. Para tanto, examina as produções historiográficas da Academia Brasílica dos Esquecidos, instituída na cidade de Salvador, no ano de 1724. As *Dissertações Históricas*, produzidas pela dita Academia, assim como as obras de Sebastião da Rocha Pita, *Tratado Político e História da América Portuguesa*, constituíram as principais fontes para análise. O processo de investigação possibilitou considerar representações sociais que se estabeleceram a partir da atividade de escrita de uma história acerca dos domínios ultramarinos lusitanos. A construção desse conhecimento foi estratégica para a realização de um projeto político e articulou a memória, saberes e práticas diplomáticas, num contexto permeado de mudanças nas concepções jurídicas e intelectuais que embasavam as disputas territoriais. Inseriu-se, assim, no plano das políticas interna e externa de Portugal ao longo dos séculos XVII e XVIII. Nesse processo, estiveram envolvidas concepções clássicas revisitadas a partir da cultura ilustrada, rediscutindo simbologias, conceitos e práticas associadas à escrita da história e às territorialidades.

Palavras-chave: Cultura Ilustrada; Academia Brasílica dos Esquecidos; Geopolítica; Historiografia; Representações Sociais.



## ABSTRACT

This dissertation is on the geopolitical dimension associated to the early eighteenth century Luso-American historiographical culture. Therefore, it examines the historiographical works of the Academia Brasílica dos Esquecidos, instituted in Salvador, Brazil, in 1724. The *Historical Dissertations*, elaborated by the Academy members, as well as the works of Sebastião da Rocha Pita, *Tratado Político e História da América Portuguesa*, constituted the main sources for analysis. The investigation process made it possible to consider social representations settled from the activity of writing History about Portugal's overseas domains. The construction of this knowledge was strategic for the realization of a political project and articulated the memory and the diplomatic practices, in a context of juridical and intellectual shifts concerning the territorial order. The Academy was inserted in the field of the internal and external policies of Portugal throughout the seventeenth and eighteenth centuries. In this process, classical categories were revisited, giving new meanings to symbols, concepts, and practices associated with the writing of History and with the territorialities.

Key-words: Illuminist Culture; Academia Brasílica dos Esquecidos; Geopolitics; Historiography; Social Representations.

# SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2. HISTÓRIA E DIPLOMACIA</b> .....	17
2.1. A CULTURA DAS LUZES EM PORTUGAL E NO BRASIL.....	17
2.2. O LOCUS HISTORIOGRÁFICO LUSO-AMERICANO .....	27
2.3. ESPACIALIDADES E TEMPORALIDADES: DIPLOMATAS E HISTORIADORES.....	39
<b>3 A HISTORIOGRAFIA EM DEFESA DO IMPÉRIO</b> .....	60
3.1. "ARMAS & LETRAS": GEOPOLÍTICA E CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA IMPERIAL .....	60
3.2. A JUSTA CONQUISTA: ÁSIA, ÁFRICA E AMÉRICA NAS DISSERTAÇÕES HISTÓRICAS .....	83
3.3. A JUSTIÇA DA GUERRA E O DOMÍNIO DOS SERTÕES .....	93
<b>4. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E VOCABULÁRIO POLÍTICO</b> .....	117
4.1. "O IMPÉRIO DO MUNDO": CORPO NATURAL E CORPO POLÍTICO ..	118
4.1.1. Corpo e Saúde Política .....	132
4.2. IMPÉRIO E PROVIDÊNCIA DIVINA .....	139
4.3. JUSTIÇA E SOBERANIA .....	150
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A GEOPOLÍTICA E A CULTURA HISTORIOGRÁFICA LUSO-AMERICANA</b> .....	166
<b>FONTES</b> .....	169
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	172

## 1. INTRODUÇÃO

“[...] muitos mais estudos e muitos mais livros que os que eu tenho, pois não basta a gramática, é necessária a geografia e a história, o direito civil e canônico, a política e a teologia porque a todas estas artes e ciências toca para algum lado a verdadeira inteligência da palavra território. Toca à teologia que trata das leis municipais que não obriga em consciência fora do território. Toca à política para distinguir os confins dos estados. À ciência canônica para se saber onde se acham lugares em que se estenda a jurisdição dos prelados, e a obrigação dos párocos. Ao direito civil para regular o poder dos magistrados. À História para dar a conhecer a extensão dos domínios, à geografia para a descrição das terras e finalmente à gramática para dar inteligência dos autores, juízo da palavra território.”<sup>1</sup>

A noção de território, mote da escrita de D. Manuel Caetano de Sousa (1658-1734) em 1720, pautou o pensamento social português da época, especialmente influenciado pela realização de tarefas direcionadas à propagação de cultura e poder, quais sejam as tradicionais práticas lusitanas de navegar, “descobrir” e civilizar. Da mesma forma, a produção de conhecimento historiográfico luso- americano no século XVIII foi marcada pela noção de território. Era urgente a necessidade de representar tanto os espaços conhecidos quanto os desconhecidos, a fim de garantir os domínios e expandir as conquistas portuguesas.

Neste período, mudanças nos campos político, social, econômico e cultural se desenhavam no Reino e alhures. Pela Europa, pelo Novo Mundo e também pelo Oriente se desenhava um cenário pleno de tensões entre as

---

<sup>1</sup> D. Manuel Caetano de Sousa (BNP. Res. Mss. COD. 3301 – Dissertação da verdadeira inteligência da extensão de terra que significa pela palavra território, f. 21. [c. 1720]) (Introdução). Apud: Iris Kantor. Soberania e territorialidade colonial: Academia Real de História Portuguesa e a América Portuguesa (1720). In: DORÉ, Andrea; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). *Temas Setecentistas: governos e populações no império português*. Curitiba: UFPR, 2009, v. 1. p. 237.

práticas sociais tradicionais e as transformações aportadas pelas práticas ilustradas que ascendiam e caracterizavam novas perspectivas quanto aos conhecimentos, às práticas e aos valores. Como afirmou Le Goff, "doravante a ciência e a razão alimentam a reflexão filosófica que se torna cada vez mais livre, irreverente e audaciosa em relação à religião e ao poder político".<sup>2</sup>

Em geral, tratava-se de um contexto de refutação de alguns pressupostos dominantes anteriormente, marcado pela desconfiança das autoridades tradicionais e pelo repúdio aos dogmas e autoridades católicas. Desse modo, os embates estabeleceram tensões quanto à pertinência dos preceitos da escolástica frente as ideias de ciência e razão difundidas a partir de então.<sup>3</sup> Em um cenário de constrangimento do poder da Igreja, até então referencia para o estabelecimento do pensamento e das práticas sociais da época, Portugal se via numa situação delicada em especial considerando a necessidade de defender seus domínios ultramarinos, consagrados nas bulas pontifícias. Tendo em vista as particularidades dos reinos cristãos, a Ilustração se desenvolveu de modo bastante específico na península ibérica. Todavia isso mobilizou práticas e discursos, promovendo transformações nas relações de conhecimento e representação dos espaços no Reino e no Ultramar.

Especificamente no caso português, junto ao impacto das Luzes, havia necessidade de revitalizar o Estado, muitas vezes submetido - devido à sua debilidade militar - a interesses estrangeiros e ameaçado pelo aumento da concorrência territorial entre as potências europeias. Os investimentos da Coroa Portuguesa se concentraram, então, na articulação de estratégias que garantissem a legitimação jurídica do território, através de um processo de acumulação de saberes sobre os espaços nos quais se concentravam os interesses do Reino. Dentre as estratégias, está a construção de um campo de estudos históricos e geográficos. Para tanto, o Reino passou a estabelecer políticas de mecenato e instituir conhecimentos que garantissem o

---

<sup>2</sup> Jacques Le Goff. Uma breve história da Europa, Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 98

<sup>3</sup> Diogo Lúcio Vieira . Livros científicos na circulação livreira portugal-brasil (1768-1800) ilustração e renovação cultural e pedagógica. In: VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. *Anais do VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação*. Uberlândia, 2006, p. 4198.

reconhecimento de suas conquistas, através da construção de uma história oficial dos domínios ultramarinos<sup>4</sup>.

Como decorrência, a mediação, a projeção e a legitimação das práticas de soberania poderiam ser expressas nas representações sociais do espaço. Tratou-se de um complexo e dinâmico processo que implicou a gestão das dimensões políticas, econômicas e simbólicas presentes nos contextos de consolidação da América Portuguesa.

A geração de um campo de estudos históricos implicou o uso da memória como objeto privilegiado da política<sup>5</sup>. Se associarmos esse intento às práticas ilustradas, tem-se a construção de um pensamento pautado pela centralidade da razão, que argumenta em favor das grandes conquistas e da legitimidade dos domínios atribuídos ao Reino. Assim, as práticas intelectuais voltadas para a memória se relacionaram com a cultura das Luzes presente na Europa, o qual propunha que o conhecimento, conquistado pelo pensamento racional, poderia construir uma sociedade melhor e tornar os seres humanos mais felizes.

Por meio da chancela do Reino, interessado em manter e ampliar seus domínios territoriais foram instituídos espaços nos quais acadêmicos produziam conhecimentos historiográficos, num processo de acomodação dos registros do passado aos questionamentos e necessidades advindos do presente.

Nessa perspectiva, em 1720, foi fundada a Academia Real de História Portuguesa por D. João V (1689-1750). Tratou-se de um marco para a historiografia lusitana, especialmente se considerarmos os domínios americanos. O contexto de mudança geopolítica associado à fundação dessa instituição favoreceu a formulação de perspectivas para o direito imperial, fortalecendo argumentos para a territorialização portuguesa<sup>6</sup>. Mais tarde, no

---

<sup>4</sup> O interesse da Academia Real de História no Ultramar foi destacado por Joaquim Veríssimo Serrão em *A Historiografia Portuguesa*, v. 3, Lisboa: Editorial Verbo, 1972, p. 252. O autor considera a importância econômica assumida pela América como uma causa desse destaque. Iris Kantor, *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2004, também aponta para a mesma questão, reforçando aspectos geopolíticos relacionados à atividade erudita. p. 45-57.

<sup>5</sup> Isabel Ferreira da Mota. *A Academia Real de História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Minerva, 2003. p. 241-261.

<sup>6</sup> Iris Kantor. Soberania e territorialidade colonial: Academia Real de História Portuguesa e a América Portuguesa (1720). In: Andrea Doré & Antonio Cesar de Almeida Santos (orgs.).

Brasil, em 1724, o vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes (1673-1741) chancelou a Academia Brasílica dos Esquecidos. Essa se reuniu por, aproximadamente, um ano, com o objetivo de discutir dissertações históricas propostas por seus membros<sup>7</sup>, além de obras poéticas. A produção da Academia dos Esquecidos esteve associada, portanto, aos esforços de resignificação da História de Portugal, de seus monarcas e de seus domínios - tarefa atribuída, no Reino, à Academia Real de História Portuguesa - sem, no entanto, abandonar as particularidades atinentes à atividade erudita praticada desde o espaço colonial.

Na presente pesquisa pretende-se compreender de que forma se relaciona a cultura historiográfica luso-americana com a dimensão geopolítica a ela atinente. Para tanto, buscamos apoio na noção de representações sociais, aqui entendida como uma modalidade de conhecimento específico que influencia na efetivação de comportamentos e na comunicação entre as pessoas.<sup>8</sup> Elas nomeiam e definem diferentes aspectos da realidade, tornando-se uma estrutura de mediação em contexto que liga “sujeitos a outros sujeitos e ao objeto-mundo”.<sup>9</sup> Conforme pondera Denise Jodelet, as representações sociais "circulam nos discursos, são carregadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens mediáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos materiais ou espaciais".<sup>10</sup>

Por participarem da constituição de um contexto sociocultural, as representações sociais interferem diretamente nos modos de interpretar, instituir e adotar posições sobre o saber construído e compartilhado. Nessa perspectiva, são também ferramentas para a conquista e manutenção de espaços de poder.

---

*Temas Setecentistas: governos e populações no império português*. Curitiba: UFPR, 2009, v. 1, p. 232-239.

<sup>7</sup> Conforme as diretrizes da congênere reinol, a Academia dos Esquecidos distribuiu as tarefas segundo o modelo historiográfico clássico: político, eclesiástico, natural e militar. Ao que se sabe, foram realizados dezoito encontros dessa academia, sendo apresentadas obras historiográficas e também poesias.

<sup>8</sup> Serge Moscovici. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

<sup>9</sup> Sandra Jovchelovitch. *Psicologia Social, saber, comunidade e cultura*. *Psicologia & Sociedade*, 16 (2): 20-31; maio/ago.2004., p.22.

<sup>10</sup> Denise Jodelet. *Représentations sociales: un domaine en expansion*. In D. Jodelet (Ed.) *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/media/3432753/jodelet-drs-um-dominio-em-expansao.pdf>>. Consultado em 26 de abril/2015, p. 1.

No caso da temática aqui abordada, o estudo centrou-se no processo de realização de um projeto político e institucional que articulou a memória, o conhecimento geográfico, a cultura historiográfica e as atividades diplomáticas, num contexto de intensas mudanças paradigmáticas. Tais mudanças impactaram a vida política e intelectual da época, transformando os modos de pensar o mundo e as relações humanas. Buscamos visibilizar as especificidades desse processo no que se refere à premência de dar sentido às fronteiras e legitimar os processos de territorialização portuguesa.

\* \* \*

Esta pesquisa está estruturada em três capítulos inter-relacionados, visando responder a questionamentos que partem do mais geral ao mais específico: iniciaremos por uma análise do contexto intelectual e diplomático da Europa Moderna para, a partir disso, buscar a compreensão das representações sociais associadas à instituição de territorialidades portuguesas na América e do vocabulário associado a essas representações.

O primeiro capítulo, *História e Diplomacia*, buscará discutir a pertinência de ideias políticas antigas e modernas na composição da diplomacia portuguesa e também na historiografia luso-americana dos séculos XVII e XVIII. Sua primeira subdivisão, *A Cultura das Luzes em Portugal e no Brasil*, tratará da questão da cultura ilustrada em terras lusitanas, especialmente considerando as especificidades desse processo na primeira metade do século XVIII, atentando para a pertinência de elementos neoescolásticos na cultura letrada portuguesa. O segundo subcapítulo, *O Locus Historiográfico Luso-Americano*, abordará mais diretamente as práticas de escrita historiográfica no contexto brasileiro, considerando as relações estabelecidas entre a Academia Brasileira dos Esquecidos e o momento intelectual no qual essa agremiação se desenvolveu. Por fim, o último subcapítulo, *Espacialidades e Temporalidades: Diplomatas e Historiadores*, consiste num esforço de apontar as relações entre diplomatas e historiadores na primeira metade do século XVIII, visando discutir

a pertinência das ideias geopolíticas para a historiografia e a importância da historiografia acadêmica para o bom andamento das negociações diplomáticas.

O segundo capítulo, *A Historiografia em Defesa do Império*, propõe analisar a fundamentação do Império Português estabelecida pelas representações presentes nos textos da Academia Brasileira dos Esquecidos. Sua primeira subdivisão, "*Armas & Letras*": *geopolítica e construção da memória histórica imperial*, aborda a influência do planejamento geopolítico do Império Português para a escrita da história no contexto acadêmico, especialmente quando considerada a importância concedida à fundamentação dos domínios ultramarinos. O segundo subcapítulo, *A Justa Conquista: Ásia, África e América nas Dissertações Históricas*, aborda a ideia de conquista e das representações da expansão ultramarina, comparando aspectos da investida ao Oriente com os da chegada à América. A última subdivisão, *A Justiça da Guerra e o Domínio dos Sertões*, abordará a relação entre as áreas conhecidas e desconhecidas da América, constituindo a representação dos sertões. As políticas indigenistas também serão abordadas como constituintes da ideia de ocupação e defesa do território, assim como da execução das obrigações dispostas nas bulas pontifícias de que os portugueses, por muito tempo, utilizaram-se para reclamar seu domínio.

O capítulo final, *Representações Sociais e Vocabulário Político*, estabelece uma discussão acerca das significações do direito imperial vinculadas à perspectiva da historiografia acadêmica luso-americana. Para tanto, consideramos a pertinência, no âmbito acadêmico setecentista, de um vocabulário político capaz de compor representações da América condizentes com o projeto de política externa da monarquia portuguesa, ao mesmo tempo em que dialogava com as particularidades do pensamento americano. O primeiro subcapítulo, "*O Império do Mundo*": *Corpo Natural e Corpo Político*, trata das representações de similitude entre natureza e Estado, atentando para os sentidos daí advindos quanto às práticas e aos juízos de governo. A segunda divisão do capítulo, *Império e Providência Divina*, aborda a recorrente menção aos temas proféticos pelos membros da Academia dos Esquecidos em suas obras, associando as questões religiosas ao projeto político defendido pelos letrados brasílicos. Por fim, no subcapítulo *Justiça e Soberania* são



relacionadas as noções geopolíticas inseridas na narração das guerras contra França e Holanda com as representações sociais identificadas anteriormente.

## 2. HISTÓRIA E DIPLOMACIA

Este capítulo abordará a relação entre a situação pela qual passava a diplomacia portuguesa no início do século XVIII e a historiografia luso-americana. Com essa finalidade, trataremos, em um primeiro momento, da situação da cultura portuguesa nesse período, tendo em vista a condição do Reino e de seus domínios ultramarinos frente à cultura ilustrada que proliferou a partir do último quartel do século precedente. Trataremos das condições de estabelecimento de um *locus* historiográfico no continente americano, dotado de características próprias, ainda que ligado às práticas acadêmicas e intelectuais de origem reinol. Finalmente, trataremos da relação entre a cultura historiográfica estabelecida no Reino e na América com a atividade diplomática, compreendendo a representação da História e da Geografia da América como um projeto geopolítico e institucional inserido na perspectiva da ampliação e da manutenção do império ultramarino português.

### 2.1 A CULTURA DAS LUZES EM PORTUGAL E NO BRASIL

Trataremos, nesta seção, do contexto intelectual em que se estabeleceram as primeiras academias letradas luso-americanas. Será abordada a pertinência da aplicação do conceito de Iluminismo para tratar da filosofia desenvolvida na península Ibérica e na América. Em especial, buscamos compreender de que forma os acadêmicos luso-americanos se inseriam na República de Letras em expansão, considerando as

especificidades concernentes aos reinos ibéricos e também aos seus domínios no Novo Mundo.

\* \* \*

O processo de formação dos impérios coloniais trouxe consigo uma série de transformações intelectuais e culturais. Serge Gruzinski o descreve em termos de uma mundialização cultural, representada, no século XVI, pelo ensino de Filosofia aristotélica por todas as partes do mundo, acompanhando a expansão ibérica. Sublinha, contudo, que tal forma de mundialização não pode ser considerada como um fenómeno cujo protagonismo está circunscrito ao âmbito da Europa. No caso espanhol, letrados que escreviam em solo americano também exportaram - ainda durante o Seiscentos - seus comentários e reflexões, construindo uma rede cultural multipolar.<sup>11</sup>

Ao mesmo tempo, o conhecimento geográfico passa a integrar com grande destaque as políticas das potências europeias. A busca pela precisão e a influência crescente das ciências exatas no pensamento moderno contribuíram para o desenvolvimento de mapas e cartas eficientes para orientar para as ações do Estado. Jaime Cortesão, ao descrever as marcas da cultura seiscentista destaca que as ciências e as técnicas caracterizavam-se pelo aspecto matemático, pela ponderação e pela mensuração precisas. Escreve: “Mede-se o tempo mede-se a luz mede-se o espaço”.<sup>12</sup> Com a ampliação das técnicas e saberes vinculados à medição espacial, a leitura e a elaboração de cartas e mapas se torna mais crítica e complexa. O desenvolvimento da cartografia se torna, pouco a pouco, condição de existência das potências europeias.

O Estado, cuja base territorial se reforça, baseia o poder nos seus exércitos e na sua armada: é mais fácil fazê-los manobrar quando se dispõe de mapas para visualizar o teatro de operações. A expansão

---

<sup>11</sup> Serge Gruzinski. *Las Cuatro Partes del Mundo: historia de una mundialización*. México: Fondo de Cultura Económica, 2010. p 370-389.

<sup>12</sup> Jaime Cortesão. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. São Paulo: Horizonte, 2008, p. 37.

ultramarina, que incita as Descobertas, reclama também ajudas gráficas. Com o progresso da artilharia e, correlativamente, o das fortificações, os oficiais devem saber ler e desenhar plantas.<sup>13</sup>

Não sem razão, ao longo dos séculos XVII e XVIII, diversas associações letradas vão proliferar não só pelo continente europeu, mas também em espaços distantes das principais cidades do Velho Mundo. Ao passo que as dinâmicas territoriais se modificaram, foi necessário também promover a adaptação dos ambientes literários destinados a representar os espaços em expansão no ultramar. Como veremos nas páginas seguintes, o contexto geopolítico e o contexto letrado luso-americano estiveram fortemente conectados. Não raro, historiadores eram convocados a prestar ajuda aos diplomatas encarregados das contendas internacionais que proliferaram nessa época.<sup>14</sup>

O momento histórico em que se originaram as primeiras academias em território luso-americano se caracteriza por intensos debates filosóficos, que Paul Hazard denominou "*crise da consciência europeia*". Tal conceituação denota um movimento que provém do renascimento e se desenvolve até a Revolução Francesa. Trata-se de um confronto da tradição católica com ideias divergentes elaboradas a partir da Reforma Protestante, que teria mudado as formas de ser e pensar. Entre os séculos XVII e XVIII, a Europa assistiu o acirramento das discussões sobre autenticidade de textos sagrados, assim como a afirmação de uma compreensão da natureza mais fundada na razão.<sup>15</sup>

A partir da metade do século XVII, a crise intelectual se mostra cada vez mais contundente. Além de afetar o âmbito dos letrados, a cultura ilustrada afetou profundamente as relações políticas e sociais, de maneira geral.

Em termos históricos, Estado e Igreja trabalhavam em conjunto e desde meados do século XVI tinham enfrentado o desafio de confessionalizar a população com sucesso espetacular. Fossem católicos, luteranos, calvinistas ou anglicanos, os europeus ocidentais tinham sido agrupados em blocos doutrinários coesos deveras resistentes às teologias rivais. No entanto, quando a primeira leva de dissidência deixou de ser teológica e passou a ser filosófica, houve

---

<sup>13</sup> Paul Claval. *História da Geografia*. São Paulo: Edições 70 Brasil, 2007, p. 37.

<sup>14</sup> Iris Kantor. *Esquecidos e Renascidos*. Op. Cit. p. 55.

<sup>15</sup> Paul Hazard. *La Crise de la Conscience Européenne: 1680-1715*. Paris: Librairie Générale Française, 2009, p. 118-188.

uma perda inexorável de coordenação na colaboração entre o Estado e a Igreja nas esferas cultural, educacional e intelectual<sup>16</sup>

Essas transformações forçavam uma tomada de decisões por parte dos representantes de cada estado, assim como das igrejas. Não se tratava de uma simples escolha entre a tradição e as novas perspectivas filosóficas. Muitas possibilidades estavam abertas e, em função delas, se definia toda uma visão de mundo.

A guerra de filosofias da Europa durante o Iluminismo Primitivo até 1750 nunca se confinou à esfera intelectual e nunca foi, em lugar algum, um caminho reto e de duas mãos entre os tradicionalistas e os *modernii*. Em lugar disso, a rivalidade entre a corrente principal moderada e a ala radical foi desde sempre uma parte integral do drama, da mesma forma como entre o Iluminismo moderado e a oposição conservadora. Nessa batalha triangular de ideias, o que em última instância estava em jogo era o tipo de sistema de crenças que deveria prevalecer na política, na ordem social e nas instituições europeias, bem como na cultura elevada e, não menos importante, nas atitudes populares.<sup>17</sup>

Definir um processo de tal complexidade por meio de um conceito, no entanto, abre espaço para uma série de controvérsias. A historiografia dos séculos XX e XXI muito tem discutido modelos interpretativos possíveis para abranger essa matéria. Aqui nos interessa, especialmente, compreender a pertinência das práticas ilustradas na cultura luso-americana, ou seja, a inserção dos letrados vinculados ao Reino de Portugal no espaço e no tempo das Luzes.

A própria existência do Iluminismo em Portugal, especialmente antes da segunda metade do século XVIII é, como veremos, bastante controversa na historiografia. Conforme apontou Júnia Ferreira Furtado<sup>18</sup>, esse problema deriva de aportes metodológicos que levam a interpretações tautológicas, deterministas e lineares do processo histórico. O conceito, não entendido na forma como era aplicado pelos *savants* setecentistas, mas como um modelo construído *a posteriori* para explicar um fenômeno, acaba por estruturar uma

---

<sup>16</sup> Jonathan Israel. *Iluminismo Radical: a filosofia e a construção da modernidade: 1650-1750*. São Paulo: Madras, 2009, p. 35.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 38.

<sup>18</sup> Júnia Ferreira Furtado. *Oráculos da Geografia Iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: IEAT/ Editora UFMG, 2012, p. 73-75.

ideia limitada desse período da história intelectual. Ao considerar uma espécie "ideal" de Iluminismo, se entende qualquer diferença como exceção à regra. A cultura portuguesa setecentista ocupa, nessas interpretações, justamente o lugar de um desvio, quando comparada à representação das Luzes radicais da França pós-revolucionária.

É bastante comum, nos estudos de História Intelectual da Era Moderna, a abordagem eurocêntrica e, muitas vezes, francocêntrica. A interpretação de Ernst Cassirer, por exemplo, estabeleceu a existência das práticas ilustradas enquanto um fenômeno francês por excelência, com ramificações por outras partes do mundo. De acordo com essa perspectiva,

o pensamento do século XVIII, tal como o consideramos até o presente momento, corresponde em suma ao desenvolvimento do espírito analítico que é, sobretudo, um fenômeno francês. Na verdade, a França era a pátria, a própria terra clássica da análise desde que Descartes consumara a reforma, a transformação radical da filosofia.<sup>19</sup>

As mudanças no campo intelectual, conforme descritas por Hazard, tem como centros a França e a Inglaterra, e esse processo é, como afirmado no próprio conceito que dá título à obra, *européu*. Essa forma de interpretação acaba, portanto, por excluir expoentes letrados de regiões distantes da Europa, assim como por limitar a compreensão possível sobre o mesmo processo em algumas partes do Velho Mundo, como na península Ibérica. Hazard chega a afirmar que, em finais do século XVII e inícios do século XVIII, "l'Espagne ne vivait plus dans le présent"<sup>20</sup>, quanto à sua história intelectual. Portugal, por sua vez, é frequentemente associado a um "atraso" cultural em relação a outras partes da Europa.<sup>21</sup>

Essas afirmações encontram sustentação em leituras realizadas ainda no século XVIII, em especial a partir de sua segunda metade. No entanto, se trata de uma crítica advinda de opositores da forma de pensamento predominante na península Ibérica. No quinto volume da *Encyclopédie*,

---

<sup>19</sup> Ernst Cassirer. *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora Unicamp, 1992, p. 50

<sup>20</sup> Paul Hazard, *La crise de la conscience européenne*. Op. Cit. p. 59.

<sup>21</sup> Ver, por exemplo, Hernani Cidade. *Ensaio sobre a crise cultural do século XVIII*. Lisboa: Editorial Presença, 2005 [1929]; Eduardo Teixeira de Carvalho Júnior. *Verney e a Questão do Iluminismo em Portugal*. Dissertação. Universidade Federal do Paraná, 2005.

publicado em 1755, Jean le Rond d'Alembert (1717-1783) denunciava a cultura ibérica, apontando que

(...) les universités d'Espagne & de Portugal, grace à l'inquisition qui les tyrannise, sont beaucoup moins avancées; la Philosophie y est encore dans le même état où elle a été parmi nous depuis le douzieme jusqu'au dix - septieme siecles; les professeurs jurent même de n'en jamais enseigner d'autre: cela s'appelle prendre toutes les précautions possibles contre la lumiere. Dans un des journaux des savans de l'année 1752, à l'article des *nouvelles littéraires*, on ne peut lire sans étonnement & sans affliction, le titre de ce livre nouvellement imprimé à Lisbonne (au milieu du dix - huitieme siècle): *Systema aristotelicum de formis substantialibus, &c. cunt dissertatione de accidentibus absolutis. Ulyssipone 1750*. On seroit tenté de croire que c'est une faute d'impression, & qu'il faut lire 1550.<sup>22</sup>

É claro que não há observador neutro e desinteressado, especialmente quando se trata de temas de grande abrangência. D'Alembert, quando criticava as instituições de saber peninsulares, defendia a sua forma de conceber as luzes. Escrevia desde um ponto de vista francês, quando a França passava por mudanças no plano intelectual muito mais radicais do que aquelas ocorridas na Espanha ou em Portugal.<sup>23</sup> A crítica por ele estabelecida se utilizava, então, de uma análise linear da história, colocando a situação francesa à frente das demais, de modo a valorizar a adoção de políticas, crenças e ideias mais próximas às apoiadas pelos *savants* franceses nas demais regiões europeias.

Partindo da caracterização da situação lusitana como "atrasada" em relação aos povos do centro e do Norte da Europa, algumas interpretações também vincularam a possibilidade de existência de uma cultura ilustrada em Portugal à inserção de ideias vindas do exterior e ali reelaboradas. Segundo o historiador Francisco Calazans Falcon, o Iluminismo na península Ibérica pode ser compreendido como

a ideologia estruturada alhures e para ali transferida, modificando-se bastante no decurso desse movimento, que não é um simples 'reflexo' mas uma verdadeira releitura, uma reinterpretação do discurso ilustrado em função das condições ali existentes, de onde resultou uma construção ao mesmo tempo nova e original, cujas

<sup>22</sup> Jean le Rond d'Alembert. "École. (philosophie de l)". In: *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. v. 5, p. 304. [1755]. Chicago: University of Chicago / ARTFL Encyclopédie Project, 2013. Disponível em: {<http://encyclopedie.uchicago.edu/>}. Acesso em 14/02/2015.

<sup>23</sup> Jonathan Israel. *Iluminismo Radical*. Op. Cit. p. 577-590.

limitações e peculiaridades devem ser entendidas como resultantes de tais determinações de natureza histórica.<sup>24</sup>

Nessa visão, Portugal parece distante da realidade vivida pelos demais povos europeus. A Ilustração é tardia, e suas especificidades são resultantes justamente das diferenças que separam a cultura lusa dos grandes centros intelectuais da Europa. O acesso da cultura portuguesa à esfera das Luzes só aconteceria plenamente após a publicação do *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís Antônio Verney, em 1747.<sup>25</sup> Sem dúvida, a partir das políticas pombalinas, a cultura letrada lusitana se desenvolveu num sentido diverso daquele até então valorizado, reinterpretando ideias que vigoravam no exterior. Nesse ponto, a realidade condiz com a interpretação de Falcon. No entanto, é indispensável notar que há muito os portugueses já faziam parte de uma rede intelectual de grande dimensão, participando desde o início do processo de disseminação das práticas ilustradas.

Segundo Jonathan Israel<sup>26</sup>, a cultura ilustrada na península Ibérica e suas ramificações americanas foram frutos de um processo repleto de especificidades, que se inicia por volta de 1680, com a difusão das ideias de René Descartes e Nicolas Malebranche, além de outras novas correntes filosóficas. A intelectualidade portuguesa e espanhola, agitada com essas ideias, passa por um processo de "renovação esporádica", que vai culminar na década de 50 do século XVIII, com a definição daquilo que pode ser entendido como o Iluminismo caracteristicamente ibérico. Segundo Jaime Cortesão, o diplomata luso-americano Alexandre de Gusmão (1695-1753) era o "mais típico representante desse novo espírito em Portugal"<sup>27</sup>, desde a efetivação de sua formação na Europa iniciada em 1714. Inspirado por essas ideias, tratava das questões relativas ao Brasil, a Portugal e aos negócios exteriores. Esse Iluminismo peninsular se caracterizou pela vitória do empirismo inglês sobre as outras vertentes, mas os aportes aos autores britânicos foram se disseminando aos poucos: em Portugal, o aristotelismo escolástico era a principal referência intelectual até cerca de 1740, de acordo com o autor. A vertente triunfante das

---

<sup>24</sup> Francisco José Calazans Falcon. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982, p. 197.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 210.

<sup>26</sup> Jonathan Israel. *Iluminismo Radical*. Op. Cit. p. 577-590.

<sup>27</sup> Jaime Cortesão. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Op. Cit. p. 36.



Luzes na península Ibérica - cujos principais expoentes foram Benito Jerónimo Feijóo y Montenegro na Espanha e Luís António Verney em Portugal - se caracterizou por ser moderada relativamente ao radicalismo francês, apoiando-se em Isaac Newton, Francis Bacon, Robert Boyle e John Locke. É bastante relevante a defesa da ideia da Divina Providência, opondo-se a interpretações que relativizavam a interferência de Deus na natureza, ou que entendiam a divindade e a natureza como uma só coisa, como defendia o filósofo Baruch Spinoza: *Deus sive natura*.<sup>28</sup>

Na primeira metade do século XVIII, portanto, se vivia, na América e em Portugal, um momento ainda de predominância do aristotelismo escolástico, mas com uma série de transformações importantes no pensamento, não sendo esse processo ibero-americano descolado, e muito menos isolado, da história intelectual europeia. Tratava-se de um viés, dentre muitos, das Luzes. Sendo assim, desde o ponto de vista dos portugueses que viveram o processo, não faria sentido a comparação com outros povos quanto a se considerarem atrasados, exceto no momento de defesa do modelo cultural pombalino contra a educação jesuítica, já na segunda metade do século XVIII.<sup>29</sup>

Para abordarmos com mais clareza essa temática, é imprescindível tratarmos de outra característica bastante debatida na conceituação de Iluminismo, qual seja sua definição enquanto um movimento único e centralizado ou multifacetado e regionalizado.

O historiador Peter Gay considerou o Iluminismo como movimento único e global, que uniu letrados em um só grupo, em torno do racionalismo e da secularização. Ainda que fossem ponderadas as divergências entre os *philosophes*, elas ocupariam um plano individual, muito reduzido em relação com a plenitude do processo como um todo.

---

<sup>28</sup> Quanto à incompatibilidade entre a ideia de Providência Divina e a representação da natureza spinoziana, Gilles Deleuze afirma que “a crítica de Spinoza possui dois pontos culminantes: não há nada de possível na natureza, isto é, as essências de modo não existentes não são modelos ou possibilidades em um entendimento divino legislador: não há nada de contingente na Natureza, a saber, as existências não são produzidas pelo ato de uma vontade divina que, à maneira de um príncipe, poderia ter escolhido outro mundo e outras leis.” Gilles Deleuze. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta Editora, 2002. p. 95.

<sup>29</sup> Flavio Rey de Carvalho. *Um Iluminismo Português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. Dissertação (mestrado em história) - Universidade de Brasília, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2007, p. 6; Pedro Calafate. "Filosofia da História", In: *História do Pensamento Filosófico Português*, v. 3. Lisboa: Caminho, 2001, p. 38.

There were many philosophes in the eighteenth century, but there was only one Enlightenment. A loose, informal, wholly unorganized coalition of cultural critics, religious skeptics, and political reformers from Edinburgh to Naples, Paris to Berlin, Boston to Philadelphia, the philosophes made up a clamorous chorus, and there were some discordant voices among them, but what is striking is their general harmony, not their occasional discord. The men of the Enlightenment united on a vastly ambitious program, a program of secularism, humanity, cosmopolitanism, and freedom.<sup>30</sup>

A interpretação das Luzes como um movimento cujas principais características podem ser definidas e encontradas no pensamento de qualquer *savant* nos leva à ideia de que os letrados tinham uma espécie de agenda universal, independente das questões políticas, sociais e culturais de cada localidade dentro dessa trama. Esse modelo se mostra exagerado quando aplicado à totalidade do processo. As diferenças regionais acabam sendo interpretadas como desvios, ou como atrasos em uma leitura evolucionista. Cabe atentar, portanto, para a existência dessas singularidades no desenvolvimento do processo histórico em questão.

A própria unidade dessa agenda é posta em dúvida por Jonathan Israel<sup>31</sup>, para quem seria possível definir a existência de, pelo menos, duas tendências filosóficas dentro da cultura ilustrada: uma moderada e outra radical. A "moderada" tentava articular a religião aos avanços do pensamento europeu, enquanto a "radical" partia de uma contestação à tradição, visando a secularização das ciências e da Filosofia.

Os integrantes da República de Letras em Portugal eram, sem dúvida, menos radicais do que os seus correspondentes franceses. O que agrupava os letrados portugueses eram as suas vocações para o pragmatismo e para o empirismo filosófico, além do serviço que a maior parte deles prestavam como funcionários régios no Reino e nos domínios do Ultramar. A vinculação de muitos deles com ideias das Luzes e com a crença numa transformação da Nação Portuguesa a partir das novas filosofias, assim como a defesa do Brasil como uma terra destinada aos portugueses, levou a historiadora Júnia Ferreira Furtado a denominá-los "emboabas ilustrados".<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> Peter Gay. *The Enlightenment: the rise of modern paganism*. [1966]. New York; London: W. W. Norton, 1996. p. 3.

<sup>31</sup> Jonathan Israel. *Iluminismo Radical*. Op. Cit.

<sup>32</sup> Júnia Ferreira Furtado. *Oráculos da Geografia Iluminista*. Op. Cit. p. 118-119.

Tendo em vista a grande extensão geográfica desse processo, que se desenvolveu pelas quatro partes do mundo, é importante destacar a necessidade de romper com visões eurocêntricas. Tal preocupação nos remete à obra do historiador Jorge Cañizares-Esguerra. Ao discutir as características das Luzes, ele afirmou que é "limitada" e "apenas parcialmente correta" uma visão desse processo centrada no âmbito do Norte europeu, ignorando sua presença em regiões dali afastadas, inclusive no Novo Mundo. De acordo com ele,

a emergência de públicos educados na Escócia, França e Alemanha levou ao desenvolvimento de uma nova arte da leitura e de gêneros que colocavam em dúvida o valor das fontes tradicionais para escrever a história do Novo Mundo. Esses novos gêneros, por sua vez, enquadravam o discurso público na Espanha (e nos Estados Papais) e nas colônias hispano-americanas. Mas a linguagem e as regras dos discursos e controvérsias do norte da Europa não foram transmitidas passivamente para o Novo Mundo, a Espanha ou os Estados Papais. Os temas importantes para o público da América espanhola tinham menos que ver com a construção de novas linguagens religiosas e políticas do que com a construção de epistemologias críticas alternativas. O Iluminismo hispano-americano era um processo duplo de criação desse espaço discursivo e de consolidação de uma esfera pública.<sup>33</sup>

De tal modo, podemos considerar a inserção dos letrados ibero-americanos na cultura das Luzes entre as várias experiências intelectuais do século XVIII.<sup>34</sup> No caso lusitano, a integração entre letrados do Reino e das conquistas era bastante frequente. Uma característica pertinente à República de Letras portuguesa dizia respeito a seus limites geográficos, que "extrapolavam o próprio Reino e abarcavam o império ultramarino, pois vários dos seus componentes eram arregimentados ou passavam longas estadas nas conquistas ultramarinas".<sup>35</sup>

No entanto, a distância geográfica entre esses letrados correspondeu, muitas vezes, a distanciamentos de natureza filosófica. Ao longo do século XVIII, as academias brasileiras se diferenciaram, segundo Iris Kantor, das

<sup>33</sup> Jorge Cañizares-Esguerra. *Como Escrever a História do Novo Mundo*. São Paulo: EdUSP, 2011, p. 322.

<sup>34</sup> Remetemo-nos a Dorinda Outram, para quem o Iluminismo não é um processo singular, mas múltiplo, sendo ele diferente em cada região e para cada grupo de pensadores. *The Enlightenment: new approaches to European history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 12.

<sup>35</sup> Júnia Ferreira Furtado. *Oráculos da Geografia Iluminista*. *Op. Cit.* p. 115.

metropolitanas. Naquelas houve uma tendência à valorização dos encômios e da narrativa de milagres, enquanto nestas se verificava um momento de especialização. Nesse ponto, a autora considera a manutenção das explicações providencialistas na historiografia da Academia dos Renascidos, fundada em 1759, uma resistência às imposições do modelo administrativo pombalino.<sup>36</sup>

Podemos, portanto, afirmar que as academias letradas luso-americanas participaram das redes intelectuais de seu tempo, não apenas como subsidiárias de ideias externas, mas com a afirmação dos seus lugares em meio à cultura das Luzes. É importante, no entanto, observar com cuidado a historicidade do conceito utilizado, atentando para o apontamento de Ivan Teixeira de que todo discurso formado acerca da Ilustração é um "metadiscorso, porque ela própria, diferentemente de qualquer evento concreto, não teve existência senão como um conjunto de falas: a filosofia, a ciência, a política, a economia, as artes."<sup>37</sup> Portanto, a escolha ora feita para definir o conceito de Iluminismo condizente com nosso viés é consciente da adoção de um modelo interpretativo, o qual - como qualquer outro - não circunscreve a totalidade da realidade estudada, mas procura destacar a complexidade do processo histórico discutido.

## 2.2 O *LOCUS HISTORIOGRÁFICO* LUSO-AMERICANO

Nesta seção, será abordada a ascensão de uma cultura historiográfica luso-americana a partir das experiências no campo intelectual e político do Império Português. A iniciativa do Estado em organizar e fomentar agremiações literárias e historicamente orientadas propiciou a formação de um *locus* historiográfico no Novo Mundo. A união de letrados em torno da Academia Brasílica dos Esquecidos promoveu elaboração de uma série de representações acerca da América Portuguesa, envolvendo sua história e geografia, assim como sua condição em relação com a totalidade do Império.

---

<sup>36</sup> Iris Kantor. *Esquecidos e Renascidos. Op. Cit.* p. 23.

<sup>37</sup> Ivan Teixeira. *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 25.

\* \* \*

Entre os séculos XVI e XVIII, Portugal passou por uma série de tensões transformadoras das perspectivas que embasavam a existência do Império, tanto no campo da política externa quanto no campo das letras. No contexto intelectual reinol, é documentado o contato dos letrados lusitanos com diversos autores da modernidade europeia já em finais do século XVII, quando se intensificou o contato não só com obras vindas do exterior, mas também entre academias letradas. Difundiram-se, ainda na primeira metade do século XVIII, as ideias de Galileu Galilei, René Descartes, Pierre Gassendi, Francis Bacon, Thomas Hobbes, Nicolau Copérnico, John Locke e Gottfried Leibniz, entre outros.<sup>38</sup> A recepção das ideias modernas - e sua incorporação em manuais portugueses - se fez demoradamente. A Filosofia Cartesiana, assim como as ideias políticas de Locke e Leibniz, sofreu duras críticas de letrados mais alinhados com as tradições filosóficas cristãs. Ainda assim, Descartes teve boa aceitação em suas ideias matemáticas.<sup>39</sup> Quando não lidos em tradução ou nos originais, as obras de muitos pensadores modernos eram estudadas indiretamente, por meio de citações de outros autores. Raphael Bluteau (1638-1734), que fez parte da Academia Real da História Portuguesa, compôs obras que tiveram grande circulação, entre as quais se destaca o *Vocabulário Português e Latino (1712-28)*, consultado e citado diversas vezes na composição das Dissertações Históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos.

O caso de Rafael Bluteau, apontado geralmente, com poucos mais, como precursor de um estado de coisas que teria culminado com Vernei ou com Pombal, não é, de forma alguma, esporádico nem tão particular que se não reflectisse na cultura portuguesa de então. Ele actuou no seio de seu Instituto Religioso, como nas reuniões de intelectuais da época, e sobretudo nos meios ledores, por intermédio

---

<sup>38</sup> José Sebastião da Silva Dias. *Portugal e a Cultura Europeia (séculos XVI a XVIII)*. Porto: Campo das Letras, 2006, p. 147-164.

<sup>39</sup> António Alberto Banha de Andrade. *Vernei e a Cultura de seu Tempo*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1966, p. 51-83.

do precioso *Vocabulário Português e Latino*. Não é exagero considerá-lo enciclopédia de conhecimentos científicos, a par de dicionário da língua portuguesa. A data de sua publicação (1712-28) restringe, naturalmente, o âmbito do raio das ciências abrangidas, à época da física de Descartes. Em França foi Newton conhecido apenas em 1738 e em Itália em 1737 como em Portugal. (...) Apesar de tudo, Bluteau põe os portugueses em contacto com nomes de sábios e de Academias europeias, enviando já em 1681, o *Journal des Sçavants* para D. Luís de Meneses.<sup>40</sup>

O desenvolvimento cultural que levou Portugal a essa condição foi influenciado, segundo José Sebastião da Silva Dias, em duas direções principais a partir do século XVI. A primeira se define pelo contexto das viagens ultramarinas e seus desdobramentos, enquanto a segunda é caracterizada pelos contatos com outras nações europeias. Os dois fatores estariam interligados, sendo que a própria expansão marítima promoveu o aumento das negociações, atividades diplomáticas e trocas de informações com indivíduos estrangeiros que passaram a operar no Reino de Portugal. Ao mesmo tempo, houve o aumento do aporte de portugueses ao exterior, especialmente para frequentar instituições de ensino.<sup>41</sup>

A experiência americana tornou necessária a revisão de concepções de ser humano, de espaço e de tempo.<sup>42</sup> Nesse sentido “a história do Brasil (...) emergiu da relação e do diálogo entre homem e natureza”<sup>43</sup>, sendo caracterizada pela necessidade de tecer novas significações. Anthony Pagden associa o contato entre o Velho e o Novo Mundo a uma transformação importante no plano das mentalidades, no qual os “inconscientes descobridores medievais tardios” se tornam “conscientes exploradores modernos”<sup>44</sup>. A experiência e a elaboração de conhecimentos sobre a América foi, portanto, um processo de assimilação vagaroso, em que diversos elementos americanos foram compreendidos através de categorias filosóficas, geográficas e temporais pré-existentes.

---

<sup>40</sup> Ibid., p. 60.

<sup>41</sup> José Sebastião da Silva Dias. *Portugal e a Cultura Europeia*. Op. Cit. p. 53.

<sup>42</sup> A esse respeito ver, por exemplo, Anthony Pagden. *The Fall of Natural Man: the American Indian and the origins of comparative ethnology*. & *European Encounters with the New World: from Renaissance to Romanticism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982; Iris Kantor. *Esquecidos e Renascidos*. Op. Cit.

<sup>43</sup> Geraldo Mártires Coelho. *O Espelho da Natureza: poder, escrita e imaginação na revelação do Brasil*. Belém: Paka-Tatu, 2009, p. 17.

<sup>44</sup> Anthony Pagden. *European Encounters with the New World: from Renaissance to Romanticism*. New Haven: Yale University, 1998. p. 1-2.

A importância do Ultramar para Portugal e sua influência na própria formação da língua portuguesa foram consideradas por Bluteau. O *Vocabulário Portuguez & Latino* apresenta, dentre outras, uma marca lexicográfica destinada às palavras provenientes do Brasil, incluindo algumas palavras de linguagens ameríndias (em especial o tupi), assim como jargões regionais.<sup>45</sup> Conforme Jean Marcel Carvalho França, para consolidar a ideia de América entre europeus, foi preciso produzir diversos relatos ao longo de vários séculos. Neles se encontra o desenvolvimento do vocabulário destinado a representar o Novo Mundo, assim como uma série de tópicos discursivos referentes à História e à Geografia americanas.<sup>46</sup> Desse processo participaram os viajantes, os cronistas, mas também os letrados, selecionando um léxico e atribuindo significados aos termos que poderiam dar sentido à experiência ultramarina e à composição do Império. Para Cañizares-Esguerra, o contato entre Europa e América levou, inclusive, à reelaboração das representações históricas. Nesse processo, os relatos dos povos indígenas e as narrativas dos séculos XVI e XVII foram objeto de transformações atinentes ao momento intelectual e político.<sup>47</sup>

Bluteau organizou o *Vocabulário* a partir de fontes enciclopédicas, adequando seu conteúdo para o público português. Ainda que o teor dos vocábulos tente conciliar sua vocação enciclopedista com a tradição católica, apresentam-se no texto as ideias e nomes de autores modernos advindos de outras partes da Europa, e nem sempre em total conformidade com os dogmas da Igreja.

Bluteau não desconhecia os progressos científicos, mas ao selecionar a informação relativa a factos que contrariassem as doutrinas religiosas, procurou adequá-la ao quadro cultural dos receptores, pois o enciclopedismo do *Vocabulário* tenta corresponder a um conjunto de saberes tradicional e localmente valorizados. A leitura que Bluteau faz das fontes enciclopédicas não é servil, omitindo ou acrescentando dados e subcategorias informativas, de modo a que o leitor erudito português encontre os seus interesses espelhados nas páginas do *Vocabulário*. Bluteau não pretende negar a existência de novas teorias para explicar o real, nem oculta o nome

---

<sup>45</sup> Maria Filomena Gonçalves. A Marca Lexicográfica "Termo do Brasil" no Vocabulário Portuguez e Latino de D. Rafael Bluteau. *Alfa*. n. 50, v. 2. São Paulo, 2008, p. 213-226,

<sup>46</sup> Jean Marcel Carvalho França. *A Construção do Brasil na Literatura de Viagem dos Séculos XVI, XVII e XVIII*: antologia de textos (1591-1808). Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Unesp, 2012, p. 284-285.

<sup>47</sup> Jorge Cañizares-Esguerra. *Como Escrever a História do Novo Mundo*. *Op. Cit.* p. 85-164.

dos proponentes; todavia, cita-as de forma abreviada e com comentários que sublinham a sua reprovação.<sup>48</sup>

Quanto à defesa da tradição e dos modelos dominantes de política em seu tempo, é importante destacar a forte relação da obra com as instituições de poder que garantiam sua execução e publicação. Isso era fato comum a diversos escritos da mesma época, incluindo as obras produzidas em função das academias, tendo em vista a política de estabelecimento de relações privilegiadas entre letrados, artistas e a monarquia por meio do mecenato régio ou cortesão.<sup>49</sup> Dessa forma, "o *Vocabulário*, que se assume como uma obra institucional favorecida pelo poder político e religioso, não poderia transigir na defesa de princípios basilares da ordem estabelecida."<sup>50</sup>

Isso não diminui, no entanto, a importância do *Vocabulário Português e Latino* para a compreensão do contexto intelectual vivido por Portugal na primeira metade do Setecentos. Em primeiro lugar, a conformidade do autor com os sistemas de representação garantidores da ordem institucional expressa a forte vinculação entre letras e política nesse período. Quanto a esse aspecto, é importante lembrar que a Academia Real da História Portuguesa se constituiu como um lugar privilegiado de conexão entre os interesses políticos da monarquia e a investigação acadêmica, sendo essa relação mediada e limitada pelo estabelecimento do mecenato régio.<sup>51</sup> Em segundo lugar, a discussão dos saberes científicos modernos numa obra de tal magnitude é também um indício da dimensão que tomavam essas matérias entre os letrados de Portugal.

A difusão de ideias modernas e concepções diversas de filosofia, ciência e política em Portugal e, também, entre os letrados do Ultramar, sem dúvida, criou novas perspectivas para a cultura letrada lusitana. Para além das disputas inerentes à República das Letras, havia a necessidade de resolver questões de ordem administrativa e jurídica nas ordenações imperiais. Nesse

---

<sup>48</sup> João Paulo Silvestre. A Tradução do Discurso Enciclopédico para a Língua Portuguesa. In: Verdelho & Silvestre (orgs.) *Dicionarística Portuguesa: inventariação e estudo do património lexicográfico*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2007, p.160

<sup>49</sup> Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Real da História*. Op. Cit. p. 244-261.

<sup>50</sup> *Ibid.*, p.244-261

<sup>51</sup> Taíse Tatiana Quadros da Silva. Poder e episteme na erudição histórica do Portugal setecentista: uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720-1721). *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 3, set. 2009, p. 204-215; Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Real da História*, Op. Cit. p. 207-261.



sentido, o embate intelectual e, por vezes moral, representado pela cultura letrada teve também uma faceta político-jurídica.

O momento dificultoso do Império Português no patamar político mundial levou o diplomata D. Luís da Cunha (1662-1749) a defender uma secularização moderada do pensamento português em seu âmbito internacional. Ele pregava a adoção de políticas a partir das tradições mais aceitas entre as potências em ascensão, para participar mais efetivamente nos negócios exteriores. Por outro lado, as tentativas de aproximação por parte de Portugal com Roma demonstram a permanência de características religiosas nas ideias políticas correntes no Portugal Joanino. Esse contexto revela um forte contraste entre as posições tradicionais da teologia-política e as concepções secularizadas de império mais valorizadas nos países do Norte europeu.<sup>52</sup>

No âmbito das academias letradas lusitanas, ainda que se mantivesse a possibilidade de recorrer a fontes apócrifas, a historiografia passou a exigir a crítica rigorosa de fatos e documentos. Era parte do trabalho erudito, além de corrigir, completar informações errôneas ou duvidosas, questionando e pondo à prova afirmações dúbias ou improváveis.<sup>53</sup>

O padre Gonçalo Soares da Franca (1678-?), em suas dissertações acadêmicas, faz uso desse princípio. Discutindo a origem dos índios do Brasil, o letrado afirma ter encontrado um

Autor que diz, não que vieram, mas que poderiam vir os mesmos Índios à América, ou trazidos de Anjos pelos cabelos, (que não quebrariam com facilidade) como foi o profeta Habacub, ou a seus ombros como se fôssem estrêlas guiadas de angélicas inteligências, e certo que havia de ter que ver um Anjo com um Índio às costas; sem reconhecer êste Autor que Deus nunca obra por modo extraordinário quando, como Autor da natureza, pode obrar pelos meios naturais.<sup>54</sup>

A concepção de natureza e a noção de verdade estão, aí, imbricadas. Trata-se do processo em curso de rompimento com uma cosmovisão construída ao longo da antiguidade e do medievo, que entendia o movimento

---

<sup>52</sup> Sheila Conceição Silva Lima. Cisma: Tradição e modernidade na diplomacia de D. João V. *Tempos Históricos*. v. 13, jan/jun; 2009, p. 103-113.

<sup>53</sup> Iris Kantor. *Esquecidos e Renascidos*. *Op. Cit.* p. 78-84.

<sup>54</sup> Gonçalo Soares da Franca. *Dissertações da História Eclesiástica do Brasil que recitou na Academia Brasílica dos Esquecidos (1724)*. In: José Aderaldo Castello. *O Movimento Academicista no Brasil*, v. 1, t. 5. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969, p. 253.

como externo à natureza: eram os comandos divinos que produziam os fenômenos. A articulação entre a natureza e a Providência vem a ser rompida gradualmente a partir das ideias de Galileu Galilei e Johannes Kepler. A representação moderna da natureza confere a ela leis próprias e movimento autônomo, mesmo que considere essa natureza como obra divina.<sup>55</sup> Essa mudança leva, então, ao entendimento de que a verdade sobre determinado fato seja aquela que condiz com as leis naturais. Os relatos de milagres passam, cada vez mais, a ser postos à prova pelo uso da razão.

É claro que a cultura luso-americana do primeiro quartel do Setecentos não pode ser considerada plenamente secularizada e modernizada. É notável influência da tradição católica em todas as áreas do pensamento, amparada pela predominância do aristotelismo escolástico sobre outros aportes filosóficos até a década de 1740.<sup>56</sup> Por outro lado, não se trata de um bloco de pensadores isolados do restante do mundo ou plenamente contrários às formas de pensar o direito advindas de outras partes do mundo. Ainda que de maneira moderada, os reinos ibéricos se inseriram na cultura ilustrada, participando da construção de saberes, assim como assimilando, ao seu modo, as ideias em circulação.

No concernente ao campo diplomático e aos saberes a ele alinhados, o excessivo apego à tradição poderia gerar problemas para os reinos ibéricos. Seria improvável obter algum ganho na tentativa de confrontar diretamente a hegemonia anglo-francesa, que se estabelecia a partir da redefinição do equilíbrio de poderes do início do século XVIII. A capacidade de negociação portuguesa frente às pressões internacionais dependia, assim, do diálogo com diversas formas de pensar a política de cunho imperial.<sup>57</sup> Por outro lado, a descoberta de ouro no Brasil teve um importante impacto nessas negociações. Essa descoberta representou uma esperança emergente em um contexto de grandes dificuldades.

As minas do Brasil que durante dois séculos pouco haviam passado  
duma simples miragem do Peru tomavam desde os últimos anos vulto

---

<sup>55</sup> Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Bicho Solto: natureza, espaços e história na transição da modernidade para a pós-modernidade In: *Nos Destinos de Fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008. p. 35-36.

<sup>56</sup> Jonathan Israel. *Iluminismo Radical*. Op. Cit. p. 577-590.

<sup>57</sup> Jaime Cortesão. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Op. Cit. p. 66.

e realidade tangível Das Minas Gerais chegavam notícias surpreendentes e desta vez provas irrecusáveis No reino, os homens mais sequiosos de ouro e de aventuras ou partiam ou projetavam partir para aquela nova terra da Promissão.<sup>58</sup>

Isso abria, para Portugal, o caminho para retomar uma posição digna e prestigiada no campo dos acordos políticos e comerciais. A garantia da sobrevivência da monarquia e da manutenção das fronteiras portuguesas ocorreu, pois, graças à concessão de vantagens comerciais em suas colônias a outras potências, especialmente a partir de alianças firmadas com a Inglaterra.<sup>59</sup>

O início do século XVIII, portanto, se define como um momento de coexistência de concepções divergentes de política externa e territorialidade, embasadas em diferentes perspectivas de cunho imperial. A mudança nas relações de poder entre os impérios europeus gerou, assim, a necessidade de visitar e renovar as discussões territoriais.

O debate sobre a soberania nos mares e terras distantes balizou a elaboração de novos conceitos de soberania territorial na passagem do século XVII ao XVIII. O novo paradigma suplantaria os pressupostos teológico-políticos que asseguravam a incorporação dos espaços ainda não conhecidos e dominados numa totalidade representada por um virtual Império cristão universal. A tensão entre uma concepção teológico-política e uma visão secular da soberania se aprofundava à medida que a fronteira colonial avançava, tornando a presença dos missionários jesuítas uma contradição insuperável. Duas concepções de territorialidade se enfrentaram na segunda metade do século XVIII, levando à expulsão dos jesuítas, não só do império português, como dos demais impérios católicos na Europa.<sup>60</sup>

A Academia Brasílica dos Esquecidos, tendo sua fundação em 1724, se formou ainda em um período de passagem, em Portugal, das justificações teológico-políticas para as secularizadas da política. As reformas pombalinas da segunda metade do século XVIII se configuram como uma resposta às tensões em voga nos anos antecedentes.<sup>61</sup> Elas não representam, contudo, o ponto inicial de ideias secularizadas na geopolítica portuguesa. A coexistência,

<sup>58</sup> Jaime Cortesão. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. Op. Cit.* p. 44.

<sup>59</sup> Fernando Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 42.

<sup>60</sup> Iris Kantor Usos diplomáticos da ilha Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*, v. 37, p. 70-80, 2007, p. 78-79.

<sup>61</sup> Quanto às mudanças no plano cultural ocasionadas pela ascensão do Marquês do Pombal a primeiro ministro, ver Ivan Teixeira. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica. Op. Cit.*

muitas vezes conflituosa, de elementos da teologia-política e de formas mais secularizadas de compreender a formação territorial dos impérios é uma característica desse período.

De tal sorte, a Academia dos Esquecidos não se estabelece como um ponto de superação dos modelos retóricos e da moralidade religiosa no discurso letrado. Em grande medida, a razão continua considerada como "primeyra, e principal faculdade da alma com a qual o homem distingue o bem do mal, & o que é verdade do que é falso"<sup>62</sup>, subordinada portanto a aspectos morais e religiosos. A história mantém seu fundamento moral, aliando a tópica *magistra vitae* à temporalidade cristã. No entanto, é inevitável, para os acadêmicos, a reflexão sobre as condições de seu tempo. O juiz de fora Inácio Barbosa Machado (1686-1734) elaborou suas dissertações preocupado com a conservação do império ultramarino com a defesa dos argumentos favoráveis a Portugal contra os que defendiam outras causas.<sup>63</sup> Para isso, ele se utilizou, já na sua primeira oração acadêmica, de concepções de "crítica" e "verdade" relativas ao discurso histórico:

Terá sim a minha história a verdade por base fundamental do seu edifício. Para a seguir, para a defender, e para a sustentar exposto aos maiores contrastes, antes quereirei ser despojo da inveja e contradição do que vítima do engano. Por tão nobre princípio não será para o meu juízo, mas sim mais autêntica a mais verdadeira. Aos Autores de maior nome seguindo narrações falsas, ou tradições populares, deixarei sem a lisonja do meu séquito, e aos Escritores de menor fama, quando falarem com verdade seguirei como parcial de seus escritos; pois a grandeza, e o respeito dos autores não chega a ser argumento de infalibilidade como falando de si nos ensinou a glória de África Santo Agostinho quando ponderou que deve o entendimento ceder à razão, e não ao Doutor.<sup>64</sup>

É estabelecida, portanto, uma diferença entre a razão e a autoridade, quando se trata da averiguação da verdade. O acadêmico demonstra, de antemão, que irá refutar autores célebres quando em desacordo com as ideias por ele defendidas. Trata-se, por um lado, da valoração dos pensamentos

---

<sup>62</sup> Raphael Bluteau. *Vocabulário Portuguez e Latino*. t. 7. Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, 1720 p. 123-124.

<sup>63</sup> Inácio Barbosa Machado. *Os Exercícios de Marte Nova Escola de Belona Guerra Brasilica* [1724]. In: Carlos Eduardo Mendes de Moraes. *A Academia Brasilica dos Esquecidos e as práticas de escrita no Brasil Colonial*. Tese (doutorado em letras). Universidade de São Paulo, 1999, p. i-xxxii.

<sup>64</sup> *Ibid.*, p. xv-xvi.

modernos frente aos clássicos. Por outro lado, é indício da definição - em oposição aos letrados defensores de argumentos incompatíveis com as pretensões dos acadêmicos brasílicos - de um campo interpretativo e discursivo autônomo.

Discutindo noções de verdade, crítica, experiência e razão como fundamentos para a escrita da história, os acadêmicos esquecidos se utilizaram de um arcabouço bastante complexo de conhecimentos para a defesa de suas posições e mesmo para a construção de um *locus* historiográfico em colônias. Foi valorizada a temática dos antigos e modernos, enfatizando a aproximação entre a razão e a experiência, tendo em vista os conhecimentos adquiridos e por adquirir após os êxitos da expansão marítima e do desenvolvimento tecnológico e científico dos séculos XVI e XVII. O desembargador Caetano de Brito e Figueiredo (1671-1732) afirma a superioridade do conhecimento dos modernos mas, sobretudo, destaca a magnitude do conhecimento adquirido sobre a América posteriormente aos escritos de muitos dos autores mais admirados de seu tempo. Assim, a experiência se coloca, também para ele, como superior à autoridade.

Suposto que os Barros, os Bezones, os Barleos, os Britos, os Caluctos, os Colões, os Costas, os Davitis, os Freitas, os Farias, os Góis, os Gondavos, os Grócios, os Maguis, os Margrávios, os Marteres, os Marises, os Malvendas, os Matetes, os Marianas, os Osórios, os Ortélios, os Ovalhes, os Pinedas, os Salasões, os Solorvanos, os Tuanos, os Uvifleros, os Vespuses, e outros muitos já o intentassem; a mesma experiência os acusa de diminutos, assim pelos muitos países, que há na América, ainda incógnitos, não haver certeza de ser Ilha, ou continente, nem tão pouco plena ciência, quais fôssem os que primeiro a povoaram, como também pelos Segredos embrenhado nos Sertões até aquele tempo não descobertos, novas Minas, e novos inventos, que cotidianamente aparecem, que tudo não chegou ao conhecimento de todos, e muitas coisas jazem ainda sepultadas nas Urnas da ignorância, e sombras do desconhecimento; cedendo sempre as duvidosas tradições da obscura antiguidade aos evidentes exames da indubitável, e nova experiência.<sup>65</sup>

Tais afirmações não são, de forma alguma, novidades. Já em 1581, o médico e filósofo português Francisco Sanches (1550-1623) relacionava o conhecimento do Novo Mundo com mudanças na forma de pensamento, especialmente na

---

<sup>65</sup> Caetano de Brito e Figueiredo. Dissertações acadêmicas e históricas, nas quais se trata da história natural das coisas do Brasil. In: José Aderaldo Castello. *O Movimento Academicista no Brasil*, v. 1, t. 5. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969, p.142.

direção do ceticismo, posto que se punha em dúvida toda uma cosmovisão que dividia a terra em três parcelas - África, Ásia e Europa - e também a ideia da existência de uma "zona tórrida" abaixo do Equador.<sup>66</sup> Ainda assim, deve-se notar que o excerto acima não trata dos pensadores da antiguidade como Ptolomeu ou Aristóteles, mas de cronistas, filósofos e juristas da Era Moderna. Mesmo que conhecessem, em alguma medida, a geografia, a natureza e as grandes questões americanas, Barléu, Grócio, Gândavo e Solorzano, entre outros, são postos em posição similar aos antigos, posto que Caetano de Brito e Figueiredo verifique um acúmulo muito maior de experiências em seu tempo.

Não obstante, a História se elaborava a partir da discussão de elementos considerados pertinentes aos autores "modernos" ao lado, muitas vezes contraditoriamente, das tradições discursivas dos "antigos". Essa condição não parte apenas do conhecimento direto ou indireto das ideias de diversos pensadores e da reflexão sobre elas como mera atividade intelectual, mas também da necessidade dos acadêmicos de responder às demandas do seu tempo a partir da História. A relação entre a tradição e a modernidade não se expressa apenas no âmbito letrado, mas também na própria sustentação das monarquias e de seus domínios.

Embora atrelados ao universalismo cristão, naquelas circunstâncias, os príncipes católicos viam-se obrigados à teorização dos interesses do Estado como superiores às responsabilidades religiosas e, nesse sentido, a escrita da história começava a distanciar-se progressivamente das matrizes teológicas.<sup>67</sup>

A duradoura proximidade entre a escrita da História e a Teologia Política na tradição portuguesa ocorreu especialmente pela força das ideias católicas na península Ibérica. A restauração da escolástica, fortalecida pelo Concílio de Trento, perdurou em Portugal até o século XVIII. Mas a Segunda Escolástica enfraqueceu já no século XVII, apesar das tentativas do Santo Ofício em obstar a divulgação de teorias afastadas do catolicismo.<sup>68</sup> No século XVII, segundo Pedro Calafate, se estabeleceu uma contraposição às formas de pensamento

---

<sup>66</sup> Jean Marcel Carvalho França. *A Construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII*. Op. Cit. p.21-22

<sup>67</sup> Iris Kantor. *Esquecidos e Renascidos*. Op. Cit. p. 69.

<sup>68</sup> Armando Coxito & Maria Luísa Soares. Pedro da Fonseca. In: Pedro Calafate (org.). *História do Pensamento Filosófico Português*. v. 2. Op. Cit. p. 456.

valorizadas pela Companhia de Jesus. Então, a polêmica foi eleita como forma privilegiada de discurso, evidenciando uma "divisão do ambiente cultural" entre defensores do aristotelismo escolástico e defensores de uma nova filosofia.<sup>69</sup>

As letras portuguesas passavam por uma série de transformações, decorrentes tanto do intercâmbio com as ideias que circulavam na República das Letras quanto por mudanças políticas e administrativas no interior do Reino. As academias letradas estiveram no centro dessas transformações, sendo espaços, ao mesmo tempo, de conhecimento e política.

A junção dos escritores de talento com a nobreza de gosto assentados nas Academias, estas patrocinadas pelos monarcas, formaria um espaço de opinião pública. Mas esse não era um fenômeno exclusivamente francês. Tal qual na Académie des Inscriptions et Belles Lettres, e de forma bastante precoce, a criação da Academia Real da História Portuguesa aglutinava e dava visibilidade ao processo de transformação cultural, sob o viés iluminista que ocorria no reino português. Ali se configurava uma elite intelectual, composta em grande parte de nobres de nascimento, mas não só, que se imiscuía no Estado, colocando sua capacidade a seu serviço, usufruindo de privilégios e que, ao mesmo tempo, promovia sua própria ascensão social.<sup>70</sup>

Essa aproximação entre a História e a política foi evidenciada também pelo ouvidor geral cível Luís Siqueira da Gama, discursando na Academia Brasílica dos Esquecidos. A partir da tópica retórica *historia magistra vitae*, destacava-se a importância da primeira para o exercício considerado correto da segunda.

Grande é a semelhança que tem a política com a história, muita é a utilidade que a história tributa magnificamente à política; é a história verdadeira narração das coisas passadas, e para a política poder exercitar o seu fim, e cumprir com o seu objeto, não podia ter mais eficaz meio do que a verdade da história, como vida que é da lembrança e mestra da vida.<sup>71</sup>

---

<sup>69</sup> Pedro Calafate. A filosofia da história. In: *História do Pensamento Filosófico Português*. Op. Cit. v. 3 p. 29.

<sup>70</sup> Júnia Ferreira Furtado. *Oráculos da Geografia Iluminista*. Op. Cit. p. 72.

<sup>71</sup> Luís Siqueira da Gama. Dissertações altercadas e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil. In: José Aderaldo Castello. *O Movimento Academicista no Brasil*, v. 1, t. 5. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969, p. 27.

A dissertação assume seu caráter de "disputa pelo passado"<sup>72</sup>, associando-se à construção de argumentos passíveis de sustentar atos políticos futuros. Também se discutiam as políticas do passado para valorizar um ou outro aspecto, legitimando ações de alguns governantes e instituições, enquanto criticavam os demais. O academicismo luso-americano, ao ser fomentado pela monarquia, situou-se nesse entroncamento entre política e História. Segundo Thaíse Silva, a Academia Real de História Portuguesa teria criado "um espaço legítimo e circunscrito de controle de tradições narrativas que serviam à memória do Reino na construção da soberania do monarca", cujo plano

operou uma importante transformação da memória, criando, pela escrita historiográfica, mecanismos para cercear, de um lado, a tradição restauracionista que atribuía ao povo a origem da soberania monárquica, e, de outro, ao clero que atua nos púlpitos fomentando leituras diversas da relação entre o poder do rei e a vontade de Deus.<sup>73</sup>

Portanto, a representação da monarquia se fazia em confronto com uma série de tradições, promovendo transformações no modo como se relacionavam as letras e o poder. Essas mudanças coincidem com um momento de transição no plano mundial, em que Portugal conviveu constantemente com ameaças à sua ordem territorial. As discussões derivadas desses problemas também vão levar os letrados lusitanos, como veremos a seguir, a uma série de reorganizações no campo da geopolítica e na sua associação com a História.

## 2.3 ESPACIALIDADES E TEMPORALIDADES: DIPLOMATAS E HISTORIADORES

---

<sup>72</sup> Fernando Nicolazzi. Entre "letras e armas", a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVII. *Almanack Brasiliense*. São Paulo, n. 11, mai. 2010, p. 51.

<sup>73</sup> Taíse Tatiana Quadros da Silva. Poder e *episteme* na erudição histórica do Portugal setecentista. *Op. Cit.* p. 209.



Esta seção abordará a relação entre o trabalho historiográfico e geográfico e aquele realizado pelos diplomatas e embaixadores que atuavam em defesa dos interesses de Portugal. Para tanto, trataremos das representações da América como portadoras de significações geopolíticas, associadas aos objetivos das potências apoiadas por viajantes, expedições, cartógrafos ou historiadores que descreveram este Novo Mundo. Relacionaremos o contexto geopolítico da Era Moderna - especialmente no que concerne à política externa portuguesa - com os saberes compartilhados sobre o continente americano, que gradualmente tomaram a proporção de importantes assuntos de Estado.

\* \* \*

Desde os primeiros contatos dos navegadores europeus com o Novo Mundo, a elaboração de narrativas, relatos e descrições da América pode ser considerada um espaço no qual, pouco a pouco, desenhavam-se importantes questões diplomáticas. Ao mesmo tempo, se transformavam as percepções e as formas de conhecer e representar o espaço.

Apesar de específico - colonial -, o Novo Mundo deveria muito aos elementos do imaginário europeu, sob cujo signo se constituiu. Colombo vira a Índia na América, impregnado da leitura de obras como o *Livro das maravilhas* de Mandeville e a *Imago Mundi* [Imagem do mundo] do Cardeal d'Ailly; homem preso ao universo medieval, *via* para escrever narrativas que, por sua vez, seriam *ouvidas*. Assim como, nele, o pensamento medieval se somou ao aventureiro intrépido de uma nova era - a das navegações e das descobertas -, também o hábito de *ouvir* se aliou ao de *ver*, numa espécie de premonição do primado visual caracteristicamente barroco. Viu-se tomado pela "vertigem da curiosidade" que contagiaria tantos depois dele, dos nossos cronistas portugueses a Hans Staden, Knivet e Léry. Colocado a serviço da descoberta do mundo, o olhar comaçava a crescer sobre os outros sentidos, captando e aprisionando o raro, o estranho, o singular que, anteriormente, também haviam cativado a atenção medieval. Reorquestrados, os sentidos davam origem a novas narrativas de viagem, agora modernas.<sup>74</sup>

---

<sup>74</sup> Laura de Mello e Souza. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. Op. Cit. p. 35-36.

A formação de um público leitor interessado nesse tipo de notícias ocorreu em consonância com o crescimento do interesse dos soberanos europeus nessas terras e mares, assim como do número de investimentos em novas viagens e conquistas. Isso porque

ao longo do século XVI, as navegações em geral e a conquista da América em particular tornaram-se questões de Estado: grandes negócios administrados por agentes estatais e custeados com muito dinheiro de particulares e com milhares de vidas dos estropiados que perambulavam pelas ruas das cidades portuárias ou superlotavam os presídios.<sup>75</sup>

A difusão das representações da América contidas nos relatos de viagens foi bastante ampla. Esse tipo de material era muito valorizado pelos círculos eruditos e academias da Europa que, em seus textos, se apropriavam, discutiam e propagavam as ideias veiculadas pelos viajantes.<sup>76</sup>

O domínio das representações acerca do continente e sua gente era, sobretudo, um campo de disputa política, no qual já se delimitavam, desde o século XVI, argumentos a serem muitas vezes revisitados nas questões de soberania territorial discutidas posteriormente. A crítica ao domínio ibérico da América era bastante comum nos relatos que chegavam à Europa. Os viajantes argumentavam a partir do confronto entre o que a América *era* e o que ela *deveria ser*, sob o seu ponto de vista. Segundo Jean Marcel Carvalho França, muitos viajantes estrangeiros aportavam uma significação positiva da natureza americana, especialmente quando se trata das possibilidades de seu uso para as atividades produtivas. A fertilidade, o bom clima e a fartura de água foram aspectos destacados pelos cronistas. Por outro lado, essa representação da terra caminhava ao lado de uma ideia negativa do ser humano que a ocupou: o colono português, os indígenas e os negros que trabalhavam na América Portuguesa eram considerados indignos e incapazes de bem aproveitar os abundantes recursos naturais. Por esse motivo, se defendia que esses territórios fossem dominados por outros povos.<sup>77</sup>

---

<sup>75</sup> Jean Marcel Carvalho França. *A Construção do Brasil na Literatura de Viagem dos Séculos XVI, XVII e XVIII*. Op. Cit. p. 24.

<sup>76</sup> Ibid., p. 85.

<sup>77</sup> Ibid., p. 283-284.

Aos princípios do século XVIII, a contestação aos domínios ultramarinos ibéricos era uma circunstância já antiga. As condições de legitimação jurídica desses domínios foram-se esvaindo na medida em que Portugal e Espanha perdiam espaço de negociação para as potências austrais - França, Holanda e Inglaterra - e já não se sustentavam pelas argumentações tradicionalmente convocadas para a justificação dos direitos territoriais. A apropriação de território por um soberano dependia, cada vez mais, das ações de seus agentes, no sentido de estabelecer provas do controle efetivo e proteção permanente de determinada área. De acordo com Lauren Benton, as práticas mais comuns envolviam erigir fortes e povoações, erguer monumentos, aplicar leis e também mapear áreas pleiteadas<sup>78</sup>, ao que se pode adir a nomeação de lugares, ainda que este argumento tenha se tornado mais comum apenas a partir da segunda metade do século XVIII.<sup>79</sup> Entre os portugueses, em especial, era costume apoiarem-se as reivindicações de domínio sob o pretexto dos descobrimentos de terras e gentes, embasados no amplo e pioneiro desenvolvimento de conhecimentos náuticos e astronômicos em Portugal, necessários para o acesso a determinadas rotas marítimas e regiões do globo. Esses argumentos eram rechaçados pelos demais potentados, que consideravam - cada um a seu modo - necessário o estabelecimento de marcas mais efetivas de ocupação para a instituição do domínio sobre determinada região.<sup>80</sup>

O fortalecimento político e militar de Inglaterra, França e Holanda intensificou o conflito no âmbito das condições de existência dos impérios ibéricos. Em razão das negociações necessárias para a manutenção dos domínios coloniais, a reunião de provas capazes de garantir os direitos imperiais era cada vez mais voltada para a ocupação efetiva, mas também para a memória dessa ocupação, registrada em mapas, crônicas, relatos, cartas. Apesar da transformação dessas condições, muitos saberes tradicionalmente evocados se mantêm ocupando posições privilegiadas nas políticas. Nesse sentido, Valverde e Lafuente destacam que o material

---

<sup>78</sup> Lauren Benton. *A Search for Sovereignty: Law and Geography in European Empires 1400-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 10-23.

<sup>79</sup> Iris Kantor. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). *Varia Historia*. v. 37, 2007, p. 40.

<sup>80</sup> Patrícia Seed. *Cerimônias de Posse na Conquista Europeia do Novo Mundo (1492-1640)*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 144-186.

cartográfico moderno é produzido de acordo com os interesses de cada agente histórico em sustentar políticas de seus impérios.<sup>81</sup> Por essa razão, a dissertação proferida em 1720 por Guillaume Delisle na Académie Royale des Sciences de Paris foi tão impactante aos olhos dos embaixadores portugueses. Estava anunciada uma disputa em torno de saberes.

Exatamente no mês em que Alexandre de Gusmão largou de Lisboa em direção a Paris, e poucos dias antes da sua chegada à capital francesa, dava-se aqui um fato, que se ligava intimamente com a questão da Colônia do Sacramento, que ia ter grandes repercussões em Lisboa e provocar uma profunda renovação da cultura geográfica e cartográfica em Portugal, criando as bases científicas em que o grande santista conceberia o plano do Tratado. A 24 de novembro de 1720, Delisle (L' Ainé ) geógrafo do Rei e então o maior luminar na geografia e na cartografia francesa, lia perante a Academia Real das Ciências de Paris, de que era membro, uma notabilíssima dissertação, com o título de *Determination Géographique de la situation et de Vétendue des différentes parties de la Terre* , na qual negava que o Cabo do Norte e a Colônia do Sacramento estivessem dentro da soberania portuguesa, delimitada pelo meridiano de Tordesilhas, o que, aliás, concedia ao arquipélago das Molucas. A exposição era acompanhada dum mapa mundi, onde se traçava um novo esboço do planeta, e nêle um meridiano de partilha, a ocidente do qual, ou seja, no hemisfério espanhol, ficavam aqueles territórios.<sup>82</sup>

Tal problema suscitou a colaboração estreita entre o diplomata português Dom Luís da Cunha e o geógrafo francês Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville, dando origem à *Carte de l'Amérique Méridionale*, publicada pela primeira vez em 1737. Conforme demonstrou a historiadora Júnia Ferreira Furtado, o trabalho realizado por D'Anville expressava as ideias geopolíticas de Dom Luís da Cunha para diversas áreas da América.<sup>83</sup>

A importância dos conhecimentos geográficos para a diplomacia europeia se ampliou durante o Setecentos, quando os constantes debates territoriais entre as potências europeias levaram os mapas à condição de ferramentas privilegiadas de negociação.<sup>84</sup> Uma das disputas mais importantes para a definição dessa condição no desenvolvimento histórico do imperialismo mercantilista moderno é referente à liberdade de navegação marítima e de

---

<sup>81</sup> Nuria Valverde & Antonio Lafuente. Space Production and Spanish Imperial Geopolitics. In: Daniela Bleichmar et. al. *Science in the Spanish and Portuguese Empires*. Stanford: Stanford University Press, 2009, p. 198-215.

<sup>82</sup> Jaime Cortesão. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Op. Cit. p. 234.

<sup>83</sup> Júnia Ferreira Furtado. *Oráculos da Geografia Iluminista*. Op. Cit. p. 240-285.

<sup>84</sup> *Ibid.*,p. 52.

estabelecimento de rotas comerciais com povos não europeus. Nesse processo, foi inevitável para Portugal a discussão das legitimações de suas conquistas.

Ao longo de seu processo expansionista, os lusitanos constituíram um império que abrangia, do Brasil à Índia, quatro continentes interligados por rotas marítimas. Não se tratando de um império de base continental, mas sim oceânica, tinham os lusitanos o mar não como limite, mas como "nexo essencial de união dos pontos de apoio na terra firme, o próprio corpo do império".<sup>85</sup> Não é sem razão que, especialmente a partir do reinado de D. João II (1445-1495), se tenha centralizado a expansão ultramarina enquanto projeto da monarquia, sendo amparada por um planejamento de longo prazo que englobava melhorias técnicas, organização comercial, incentivo às explorações marítimas e terrestres, realização de missões religiosas às terras descobertas e atuação diplomática.<sup>86</sup>

A necessidade de legitimação jurídica do Império Ultramarino enfrentava, de tal modo, as dificuldades derivadas da forma como se deu a organização imperial, resultante do contraste entre a grande dimensão dos domínios e a pequena população lusitana na época das principais conquistas. A diplomacia portuguesa partia, portanto, da necessidade da Coroa em garantir sua influência tanto sobre as terras conhecidas - poucas das quais eram ocupadas satisfatoriamente - quanto sobre as rotas oceânicas que permitiam as comunicações com as regiões descobertas e o acesso a territórios ainda por descobrir.<sup>87</sup> Assim, o Império organizou-se muito mais no sentido da proteção de suas rotas marítimas que pelo controle e ocupação, propriamente ditos, dos territórios continentais.<sup>88</sup>

Em razão disso, defender os interesses de Portugal no âmbito global era uma tarefa bastante árdua. A soberania portuguesa sobre as regiões descobertas estava frequentemente sob ameaça de outros potentados europeus, tendo em vista as dificuldades em ocupar efetivamente as terras

---

<sup>85</sup> António Manuel Hespanha & Maria C. Santos. Os Poderes num Império Oceânico. In: José Mattoso (dir.) e António Manuel Hespanha (coord.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 351.

<sup>86</sup> Luís Filipe Thomaz. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: DIFEL, 1998, p. 149-167.

<sup>87</sup> *Ibid.*, p. 149-167.

<sup>88</sup> António Manuel Hespanha & Maria C. Santos. "Os Poderes num Império Oceânico". *Op. Cit.* p. 351.

reclamadas para o domínio lusitano. Ainda quanto às áreas mais povoadas, era necessário defender-se dos impérios concorrentes, que desafiavam Portugal quanto à legitimidade dos tratados e bulas papais que lhes concediam os territórios e, também, quanto à forma com que se deram as conquistas sobre os povos que já habitavam as regiões dominadas. Por fim, era central a defesa do monopólio sobre rotas marítimas descobertas, a fim de garantir a comunicação entre regiões distantes e também os lucros comerciais.

Foi na passagem entre os séculos XVII e XVIII que ocorreu a redefinição de diversas estratégias de fundamentação dos domínios imperiais. Nesse momento, já estavam estabelecidos e reforçados os critérios para limitações das soberanias e para a convivência dos Estados a partir de acordos juridicamente reconhecidos. Tornava-se uma difícil e complexa tarefa fundamentar a expansão ultramarina apenas em argumentações teologicamente orientadas. De tal modo, a ação diplomática portuguesa teve de reformular suas premissas sem delas retirar os fundamentos religiosos que embasavam a existência do Império Ultramarino na conexão entre fé e expansão.<sup>89</sup> Desenrolando-se a partir dessas extensas e impactantes redefinições no cenário geopolítico, o século XVIII pode ser considerado

por excelência, o século da diplomacia, aberto com o Congresso de Utrecht, cujas preliminares ocorreram em Londres em 1711-1712, e que se desenrolou nos Países Baixos entre 1712 e 1715. Utrecht constituiu um momento de inflexão. Moldou novas formas de política diplomática e foi a grande escola de uma geração de diplomatas que praticamente debutaram nesse congresso.<sup>90</sup>

É um aspecto essencial para a compreensão da organização do Império Português no primeiro quartel do século XVIII a reorganização espacial e política pela qual passaram os domínios lusitanos. Segundo Fernando Novais, a fase de decadência das potências ibéricas, a partir do século XVII e especialmente em decorrência da Guerra da Sucessão Espanhola, é o contexto de deslocamento do eixo dinâmico da economia colonial portuguesa do Oriente para o Oceano Atlântico. Ao concentrar seus esforços em seus territórios mais ocidentais, Portugal conseguiria, apesar das condições

---

<sup>89</sup> Iris Kantor. *Esquecidos e Renascidos. Op. Cit.* p. 48.

<sup>90</sup> Júnia Ferreira Furtado. *Oráculos da Geografia Iluminista. Op. Cit.* p. 97.

adversas, prosseguir na posse de seus domínios e até expandir as áreas de colonização. Para isso, foi necessário fazer concessões na política externa, utilizando-se da própria grandeza das colônias como instrumento de negociação.<sup>91</sup> Para isso, era indispensável acumular, organizar e reinterpretar informações e ideias pertinentes a esses domínios.

Dentre os letrados portugueses de então, podemos considerar os embaixadores como

espectadores privilegiados desse teatro do mundo e, por isso mesmo, constantemente voltados para a produção de textos reflexivos sobre os fatos que lhes eram contemporâneos. Era uma história eminentemente política, que deveria reconstruir os acontecimentos do passado, mas também instruir a coroa em sua ação futura.<sup>92</sup>

A História, assim como a Geografia, fazia parte do corpo de conhecimentos necessários à conservação dos domínios portugueses e ao bom governo deles. De tal modo, o trabalho intelectual constituía um arcabouço conceitual e representacional indispensável ao exercício da política.

Segundo Abílio Diniz Silva<sup>93</sup>, já no período em que o embaixador D. Luís da Cunha se estabeleceu, em sua primeira missão, em Londres (1696-1710), é possível delimitar as linhas políticas que ele acreditava melhores para Portugal e que propôs com insistência ao longo de sua vida, tendo sucesso em muitas de suas tentativas. Entre seus objetivos, verifica-se a necessidade de alianças capazes de oferecer segurança marítima (o que remete à intenção de proteger o comércio ultramarino); a garantia dos limites e fronteiras no Reino e no Brasil; a garantia de liberdade para os mercadores que se dedicavam ao ultramar e ao desenvolvimento manufatureiro e agrícola de Portugal.

Os objetivos acima listados muito contribuem para a demonstração de que D. Luís da Cunha tinha um projeto para a administração do Império. A garantia de aliança com a Inglaterra e com a Holanda, ao mesmo tempo que prezava por garantir a paz com Espanha e França, tratava de garantir o comércio com o Brasil e a integridade territorial. Nesse sentido, D. Luís da

---

<sup>91</sup> Fernando Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Op.Cit., p. 18-19.

<sup>92</sup> Júnia Ferreira Furtado. *Oráculos da Geografia Iluminista*. Op. Cit. p. 87

<sup>93</sup> Abílio Diniz Silva. D. Luís da Cunha: Diplomata e 'Oráculo' da Política (1662 - 1749). *Clio: Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. n. 18/19, 2008-2009. p. 115-194.

Cunha via "o império português no todo mundial. Pequeno território na Europa, mas extensos e ricos domínios e colônias".<sup>94</sup>

Em função da importância assumida pelo Brasil ao longo dos séculos XVII e XVIII, assim como da necessidade de proteger territórios com apoio diplomático, visto que o exército e a marinha portugueses eram insuficientes,

D. Luís da Cunha, como mais tarde o próprio rei D. João V, tem a perfeita noção de que era indispensável o domínio das realidades geográficas para a defesa e conservação do império português. Com destaque especial para duas das componentes principais, o Brasil e a África. Continentes que via articulados. A Ásia era mais conhecida e por esses tempos menos motivadora. A rota do Cabo não era mais essencial para a Coroa portuguesa.<sup>95</sup>

Assim como o conhecimento geográfico, o conhecimento histórico tomou parte no processo de redefinição do poder e da condição da monarquia. Esse processo, conforme descrito por Rodrigo Bentes Monteiro, derivava da consciência do monarca sobre a extensão de seu poder e sua condição, especialmente após o término da Guerra de Sucessão da Espanha. A partir de então, foi percebido um momento de estabilidade e enriquecimento, amparado pelo afluxo de metais americanos. Com o sentimento de fortalecimento político e econômico da Coroa Portuguesa, estabeleceram-se políticas voltadas às representações simbólicas do poder, vinculando "a própria personalidade pública de D. João V à prática do Estado", em um "expressivo sinal de supremacia do poder régio, tendencialmente absolutista"<sup>96</sup>, ainda que esse processo só se tenha completado no reinado seguinte. Essa consciência da monarquia sobre a sua história e sobre a importância de articular a prática política com representações favoráveis de seu passado, de seu presente e de seu futuro motivaram a fundação da Academia Real de História Portuguesa, instituída por decreto de D. João V, em dezembro de 1720. A história da coroa portuguesa seria, a partir de então, reelaborada em um projeto de Estado, "no

---

<sup>94</sup> Joaquim Romero Magalhães. O projecto de D. Luís da Cunha para o Império Português. *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 653-659.

<sup>95</sup> *Ibid.*, p.656.

<sup>96</sup> Rodrigo Bentes Monteiro. *O Rei no Espelho. A monarquia portuguesa e a colonização da América: 1640-1720*. São Paulo: FAPESP/Hucitec/Instituto Camões, 2002, p. 316-317.



sentido do enaltecimento do poder régio, em associação com a história eclesiástica lusitana."<sup>97</sup>

Não é sem razão, portanto, que a Coroa Portuguesa fomenta a associação de letrados para a construção de uma imagem do monarca e também de uma memória histórica de seus domínios.<sup>98</sup> A historiografia em Portugal assumia, então, o dever de representar o passado da monarquia, libertando-a de seus problemas pregressos e preparando, com isso, a emergência de novas relações entre a sociedade e o monarca. Monteiro localiza essa mudança na superação da imagem austera dos reinados anteriores, frequentemente ameaçados e enfraquecidos por conflitos internos e externos. Em seu lugar, numa tentativa de apaziguamento e centralização do poder, instalava-se a postura ostentatória de D. João V.<sup>99</sup> A fundação da Academia Real de História pode ser considerada, portanto, um "significativo passo para maior exercício de poder".<sup>100</sup> Ao mesmo tempo em que se tratava de um movimento de tomada de consciência do passado da monarquia, se reconstruíam as representações históricas, especialmente quando ligadas à figura do monarca.

Para a organização da Academia, foram reunidos documentos e letrados de todas as províncias portuguesas. Tendo Lisboa por centro, instituiu-se uma rede de colaboradores, contando com acadêmicos supranumerários e instituições distribuídos entre os domínios portugueses e também estrangeiros. Sobretudo, destacava-se o caráter coletivo do trabalho acadêmico, implicando tanto a colaboração para a reunião de documentos quanto para a produção intelectual.<sup>101</sup>

A representação da monarquia também se associava com a necessidade de tratar de seus domínios ultramarinos. O interesse no Ultramar foi impulsionado pelo aumento da importância econômica e, concomitantemente, estratégica assumida pela América em relação ao Reino

---

<sup>97</sup> *Ibid.*, p. 317.

<sup>98</sup> Isabel Ferreira da Mota. *A Academia Real da História. Op. Cit.*, p. 265-347; Iris Kantor. *Esquecidos e Renascidos. Op. Cit.* p. 23-87.

<sup>99</sup> Rodrigo Bentes Monteiro. *O Rei no Espelho. Op. Cit.*, p. 317-327.

<sup>100</sup> *Ibid.*, p.158.

<sup>101</sup> Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Real da História. Op. Cit.* p. 54-55.

em princípios do século XVIII.<sup>102</sup> Os saberes ensejados pela Academia estiveram, portanto, relacionados à prática diplomática do Império Ultramarino, buscando elementos para a territorialização portuguesa em um contexto de mudanças nos aspectos geopolíticos.<sup>103</sup> Além disso, o envolvimento de Portugal na Guerra de Sucessão Espanhola (1702 e 1711), tendo apoiado o lado perdedor, causou complicações à sua política externa. Por oposição das demais potências, foram postas em xeque as bulas papais como garantias das posses ultramarinas, a partir das discussões que levaram à assinatura dos Tratados de Utrecht (1712-1714). O aumento da concorrência territorial entre as potências europeias "teria levado Portugal a municiar-se com documentação comprobatória, investindo suas fichas numa política oficial de construção da memória histórica de seus domínios ultramarinos."<sup>104</sup>

As transformações advindas dessa nova forma de representar o rei e seu reino também se manifestaram nos domínios de além-mar. Frente à conturbada fase pela qual passavam os domínios portugueses no Novo Mundo, a solução encontrada era a construção de uma "atmosfera de envolvimento, na qual os súditos fossem contagiados pelo brilho dos raios de seu soberano, não somente pelo temor, mas principalmente naquele momento pelo amor".<sup>105</sup> As complicações a serem combatidas se manifestavam tanto do ponto de vista da proteção das fronteiras quanto no plano interno. Após duas incursões francesas no Rio de Janeiro, em 1710 e 1711, ainda havia forte risco de ataques na Bahia e em Pernambuco. Enquanto isso, na relação entre o Reino e seus vassallos, uma série de conflitos se estabelecia. Após a descoberta de ouro nas Minas Gerais, no final do século XVII, as relações de poder no Brasil se abalam. Os interesses dos proprietários de engenhos açucareiros das capitanias do Norte se veem preteridos pela atenção dada à região aurífera. Mesmo os conflitos internos das Minas Gerais são de difícil manejo: entre 1707 e 1709, a Guerra dos Emboabas contrapôs os paulistas, que haviam descoberto as minas de ouro, e os "forasteiros", que vinham de diversas regiões do Brasil e até do Reino, na intenção de explorar essas jazidas. Na

---

<sup>102</sup> Joaquim Veríssimo Serrão. *A Historiografia Portuguesa*. Op. Cit, p. 252; Iris Kantor. *Esquecidos e Renascidos*. Op. Cit. p. 45-57.

<sup>103</sup> Iris Kantor. Soberania e territorialidade colonial. Op. Cit. p. 232-239.

<sup>104</sup> Iris Kantor. *Esquecidos e Renascidos*. Op. Cit. p. 19.

<sup>105</sup> Rodrigo Bentes Monteiro. *O Rei no Espelho*. Op. Cit. p. 320.

capitania de Pernambuco, com o enfraquecimento da economia açucareira e o fortalecimento dos comerciantes reinóis frente aos tradicionais proprietários de engenhos, deflagrou-se a Guerra dos Mascates (1710). Em Salvador, nos Motins do Maneta (1711), era criticada a elevação de taxas decorrente da necessidade de obter recursos para o patrulhamento das regiões costeiras, após o sucesso da supracitada segunda tentativa de invasão pelos franceses no Rio de Janeiro. Posteriormente, em 1720, a população das Minas Gerais protestava contra o aumento do controle sobre o comércio local e sobre a extração do ouro, com a instalação de casas de fundição. Eclodia a revolta de Filipe dos Santos.<sup>106</sup>

Em razão da mudança de postura da monarquia portuguesa, se multiplicavam festividades e cerimoniais na América. Esses eventos tomavam lugar como os principais responsáveis pelo apaziguamento social e pelo fortalecimento dos laços administrativos na Colônia. Com isso, se fortaleciam as relações entre o poder monárquico e seus vassallos também no ultramar.<sup>107</sup>

Para além das festas, realizaram-se as reuniões das academias coloniais, mobilizando importantes vassallos do rei em torno de artes e ciências. A cidade de Salvador sediou a Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725) que, além de poesias, produziu uma série de *Dissertações Históricas*, tendo a América Portuguesa como objeto. Os letrados ali reunidos promoveram, em muitos momentos, a representação do monarca de Portugal e também do vice-rei do Brasil, reinterpretao os sentidos atribuídos ao próprio império.

A fundação da Academia Brasílica dos Esquecidos tem inspiração na criação de sua congênere reinol, a Academia Real de História Portuguesa.

---

<sup>106</sup> Sobre a cidade do Rio de Janeiro no século XVIII e as invasões francesas, ver Nireu Cavalcanti. *O Rio de Janeiro Setecentista. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004; Maria Fernanda Bicalho. *A Cidade e o Império. O rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Quanto à Guerra dos Emboabas, ver Adriana Romeiro. *Paulistas e Emboabas no Coração das Minas*. Ideias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. Para um panorama político do Brasil setecentista, ver Laura de Mello e Souza. *O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; Rodrigo Bentes Monteiro. *O Rei no Espelho. Op. Cit.* p. 283-293.

<sup>107</sup> Rodrigo Bentes Monteiro. *O Rei no Espelho. Op. Cit.* p.316-327.

Ainda que, como bem apontou Pedro Telles da Silveira<sup>108</sup>, não conste nenhuma informação a respeito da influência de uma instituição sobre a outra na sua *notícia de fundação*,<sup>109</sup> encontra-se o paralelo feito nos textos dos próprios acadêmicos baianos em sua primeira reunião, datada de 23 de abril de 1724. Para essa ocasião, André de Figueiredo Mascarenhas escreveu um soneto dedicado "Ao Excelentíssimo Senhor Vasco Fernandes César de Meneses Vice-Rei do Estado do Brasil que a exemplos de El-Rei nosso Senhor, que antes fundara em Portugal a Real Academia, fundou agora na côrte da Bahia a Academia Brasílica dos Esquecidos, de que é Protetor". Os versos explicitam sua percepção da relação entre as duas instituições:

Lá funda em Portugal Academia  
O Monarca do Reino grande aumento,  
Cá dos passos Reais em seguimento  
Outra fundais, ó César, na Bahia.

Tanto preço em vós há, tanta valia,  
Que tem ações de Rei vosso talento;  
Mas um César de tal merecimento  
Suprir de um Rei na falta só podia.

Que inda que Rei não sois, dais nesta emprêsa  
E nas mais, de que a Fama ao Mundo atroa,  
De ser Rei nas ações cabal certeza;

Que, como em vossa aplauso se pregoa,  
Se o Cetro vos negou a natureza,  
As ações vos seguram a coroa.<sup>110</sup>

O reforço da imagem do monarca também abre espaço para discursos em favor do Vice-Rei como seu representante na América. A figura do Vice-Rei do Brasil Vasco Fernandes César de Menezes foi associada, nos discursos sobre a fundação da Academia dos Esquecidos, à relação entre o Reino e seus domínios. Nascido em Portugal e tendo já ocupado o cargo de Vice-Rei da

<sup>108</sup> Pedro Telles da Silveira. *O cego e o coxo: Crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725)*. Dissertação (mestrado em história) - Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2012, p. 62-65.

<sup>109</sup> Não são conhecidos, até o momento, estatutos para a Academia Brasílica dos Esquecidos. A "notícia de fundação" da instituição relata brevemente os motivos e meios para sua composição. Cf. "Notícia da Fundação". In: José Aderaldo Castello. *O Movimento Academicista no Brasil, 1641-1820-22*. v. 1, tomo 1. p.3.

<sup>110</sup> André de Figueiredo Mascarenhas. Ao Excelentíssimo Senhor Vasco Fernandes César de Meneses Vice-Rei do Estado do Brasil que a exemplos de El-Rei nosso Senhor, que antes fundara em Portugal a Real Academia fundou agora na côrte da Bahia a Academia Brasílica dos Esquecidos, de que é Protetor. In: José Aderaldo Castello. *O Movimento Academicista no Brasil*, v. 1, t. 5. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969, p. 50.

Índia Portuguesa, entre 1712 e 1717, teve valorizadas, em sua representação, as atividades em diferentes regiões do Ultramar antes de ocupar o cargo no Brasil, a partir de 1720. Escreveu Inácio Barbosa Machado que

resolveu pois estes melhor César do Cristianismo [o Vice-Rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes], que para a glória do seu Monarca e para novo esplendor desta América Portuguesa se ilustrassem os Fastos do Império Lusitano com os nossos escritos, assim como ele os fizera triunfantes na Europa com sua espada, gloriosos na Ásia com suas vitórias lembrando-se de que esta ação a fazia igual ao primeiro Augusto, e procurou excedê-lo, não só como verdadeiro culto de infalível Divindade; mas com eternizar a memória de nossos Heróis; uns que pelejando como Capitães insignes conservaram este Império Ultramarino na obediência da sua Pátria; e outros que sagradamente pródigos da vida a sacrificaram no obséquio da Religião, que exercitavam, digo, que ensinavam.<sup>111</sup>

A pessoa do Vice-Rei encarnava, portanto, a ligação entre as partes do extenso Império Português, por ter anteriormente servido a Portugal na Europa e na Ásia. Além disso, se destaca a referência feita por Inácio Barbosa Machado ao sucesso obtido tanto nas armas quanto nas letras, apropriando-se de uma antiga tópica retórica para representar, ao mesmo tempo, a história de Vasco Fernandes César de Meneses e a história da Academia Brasílica dos Esquecidos. Isso porque a tópica das letras e armas

estabelece certa reciprocidade a partir da qual linguagem e experiência, palavra e ação, ciência e política misturam-se de modo que a tarefa do literato e aquela do militar podem ser equiparadas segundo princípios equivalentes. Ou seja, o glorioso empreendimento lusitano se deu com homens que carregavam, muitas vezes simultaneamente, a pena e a espada. A Academia dos Esquecidos nasce sob o signo dessa relação. O que está por trás dessa questão é justamente o papel do discurso histórico como elemento fundamental da política imperial portuguesa, encarado segundo uma perspectiva de *historia magistra vitae* em suas relações com as práticas do bom governo.<sup>112</sup>

Além disso, na ideia de articular uma história dos domínios portugueses, o acadêmico atribui a conservação do Império Ultramarino a dois grupos principais de agentes. Por um lado, os feitos dos militares eram considerados responsáveis pela expansão e pela proteção do Império. Por outro lado, os

<sup>111</sup> Inácio Barbosa Machado. Exercícios de Marte Nova Escola de Belona Guerra Brasílica (1724). *Op. Cit.*, p. ix-x.

<sup>112</sup> Fernando Nicolazzi. Entre 'letras & armas', a história como disputa. *Op. Cit.* p. 42.

religiosos que disseminavam a fé católica entre os nativos americanos eram citados. O ensinamento e o exercício da religião se confundem no discurso de Inácio Barbosa Machado de maneira bastante explícita. A associação entre as ações militares e religiosas, um pouco mais sutil, é o que sustenta sua argumentação de que o Brasil é terra destinada para os Portugueses.

A associação da fundação de academias letradas voltadas para o conhecimento histórico em Portugal e no Brasil com o reforço da posição do monarca frente aos seus vassallos e também com a execução de um programa diplomático forte vai ao encontro da ideia de História valorizada naquele momento. Os intelectuais portugueses pensavam a História como um meio de prever os acontecimentos políticos e diplomáticos vindouros e como um guia para as ações da monarquia. Por isso, a História era conhecimento obrigatório na formação do Rei, junto a outros como a Cosmografia, a Ciência Política e a Filosofia Moral.<sup>113</sup>

A História e a Política eram vistas como complementares pelos letrados componentes da Academia Brasílica dos Esquecidos. A origem do saber histórico e da faculdade política se confundem, segundo o letrado, na gênese bíblica. Pelo motivo de serem tão antigos quanto o mundo, tais conhecimentos se encontrariam intrinsecamente ligados. Ao passo que a Política servia como matéria para a História, era a partir da História que se encontravam os melhores caminhos para seguir na Política. Afirmou Luís Siqueira da Gama que

dá a política decoroso assunto à história, tem a história na política o melhor exemplar: filhas de um mesmo Pai; porque de um afeto só constantes sempre para aproveitar aos homens; nasceram irmãs legítimas estas duas sublimes faculdades: a primeira história que reconheceu o mundo foi a narração, e o princípio do mesmo mundo: a primeira política que advertiram os homens foi a que principiou nos rudimentos dos mesmos homens: a primeira história foi a da criação do mundo grande, a primeira política foi a sociedade primitiva do mundo breve; antes de haver política sim teve argumento a história; muito porém antes de haver história a política tinha motivado aos homens não poucas utilidades: a matéria da história teve princípio antes do princípio do mundo, no seu primeiro caos.<sup>114</sup>

<sup>113</sup> Rodrigo Bentes Monteiro. *O Rei no Espelho*. Op. Cit. p. 165-167.

<sup>114</sup> Luís Siqueira da Gama. *Dissertações altercadas e resolutas...* Op. Cit. p. 11-12.

A valorização da História enquanto "melhor testemunha dos tempos, relatora dos séculos, Luz da verdade, vida da memória, e mestra da vida"<sup>115</sup>, conhecimento útil, capaz de guiar as ações do presente e de projetar um futuro, a colocava em lugar de guia para a prática política. A partir dos exemplos, da experiência nela contida, acreditava-se poder chegar à melhor solução para os problemas políticos e para a administração dos reinos. Portanto, a História produzida no âmbito das academias letradas lusitanas e luso-americanas deveria, segundo seus integrantes, mais do que representar o passado, ser capaz de instruir e esclarecer os monarcas em sua atuação no presente e rumo ao futuro.<sup>116</sup> No entanto, cabe lembrar a impossibilidade da escrita da História de maneira neutra e desvinculada das crenças e das práticas sócio-políticas de seu tempo e lugar.

Não há ingenuidade na escrita histórica, nunca houve. A utilização política do passado é um dado concreto, inquestionável para todas as épocas. No que toca a cada época, a diferença reside onde é utilizada, como e em que sentido. E no período barroco, a utilização da História residia na sua utilidade para conservar a paz, gerir os problemas ligados ao Estado e à Guerra, para resolver os conflitos dos impérios e para discernir a orientação dos regimes políticos.<sup>117</sup>

Portanto, essas duas dimensões do pensamento - a História e a Política - estiveram interligadas no processo de fundamentação do Império Português tanto no plano do fortalecimento da monarquia quanto nas contendas internacionais. Em começos do Setecentos português, a necessidade de desenvolver a memória histórica e cartográfica da expansão territorial portuguesa era percebida e destacada especialmente por diplomatas. Dom Luís da Cunha observou, já em 1712, a importância de mapear com maior solidez os territórios lusitanos na América.<sup>118</sup> Sua influência nessa matéria foi decisiva para a adoção de políticas voltadas ao conhecimento e representação dos territórios americanos, visto que

em suas missivas às autoridades no reino, insistia na necessidade de se construir uma base cartográfica sólida dos territórios ocupados

---

<sup>115</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>116</sup> Júnia Ferreira Furtado. *Oráculos da Geografia Iluminista. Op. Cit.* p. 87.

<sup>117</sup> Maria Lêda Oliveira. *A História do Brasil de Frei Vicente do Salvador. História e Política no Império Português do Século XVII.* Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008, p. 78.

<sup>118</sup> Júnia Ferreira Furtado. *Oráculos da Geografia Iluminista. Op. Cit.* p. 57.

pelos portugueses no Brasil e foi, em grande parte sob sua influência, que, desde o segundo quartel do século XVIII, Portugal deu início a uma verdadeira febre cartográfica dos territórios brasileiros para municiar seus representantes diplomáticos com informações precisas especialmente sobre as regiões em disputa.<sup>119</sup>

A construção de um discurso histórico e geográfico sobre as colônias era, portanto, uma das maiores necessidades diplomáticas do Império Português, que necessitava promover a coesão e a segurança de unidades territoriais descontínuas. A superação das distâncias entre o Reino e seus domínios passava pela representação de um império de base marítima, cujo nexo fundamental se encontrava no oceano e nas rotas navais<sup>120</sup> e era de grande importância para a sua legitimação nos planos interno e externo.

Essa necessidade não foi ignorada pelos acadêmicos situados em Salvador. Nas *Dissertações Históricas* da Academia Brasílica dos Esquecidos, percebe-se que a descontinuidade territorial contrapõe-se à ideia de continuidade de um projeto de "civilização", no sentido de expandir a cultura portuguesa e católica para além do continente europeu. Descreve-se a divisão administrativa do Brasil, conferindo um sentido político organizado ao território previamente descrito. As divisões por capitanias são apresentadas em listagens diferentes daquelas distribuídas inicialmente, constando ainda a afirmação da ampliação das mesmas, demonstrando o aumento do território ocupado por portugueses.

Dividiu-se o Brasil nos primeiros anos de seu descobrimento em catorze Capitanias ou Províncias: a saber maranhão, Tamaracá (que é a mais antiga), Bahia, Pernambuco, Ilhéus, Pôrto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente: hoje porém consta de algumas destas, e outras mais, excetas as que a Majestade de El-Rei Nosso Senhor tem comprado e unindo a Coroa Real fazendo-as da sua imediata proteção. Tem o Brasil onze governos distintos, a saber, Maranhão que é sôbre si; Paraíba, Pernambuco, Sergipe del-Rei, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santos, Nova Colônia, São Paulo, Minas Gerais, mas todos êstes últimos nove subordinados presentâneamente à grandiosa Metrôpole de todo o Estado que é esta sublime cidade da Bahia.<sup>121</sup>

---

<sup>119</sup> Ibid., p. 56-57.

<sup>120</sup> António Manuel Hespanha & Maria Catarina Santos. "Os poderes num império oceânico". *Op. Cit.* p. 395-413.

<sup>121</sup> Luís Siqueira da Gama. *Dissertações altercadas e resolutas...* *Op. Cit.* p. 25.



A centralidade assumida por Salvador - considerada "a pedra mais preciosa desta coroa"<sup>122</sup> - na representação política da América Portuguesa associa-se com a ideia da formação de uma "Nova Lusitânia Ocidental" pela passagem da civilização e da fé cristã da Europa à América. A própria fundação da cidade de Salvador se explica segundo a adoção do modelo civilizacional europeu na América. A aplicação dessa tópica serve, nesse sentido, para dar valor à ação portuguesa em seus domínios coloniais para além do viés comercial do empreendimento.

[O] Governador Tomé de Sousa (...) em breves dias conseguiu o transporte de gente, armas, materiais e mantimentos, podendo-se sem hipérbole dizer que do mar à terra se transferia à futura Bahia, ou que da Europa à América passava a nova Cidade.<sup>123</sup>

Segundo a ótica da legitimação do domínio territorial, as representações acerca da cidade baiana se somam a essa tópica, sendo parte constituinte da catequização dos índios e também da aplicação de leis e medidas administrativas. A comparação com a Europa, muito além de ser um mero indicativo de uma escrita voltada para o público leitor no Reino, serve como caracterização do sucesso português em suas políticas civilizacionais para a Colônia.

Eis aqui e quando pròpriamente podemos dizer passou a religião Católica aos Índios do Brasil, e eis aqui também o escuro princípio da esclarecida Cidade da Bahia que em artefatos, polícias, e opulências, parece poder apostar igualdades com as mais célebres de Europa, como com menos hipérbole que realidade cantou em outros anos algum engenho.<sup>124</sup>

É importante destacar a relevância do aspecto temporal inserido nessa construção. A representação da cidade da Bahia faz parte da composição de uma longa e grandiosa trajetória, na somatória de várias significações acerca de seu passado. Em um passado remoto, a História da cidade apontava para a larga tradição lusitana, para a fé católica e para a construção do Império. No passado mais recente, remete-se à trajetória portuguesa na América, obrando

<sup>122</sup> Inácio Barbosa Machado. Os exercícios de Marte... *Op. Cit.* p. cxvi.

<sup>123</sup> Gonçalo Soares da Franca. Dissertações da História Eclesiástica do Brasil... *Op. Cit.* p. 278-279.

<sup>124</sup> *Ibid.*, p. 278-279.

para estabelecer a cidade como se descreveu no presente vivido pelos acadêmicos. Esse é justamente o tempo de confirmação do que se obrou nos outros, com a equiparação da cidade americana com as europeias em tamanho e em questões administrativas e políticas. O futuro, por sua vez, se abriria em função da continuidade dessa difusão da cultura e da fé, tendo em vista que era pouco conhecido o interior do Brasil, enquanto parte de "um espaciosíssimo, mas duvidoso continente".<sup>125</sup>

Cabe ainda acrescentar um aspecto de grande relevância no tocante às representações da história, do espaço e a diplomacia no que se refere aos domínios ultramarinos. Sem dúvida, foi fundamental o papel exercido pelos tratados diplomáticos na ação de expansão lusitana, como bem demonstrou António Vasconcelos Saldanha, abordando a questão das ações portuguesas no oriente.<sup>126</sup> No entanto, é importante destacar que esses tratados eram apenas uma dimensão das relações estabelecidas no contexto colonial, visto que as formas de controle da metrópole sobre territórios e populações também ocorriam a partir de arranjos econômicos e demográficos não acordados formalmente.

Também os condicionantes culturais desse sistema são de grande importância, tendo em vista que as representações dos povos e espaços em questão serviam ao embasamento das relações entre os europeus e os povos do ultramar, estabelecendo não só as normas de relações diplomáticas, mas também as condições de vida cotidiana, de ocupação do espaço, de trabalho e de comércio. Portanto, as mudanças suscitadas nas representações sociais pela existência, pela disputa e pela experiência de um Novo Mundo constituíram um campo cultural e politicamente denso e complexo, do qual fazem parte os tratados diplomáticos formais, mas também o integram inúmeras manifestações populares e eruditas, cotidianas e de trabalho intelectual, intencionais e fortuitas. A disputa territorial pela América foi, portanto, muito além dos conflitos militares e das embaixadas e das negociações diplomáticas oficiais. Como afirmou Raffestin,

---

<sup>125</sup> Caetano de Brito e Figueiredo. Dissertações acadêmicas e históricas, nas quais se trata da história natural das coisas do Brasil. *Op. Cit.* p. 148.

<sup>126</sup> António Vasconcelos de Saldanha. *Iustum Imperium: dos tratados como fundamento do império dos portugueses no oriente: estudo de história do direito internacional e do direito português*. Lisboa: Fundação Oriente / Instituto Português do Oriente, 1997, p. 228-234.

o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto um 'processo' do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder.<sup>127</sup>

Desde os primeiros contatos entre as potências europeias e o espaço americano, uma série de relações começou a ser construída. As representações sociais derivadas desses encontros resultam de ações protagonizadas por inúmeros sujeitos, muitos dos quais estavam situados distantes do continente sobre o qual debatiam. Entre os diversos registros que constituem a memória desse interesse pela América, as obras produzidas pela Academia Brasílica dos Esquecidos ocupam o lugar da primeira iniciativa fomentada pelo rei de Portugal e pelo seu Vice-Rei no Brasil de arregimentar intelectuais que participassem dessa disputa pelas letras desde o âmbito americano.

A reunião de letrados em torno da Academia Brasílica dos Esquecidos permitiu que fossem postos em discussão, por residentes do Brasil, grandes questões políticas, teológicas e filosóficas de seu tempo. A interpretação estabelecida por esses letrados acerca da história diplomática portuguesa, especialmente quando considerada a posição do Estado como fomentador da instituição, é indício do desenvolvimento deste *locus historiográfico* luso-americano, conforme discutido acima. No entanto, mais que interpretar e descrever a seu modo os fatos formadores do extenso império do qual faziam parte, os letrados agremiados na dita academia estabeleciam olhares sobre o continente que habitavam, representando a população, a economia, as territorialidades, a religiosidade e a militar, entre outros aspectos da vida americana, em seus vários tempos e espaços.

Tais interpretações, muitas vezes realizadas em oposição a letrados estrangeiros, estabeleceram uma frente de disputa pela América a partir da elaboração e da reelaboração de ideias e significados relativos ao continente que circulavam por meios oficiais e também nos relatos informais. Pode-se dizer que a Academia Brasílica dos Esquecidos fez das armas lusitanas objeto de suas letras e de suas letras armas em defesa de Portugal "pois melhor voa

---

<sup>127</sup> Claude Raffestin. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. p. 7-8.

a espada triunfante / melhor a pena corta vencedora",<sup>128</sup> como escreveu Gonçalo Soares da Franca em um soneto em homenagem ao Vice-Rei do Brasil, referindo-se à união entre os sucessos nas armas e nas letras, os dois lados da tópica retórica, na sua pessoa.

---

<sup>128</sup> Gonçalo Soares da Franca. "Dissertações da História Eclesiástica do Brasil..." *Op. Cit.* p. 230.

### **3. A HISTORIOGRAFIA EM DEFESA DO IMPÉRIO**

Neste capítulo se buscará compreender as representações acerca da formação do Império Português e de sua sustentação diplomática na história luso-americana elaborada pelos letrados da Academia Brasileira dos Esquecidos. Em um primeiro momento, trataremos das representações referentes à legitimação do Império Ultramarino de um ponto de vista geopolítico, discutindo os princípios diplomáticos estabelecidos por Portugal na modernidade e a valoração deles pelos acadêmicos setecentistas. Posteriormente, serão abordadas as representações que os acadêmicos elaboraram acerca da formação do Império Português pelas conquistas da Ásia, da África e da América. Finalmente, as representações da expansão das colônias luso-americanas e da relação entre portugueses e indígenas será discutida, a fim de compreender a fundamentação estabelecida para o modelo de ocupação da América. Essa discussão incorporará as noções de posse, guerra justa e soberania, buscando analisar como se representou a legitimidade da expansão do Império Português.

#### **3.1 "ARMAS & LETRAS": GEOPOLÍTICA E CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA IMPERIAL**

Trataremos, nesta primeira seção, das representações componentes da historiografia acadêmica luso-americana quanto aos direitos territoriais, políticas interimperiais e tratados de limites. Para tanto, consideraremos o

contexto diplomático de inícios do século XVIII. Faremos, ainda, uma tentativa de aproximar as características da historiografia setecentista - especialmente em sua vertente luso-americana - com as demandas desse contexto, a fim de verificar de que modo a Academia dos Esquecidos correspondeu às condições geopolíticas de seu tempo.

\* \* \*

Já durante o século XVI, os portugueses defendiam a doutrina do *Mare Clausum*, amparados pelas bulas papais e pelos tratados internacionais até então celebrados, contra as pretensões do rei francês Francisco I (1494-1547), que defendia a doutrina da livre navegação e do direito das gentes como definidor dos impérios, de forma que a posse territorial dependeria da ocupação efetiva, e não dos títulos de descobrimento.<sup>129</sup> Tais divergências em torno das questões do direito territorial dos impérios eram de extrema importância para Portugal, tendo em vista a necessidade de defesa de seus amplos domínios na América, África e Ásia e as dificuldades em povoá-los e defendê-los militarmente, frente às ameaças representadas pelas invasões estrangeiras, particularmente no caso das ocupações francesas de territórios costeiros na América Portuguesa, desde 1555.

Essa situação se agrava a partir da Paz de Westfália, que deu fim às guerras religiosas na Europa, e que foi considerada um ponto de clivagem no reordenamento diplomático mundial. Com a contestação da posição de arbítrio da Santa Sé em assuntos mundanos pertinentes aos povos europeus, as políticas imperiais embasadas na teologia passam a perder espaço para modelos mais secularizados de relações internacionais.<sup>130</sup> Em função disso, ocorre uma reconfiguração dos aparatos jurídicos garantidores dos territórios imperiais, o que inclui a inserção de novas formas de documentação comprobatória das conquistas. Em particular, a entrada dos mapas como parte da argumentação jurídica em favor de uma definição territorial demonstra a

---

<sup>129</sup> Laura de Mello e Souza. O nome do Brasil. *Revista de História* (USP), v. 1, 2002, p. 61-86.

<sup>130</sup> Sheila Conceição Silva Lima. Cisma: Tradição e modernidade na diplomacia de D. João V. *Op. Cit.* p. 104.

tensão entre o domínio efetivo e o domínio nominal dos territórios, questão colocada frequentemente em disputa nas negociações.<sup>131</sup>

A reorganização do espaço diplomático global e as sucessivas imposições das potências em ascensão forçavam, portanto, uma gradual conformação das políticas lusitanas às definições de posse territorial mais voltadas ao direito natural que às bulas papais. Foi precisamente a partir das negociações de Westfália (1648), nas quais foi negada a participação aos lusitanos, que Portugal se viu "forçado a aceitar a doutrina do *Mare Liberum* de Grócio, posição que implicava revisões da bula *Inter Coetera* e do Tratado de Tordesilhas (1494)".<sup>132</sup>

Hugo Grócio (1597-1645) colocou em xeque as bases jurídicas que garantiam os monopólios de navegação marítima para os impérios ibéricos, com a escrita de um comentário jurídico intitulado *De Iure Praedae* (1603-1608), que circulou enquanto manuscrito. Um dos capítulos desse tratado resultou em sua dissertação *De Mare Liberum* (1609), impressa e traduzida para diversos idiomas, que questionava a legitimidade de argumentos portugueses em função dos títulos de domínio. O jurista, advogando em defesa da Companhia das Índias Orientais, propunha a liberdade de comércio dos holandeses na Ásia. Quanto ao direito de posse de bens por uma nação, Grócio criticava a concepção portuguesa de *dominium*, afirmando que o descobrimento não bastava para a criação de títulos de domínio, sendo necessária a posse efetiva e permanente das regiões em questão.<sup>133</sup> Além disso, o jurista propôs ser impossível considerar os portugueses como descobridores da Índia, sendo tais terras conhecidas desde a antiguidade.<sup>134</sup>

As bulas papais também são vistas como inválidas enquanto títulos de posse, em função de duas razões: a primeira aponta que o Papa foi legitimamente escolhido como mediador na contenda entre Portugal e Espanha, tendo os dois monarcas aceitado essa intervenção. No entanto, as

---

<sup>131</sup> Iris Kantor. Usos diplomáticos da Ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Op. Cit.* p. 77.

<sup>132</sup> *Ibid.*, p77

<sup>133</sup> Iris Kantor. A Academia Real de História Portuguesa e a Defesa do Patrimônio Ultramarino: da paz de Westfália ao Tratado de Madri. (1648-1750). In: Maria Fernanda Bicalho & Vera Lúcia Amaral Ferlini. *Modos de Governar*: Ideias e práticas políticas no Império português (sec. XV-XIX). São Paulo: Alameda Editorial, 2005. p. 257-276.

<sup>134</sup> Hugo Grotius. *The Free Sea*. Indianapolis: Liberty Fund, 2004. Disponível em: <[Http://oll.libertyfund.org/titles/859](http://oll.libertyfund.org/titles/859)>. Acesso em: fev. 2014.p. 5-6.

decisões proferidas nesse ato diriam respeito apenas aos dois reinos ibéricos nele envolvidos, e não aos demais potentados. A segunda razão se apoia na ideia de que, ainda que se considerasse o Papa como detentor do poder de conceder a cada uma dessas monarquias uma parte do mundo, isso não garantiria aos portugueses a soberania de sua parcela, pois essa não deveria ser entendida como originária de uma doação, mas sim da posse efetiva de algo.<sup>135</sup>

Também são discutidas, na obra, as prerrogativas dos portugueses em afirmar seu direito de conquista a partir do direito de guerra. Grócio considerou que não se encontravam ali pretextos para guerras, e que não sucedera nenhuma guerra recente, quando da chegada dos holandeses. Além de tudo, a guerra não garantiria a soberania, exceto no caso de ser clamado o direito de conquista, o que não seria possível pelo fato de não serem ocupadas, efetivamente, as terras em questão.<sup>136</sup>

Grócio concebia o direito natural como determinante na definição da soberania. Sua negação dos direitos portugueses sobre as Índias Orientais pela doação pontifícia colocava em questão, por consequência, todas as posses territoriais embasadas em concessões da Santa Sé, incluindo o Tratado de Tordesilhas (1494).<sup>137</sup>

Quanto à garantia de domínio marítimo, Grócio afirmava que os portugueses não podiam favorecer-se de citações de autoridades. Afirmava que todos os autores que consideravam os mares passíveis de se sujeitarem a alguma soberania individual apontavam que essa soberania derivava do domínio sobre portos e praias próximos à área oceânica em questão, o que não correspondia à situação lusitana no Oriente.<sup>138</sup>

As críticas de Grócio a respeito da natureza do *dominium* e às condições de sua aplicação aportavam grandes problemas para Portugal, agravados pelo fato de que esse esforço em demonstrar que os portugueses não tinham direitos de domínio sobre o mar se dirigia, sobretudo, para a discussão das relações comerciais. Tratava-se de afirmar que uma nação não poderia impedir

---

<sup>135</sup> *Ibid.*, p. 9-11.

<sup>136</sup> *Ibid.*, p. 11-15.

<sup>137</sup> Iris Kantor. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850) *Op. Cit.*, p. 40.

<sup>138</sup> Sérgio Buarque de Hollanda. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 390-391.



a existência de relações comerciais entre outras duas.<sup>139</sup> Isso atacava diretamente a concepção de "conquista" a que se referiam os portugueses em sua expansão para o Oriente, que foi diferente daquela adotada por outros potentados. Da conquista, para os lusos, não derivavam direitos da Coroa sobre pessoas - como aplicado pelos espanhóis - ou sobre terras - como acontecia entre os franceses e ingleses - mas sobre o comércio, e por extensão, sobre o mar.<sup>140</sup>

A essa questão está relacionado o fato apontado por Seed de que "em suas disputas com outras nações europeias, os oficiais portugueses reivindicavam o direito de exercer um monopólio comercial sobre regiões que seriam inacessíveis sem suas técnicas."<sup>141</sup> Nesse sentido, erguer colunas (*padrões*) demarcadoras da chegada dos portugueses a determinadas regiões era uma forma de declarar os direitos de navegação e comércio dos portugueses sobre áreas que visitaram primeiro, graças às suas técnicas e conhecimentos. A isso se somava a ideia de que o "descobrimento", não das populações porque já eram conhecidas desde a antiguidade, mas das rotas asiáticas pelos navegadores lusitanos permitia trazer os povos orientais para a fé católica, inserindo a missão religiosa nas prerrogativas para o monopólio. O comércio - por ser uma forma de comunicação entre as nações - era visto como um meio de propagação da cultura e da fé.<sup>142</sup> Esse argumento, para além da defesa dos interesses portugueses, prezava pelo embasamento da expansão por aspectos teológicos, que constituía uma representação de imenso valor para o Império Português.

A resposta de Portugal não tardou, ainda que fosse muito complicado defender-se dos argumentos levantados pelo opositor, que se baseava no direito romano e no direito comum medieval, mas também nos próprios juristas ibéricos.<sup>143</sup> Os defensores de Portugal e Espanha, nessa contenda, acabaram

---

<sup>139</sup> Anthony Pagden. *Commerce and Conquest: Hugo Grotius and Serafim de Freitas on the Freedom of the Seas. Mare Liberum*. v. 20, 2000. p. 33-55.

<sup>140</sup> *Ibid.*, p. 33-55.

<sup>141</sup> Patrícia Seed. *Cerimônias de Posse na Conquista Europeia do Novo Mundo (1492-1640)*. *Op. Cit.* p. 168.

<sup>142</sup> Anthony Pagden. *Commerce and Conquest : Hugo Grotius and Serafim de Freitas on the Freedom of the Seas. Op. Cit.* p. 33-55.

<sup>143</sup> Também os outros potentados europeus contrapunham, por motivações próprias, a doutrina de Grócio. O jurista escocês William Welwod publicou, em 1613 o manifesto *An Abridgement of All Sea-Lawes*, e posteriormente, em 1615, *De Dominio Maris*. O inglês John Selden publicou,

envolvidos na difícil tarefa de "explicar como é que a prescrição (que, de resto, teria que ser imemorial), o privilégio ou a lei positiva podiam derogar o direito natural."<sup>144</sup>

A expressão mais importante da tentativa de defesa lusitana está na obra *De Iusto Imperio Lusitanarium Asiatico* (1625), de Serafim de Freitas (1570-1633). Segundo essa obra, os príncipes ibéricos teriam seus títulos de domínio vinculados aos descobrimentos, além de terem por obrigação a cristianização dos povos asiáticos. Por meio de bulas pontifícias, os príncipes podiam ser encarregados de evangelizar os povos não cristianizados, podendo ser-lhes concedido o direito de navegação e também de comércio com esses povos.<sup>145</sup> O jurista também defendia o mesmo direito por prescrição imemorial, considerada como a decorrência de mais de um século da condição em questão.<sup>146</sup>

Segundo Hespanha e Santos<sup>147</sup>, a solução encontrada pelos juristas alinhados com Portugal foi a da defesa de um caráter diferenciado de aplicação da doutrina do direito natural no caso dos príncipes. Contudo, isso trazia complicações, tendo em vista que era já bem estabelecida a ideia de que se aplicava o direito natural aos príncipes, o que os levou a buscar apoio em autores que reforçavam o poder da monarquia, como Jean Bodin, para sustentar esse argumento. Além disso, se argumentava por outros princípios. Em primeiro lugar, que os portugueses foram os primeiros a ocupar as regiões disputadas; também se apoiavam na prescrição imemorial, advogavam a validade da doação pontifícia e que a conquista ter-se-ia realizado por guerra justa. Apesar dessas tentativas, era notória a dificuldade lusitana em defender a possibilidade de um monarca apropriar-se, para seu uso exclusivo, do espaço marítimo, que era considerado público pelo direito natural.

---

em 1618, a obra *Mare Clausum* e o espanhol Juan Solórzano y Pereyra redigiu o *De Indiarum Iure*, em 1629.

<sup>144</sup>António M. Hespanha & Maria C. Santos. *Os Poderes num Império Oceânico*. *Op. Cit.*, p. 352.

<sup>145</sup>Iris Kantor. *A Academia Real de História Portuguesa e a Defesa do Patrimônio Ultramarino*. *Op. Cit.*, p. 261

<sup>146</sup>Iris Kantor. *Usos Diplomáticos da Ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas*. *Op. Cit.*, p. 78.

<sup>147</sup>António M. Hespanha & Maria C. Santos. *Os Poderes num Império Oceânico*. *Op. Cit.*, p. 352.

Dadas as dificuldades em fundamentar eficientemente as práticas adotadas pelo seu modelo de império frente ao poderio das demais potências, Portugal acabou em uma posição muito problemática em termos jurídicos. Ao mesmo tempo em que perdiam a vantagem tecnológica de que se serviram na expansão do Império, os lusitanos perdiam as garantias de legitimação de seus domínios.<sup>148</sup>

No campo historiográfico, as disputas políticas pelas "letras e armas" durante a Era Moderna tiveram como efeito uma mudança que, segundo Maria Lêda Oliveira, se caracteriza na centralidade assumida pela utilidade política no discurso da História, relacionada à razão de Estado. Por isso, o final do século XVI e a primeira metade do século XVII são marcados por

uma necessidade premente de se alertar o Estado para a conservação das suas possessões. Os alvites e os prognósticos históricos em relação às possíveis perdas das colônias de além-mar já estavam presentes no momento em que se vislumbrava a crise política e econômica do Império português, principalmente com a morte de d. Sebastião, na batalha de Alcácer-Quibir, e o vazio de poder daí originado, com a paulatina perda de dignidade de Portugal diante do resto da cristandade.<sup>149</sup>

O papel da História em relação à manutenção das conquistas não ficou diminuído após as guerras de restauração de Portugal (1641-1668). A monarquia promoveu, cada vez mais, uma aproximação com as letras, preocupada com a preservação das posses territoriais, mas também com a própria elaboração de representações que sustentassem o poder político. Isso porque, no período filipino, Portugal tornou-se subsidiário de Espanha tanto em termos institucionais quanto em sua política externa. Tratando-se dos domínios ultramarinos, os tempos da União Ibérica coincidiram com a formação das Companhias das Índias por parte da Inglaterra e da Holanda, que, no limite, resultou na ocupação holandesa no Nordeste do Brasil.<sup>150</sup>

Portugal ainda se deparava com complicações resultantes da restauração do Reino, proclamada no ano de 1640, no plano diplomático. A

---

<sup>148</sup> *Ibid.*, p. 352-353

<sup>149</sup> Maria Lêda Oliveira. *A História do Brasil de Frei Vicente do Salvador: história e política no Império Português do século XVII*. *Op.Cit.*, p. 50.

<sup>150</sup> Maria do Rosário Themudo Barata. *Portugal e a Europa na Época Moderna*. In: José Tengarrinha (org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. p. 107-128.

crise diplomática com a Santa Sé - que não reconhecia o rei português - resultou na necessidade de a monarquia defender seus interesses com base no alinhamento com a Inglaterra, afastando-se das potências católicas. Para além disso, abalava-se a sustentação do Império com a aceitação, a esse tempo, das doutrinas de Hugo Grócio nas políticas internacionais.

Oficialmente excluído do tratado de Westfália (Münster, 1648), por exigência da Espanha, de Veneza e da Santa Sé, Portugal era então forçado a aceitar a doutrina do *Mare Liberum* de Grócio, posição que implicava revisões da bula *Inter Coetera* e do Tratado de Tordesilhas (1494).<sup>151</sup>

As últimas décadas do século XVII foram marcadas, em Portugal, pelo esforço do rei D. Pedro II (1648-1706)<sup>152</sup>, em manter uma política de neutralidade frente aos demais potentados. Interessava a manutenção da soberania do Reino por meio de forte investimento diplomático, tendo em vista as dificuldades a que estava submetida a Coroa nesse contexto. No alvorecer do século XVIII, no entanto, essa situação tornou-se insustentável. Eclodia a Guerra da Sucessão do trono de Espanha (1702-1714).<sup>153</sup>

Oriunda de uma disputa anunciada muitos anos antes de sua deflagração, a referida guerra teve relação com a competição anglo-francesa por hegemonia política. Carlos II, monarca espanhol, não havendo gerado um sucessor para ocupar o trono após sua morte, redigiu um testamento em favor de seu neto Filipe, Duque de Anjou.<sup>154</sup>

A disputa pelo trono espanhol colocava em questão uma série de problemas concomitantes, que vão desde as fronteiras europeias, passando pelo comércio e pelo domínio dos mares. Sobretudo, estava em discussão o domínio sobre as extensas possessões hispânicas na América. Colocava-se em causa, especialmente, o princípio do equilíbrio europeu de poderes,

---

<sup>151</sup> Iris Kantor. *A Academia Real de História Portuguesa e a Defesa do Patrimônio Ultramarino*. *Op. Cit.*, p. 260.

<sup>152</sup> D. Pedro II de Portugal ocupou a regência do Reino a partir de 1668, em razão da incapacidade do irmão Afonso VI, e foi coroado em 1683, reinando até o ano de sua morte, 1706.

<sup>153</sup> Ana-Sofia de Almeida Coutinho. *Imagens Cartográficas de Portugal na Primeira Metade do Século XVIII*. Dissertação - (mestrado em Estudos Regionais e Locais) - Universidade do Porto. Porto, 2007. p. 9-12.

<sup>154</sup> Júnia Ferreira Furtado. *Guerra, diplomacia e mapas: A Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América Portuguesa na Cartografia D'Anville*. *Topoi*. v. 12, n. 23. jul-dez, 2011. p. 68-69.

consagrado em Westfália, tendo em vista as possibilidades de acumulação de uma quantidade imensa de terras e mercados por parte de alguns soberanos pretendentes da Coroa espanhola.<sup>155</sup>

A posição inicial de Portugal foi favorável a Filipe de Anjou, tendo celebrado D. Pedro II um Tratado de Aliança (1701) com França e Espanha, reconhecendo o reinado de Filipe V, em troca do respeito à independência portuguesa, além da proteção francesa contra a possibilidade de ações inglesas ou holandesas contra Portugal.<sup>156</sup>

A Portugal interessava garantir suas condições de existência enquanto império, protegendo-se tanto da possibilidade de invasão no Reino quanto no Brasil, além de proteger as rotas marítimas da ação dos inimigos. Era inevitável, no entanto, sua participação no conflito, uma vez que sua polarização intensificou a pressão sobre os lusitanos pela escolha de uma das partes. Ainda assim,

no plano das forças continentais e marítimas, a manutenção do equilíbrio era a base indiscutível da política externa portuguesa, tanto nas vésperas da Guerra da Sucessão de Espanha como no decorrer dela, como ainda para a sua conclusão.<sup>157</sup>

Essa condição pesou no momento em que Portugal se viu ameaçado a entrar em guerra contra as duas maiores potências marítimas de seu tempo: a Inglaterra e a Holanda. A essa não convinha o acordo firmado entre os franceses e os lusitanos. O embaixador inglês John Methuen, reunido em Londres com D. Luís da Cunha, propôs um tratado de aliança entre as duas potências e a revogação do acordo estabelecido anteriormente com a França. Ainda que o embaixador português estivesse mais interessado em um plano defensivo e na manutenção da neutralidade, essa condição era impossível para aquele momento. Importava, no entanto, a garantia de segurança das rotas no

---

<sup>155</sup> Luiz Ferrand de Almeida. *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Dissertação de Doutoramento em História. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973. p. 1-50.

<sup>156</sup> Abílio Diniz Silva. D. Luís da Cunha: Diplomata e 'Oráculo' da Política (1662-1749). *Op.Cit.*, p.118-121.

<sup>157</sup> Jorge Borges Macedo. *História Diplomática Portuguesa: constantes e linhas de força*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 1987. p. 228.

Atlântico por parte da Inglaterra e da Holanda, visto que a França ainda não demonstrara ter condições de atuar satisfatoriamente nesse aspecto.<sup>158</sup>

A aliança com Inglaterra e Holanda foi firmada, passando Portugal a apoiar o arquiduque Carlos da Áustria na sucessão, entrando na guerra junto à Grande Aliança. Apesar dos sucessos na guerra, que muito enfraqueceram a posição francesa, era cada vez mais clara a segurança, no plano interno, de Filipe V como monarca espanhol. Além disso, tendo falecido o herdeiro ao trono austríaco, sagrou-se imperador naquele reino o candidato da Grande Aliança àquela sucessão. Tais fatores levaram os ingleses a propor uma paz negociada, explorando os resultados das batalhas para pressionar os franceses a aceitar imposições. A manutenção de Filipe V no trono espanhol com sua renúncia a quaisquer direitos relativos à França acabou acordada nos tratados de paz que sucederam o conflito.<sup>159</sup>

Com as negociações da paz de Utrecht (1712-1715) se completa a reformulação das políticas portuguesas para o Ultramar, agora centradas no Oceano Atlântico.

A intervenção de Portugal na Guerra de Sucessão de Espanha encerra uma época de transição do período filipino, de decadência política na Europa e de liquidação do império do Oriente, para o novo ciclo atlântico centrado no Brasil. Entre esses dois marcos, que cobrem duas gerações, situara-se a Restauração, com as guerras de libertação e a afirmação da identidade nacional renovada; e assistira Portugal às sucessivas fases do equilíbrio europeu resultante da Guerra dos 30 Anos e do rescaldo do Congresso de Westfália.<sup>160</sup>

Quanto aos domínios de Portugal na América, as negociações de Utrecht foram de grande importância pela definição de suas fronteiras norte e sul, no Amazonas e no Prata. Um dos principais ganhos da diplomacia portuguesa foi a promessa de devolução da Colônia do Sacramento, que se encontrava em posse espanhola.

No entanto, os domínios de Portugal ainda não se encontravam seguros do ponto de vista jurídico. A década de 1720 se iniciou com mais complicações

---

<sup>158</sup> Abílio Diniz Silva. D. Luís da Cunha: Diplomata e 'Oráculo' da Política (1662-1749). *Op. Cit.*, p.118-121.

<sup>159</sup> Jorge Borges Macedo. *História Diplomática Portuguesa: constantes e linhas de força*. *Op. Cit.*, p. 225-228.

<sup>160</sup> José Manuel Fragoso. *História Diplomática de Portugal*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1997. p.105.

quanto à condição dos domínios ultramarinos. Dissertação lida por Guillaume Delisle na Academia Real das Ciências de Paris, "*Determination géographique de la situation et de l'étendue des différentes parties de la Terre*" (1720) alarmou a política externa portuguesa, tendo em vista seu teor de demonstrar a invalidez da posse territorial da Colônia do Sacramento e das terras do Cabo do Norte pelos lusitanos, em razão de suas localizações geográficas. Com isso, se fizeram ainda mais necessárias transformações na política territorial, reorganizando os discursos relativos ao já obsoleto tratado de 1494.<sup>161</sup> Essas transformações não estiveram distanciadas das concepções um tanto mais secularizadas da política imperial, visto que, para D. Luís da Cunha, a grande questão diplomática nesse momento era a "de substituir a linha de Tordesilhas pela aceitação negociada dos territórios ocupados que infringiam aquela. Que se queria que fossem militar e diplomaticamente defensáveis."<sup>162</sup> Punham-se em cheque, mais uma vez, as prerrogativas de domínio ultramarino. A necessidade de construir argumentações e políticas capazes de mover as negociações segundo o pensamento jurídico-político então dominante era uma realidade intransponível no início do Setecentos.

Ao mesmo tempo, Portugal via sua existência cada vez mais dependente da manutenção da sua aliança com a Inglaterra, assim como da manutenção de sua política de neutralidade com os países europeus. Essa situação é correlata do aumento da importância do Brasil para a garantia do poder de negociação lusitano em sua política externa, tendo em vista que

no novo equilíbrio assentado em Utrecht, o mundo colonial ultramarino pesava significativamente como elemento essencial do equilíbrio das forças europeias; os problemas dinásticos ou territoriais europeus ligavam-se assim inextricavelmente com as tensões do ultramar. Utrecht, como todo acordo internacional, representava um ponto de parada, uma etapa no jogo das potências. As flutuações do desenvolvimento político e econômico interno das nações na etapa subsequente havia de acrescentar novos lances na luta pela hegemonia, mas a posição de Portugal e de seu mundo colonial, contudo, estava definida: a aliança inglesa era uma garantia de sobrevivência do pequeno reino ibérico como nação colonizadora. Esta a posição com a qual atravessou, basicamente, ileso, a

---

<sup>161</sup> Joaquim Romero Magalhães. O projecto de D. Luís da Cunha para o Império Português. *Op. Cit.*, p. 656.

<sup>162</sup> *Ibid.*, p. 656

rivalidade colonial anglo-francesa, que dominou todo o século XVIII.<sup>163</sup>

Mais que isso, a condição de neutralidade pode ser considerada uma forma ativa de garantia da soberania portuguesa, de proteção e até de aquisição de direitos territoriais, especialmente no que concerne a região do estuário platino. Assim, ao passo em que se perdiam as bases jurídicas para o monopólio comercial, Portugal pôde garantir seu espaço de negociação por meio da organização de um cenário pacífico. Nesse sentido, "a neutralidade portuguesa foi, no fundo, uma forma de fazer a guerra às potências dominantes, de maneira não declarada e muito mais sutil".<sup>164</sup>

Tais eram as condições de Portugal no cenário mundial na época em que se realizaram as conferências da Academia Brasílica dos Esquecidos. Com efeito, nos textos que então se produzia, emerge uma série de argumentos referentes à legitimação do domínio português em suas colônias. Está representada a tomada de importância das colônias ocidentais, inclusive no mote adotado pela Academia: "*Sol Oriens in Occiduo*", o Nascer do Sol no Ocidente.

Na descrição do Brasil realizada por Luís Siqueira da Gama, é perceptível a constatação de que a América garantiria o poder econômico de Portugal. A descrição dos produtos cultivados e extraídos do Novo Mundo não é apenas um artifício hiperbólico de louvor à terra, mas uma representação da função assumida pelas terras do Brasil nesse contexto.

Inclui o nosso Brasil o melhor espaço de mais de dez mil léguas em circunferência. O seu clima é cálido sem excesso, estende-se todo retalhado em rios, cheio de frutas, abundante de caças, fecundo de madeiras, enriquecido de preciosidades, como são esmeraldas, bálsamos, óleos, prata, açúcar, tabaco, e sobretudo é mineral de muito ouro, com que pródiga a mesma terra continuamente está tributando adorações ao seu Invictíssimo Monarca, e envia a El-Rei Nosso Senhor em opulentíssimas frotas todos os anos milhões e milhões de cabedal, muitas arrôbas, e mais arrôbas de finíssimo ouro.<sup>165</sup>

<sup>163</sup> Fernando Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. *Op.Cit.*, p. 42-43.

<sup>164</sup> Sofia Valdez Tuma. *A Neutralidade Portuguesa no Século XVIII: De Hugo Grócio à Ação Política e Diplomática*. Tese (doutoramento em História). Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2010. p. 393.

<sup>165</sup> Luís Siqueira da Gama. *Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil*. *Op.Cit.*, p. 14-15.



Também o lente de história natural Caetano de Brito e Figueiredo descreve os produtos oriundos da América como destinados a contribuir com a riqueza da monarquia. Afirma o acadêmico, quanto aos domínios de Portugal, que

não se divisa com menos decoro a opulência correspondente inestimável aos produtos de tão grande Monarquia, concorrendo tributários ou antigo, e novo Mundo com o mais rico, e mais raro, e o mais precioso para se encherem os Reais Gasofilácios.<sup>166</sup>

Dentre esses domínios, a América representaria uma região particularmente importante, por ter e produzir "o mais raro, útil e precioso que a Natureza espalhou por diversas Regiões do Universo, e além destas, muitas, e particulares excelências, de que outras Regiões não gozam, nem participam".<sup>167</sup>

A condição de existência desse afluxo de riquezas, no entanto, estava em garantir o domínio lusitano sobre os territórios coloniais. As disputas quanto aos limites territoriais, especialmente com Espanha, se inserem nos debates suscitados pela Academia, especialmente quando são representados os tratados internacionais pelos letrados brasílicos.

No âmbito das negociações diplomáticas referentes aos territórios americanos, especialmente quanto à região da Colônia do Sacramento, Júnia Furtado destaca a importância das dificuldades derivadas da ausência de informações geográficas e cartográficas precisas. Por causa dessa condição, prevalecia "o princípio da negociação, do acordado em tratados anteriores, levando para o campo da semântica e não da imagem cartográfica, como dom Luís teria desejado, o que ficou acordado entre as duas potências".<sup>168</sup> Nesse sentido, a historiografia se apresentava como uma possibilidade de elaboração e reelaboração de sentidos vinculados aos espaços disputados.

A vontade de definir os domínios de Portugal na América pelos marcos representados pelos rios Amazonas e Prata se manifesta nas *Dissertações*

<sup>166</sup> Caetano de Brito e Figueiredo. *Dissertações acadêmicas e históricas, nas quais se trata da história natural das coisas do Brasil*. *Op. Cit.*, p. 198.

<sup>167</sup> Luís Siqueira da Gama. *Dissertações altercadas e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil*. . *Op. Cit.*, p. 153.

<sup>168</sup> Júnia Ferreira Furtado. *Oráculos da Geografia Iluminista*. *Op. Cit.*, p. 58.

*Históricas* da Academia Brasílica dos Esquecidos. A discussão dos limites estabelecidos pelos tratados é, em geral, breve para todos os acadêmicos. No entanto, é ponderada a veracidade de algumas interpretações, no que se torna possível perceber a estratégia adotada pelos letrados nas suas argumentações.

A descrição geográfica do Brasil pelos acadêmicos inclui a perspectiva das fronteiras naturais representadas pelos rios Amazonas e Prata. Por um lado, a ideia remete ao acordado em Utrecht, que garantiu a posse da Colônia do Sacramento para os portugueses. Por outro lado, remete para a antiga concepção da ilha-Brasil - embasada na ideia de fronteira natural - que, segundo Kantor, foi utilizada pelos diplomatas lusitanos, a fim de argumentar em favor de sua ocupação da banda oriental do rio da Prata, com a fundação da Colônia.<sup>169</sup> Gonçalo Soares da Franca, por exemplo, afirma que

Da América pois é ilustre porção o Brasil, que jaz da Equinocial para o Sul, por isso dita esta Meridional, para diferença da outra, que se estende para o Norte. Começa no incompetível Rio das Amazonas, onde principia o Pólo Ártico, e se vai alargando pelo sertão, até aparecer outra vez na foz do Rio da Prata, e ainda além dêle na Baía de São Matias cento e setenta léguas, que se terminam na ponta dita do Marco, pelo que ali se fixou pela coroa de Portugal, onde faz termo em quarenta e cinco graus, pouco mais ou menos, distante da altura do Pólo Antártico. De costa que pelo Norte, e pelo oriente, respectivamente falando, banham as águas do Oceano.<sup>170</sup>

Percebe-se, especialmente, a referência ao rio Amazonas que "se vai alargando pelo sertão", para depois "aparecer outra vez" na foz do Prata. O recurso à fronteira natural, aqui, se associa à representação da amplitude do espaço luso-americano, considerando até mesmo as áreas não ocupadas e desconhecidas dos sertões como pertencentes ao Brasil. Com isso se define "Brasil" não apenas enquanto uma região política associada a Portugal, mas como um conjunto geográfico natural, uma "porção" da América fixada por limites cuja existência estaria, para muito além da ação humana, ligada à criação do mundo. São os desígnios divinos, portanto, que sustentam a ideia de que o Brasil seria um espaço uno.

<sup>169</sup> Iris Kantor. *Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas*. Op. Cit., p. 80.

<sup>170</sup> Gonçalo Soares da Franca. *Dissertações da história eclesiástica do Brasil que recitou na academia brasílica dos esquecidos (1724)*. Op. Cit., p. 241.

Considerando que, durante o século XVIII, a interpretação da natureza apoiada na simbologia religiosa andou lado a lado com o desenvolvimento das ciências naturais, Pedro Calafate pôde concluir que o simbolismo aplicado ao estudo da natureza acrescentava a finalidade do conhecimento dos atributos divinos a esse estudo.<sup>171</sup> Nesse sentido, a intenção de manter essa vastidão territorial concentrada sob o domínio português se justificaria segundo uma leitura do mundo natural apoiada na teologia.

Além disso, em termos dos tratados de limites acordados entre as coroas ibéricas, as descrições territoriais apontam a dificuldade de demarcação longitudinal, o que remete às indefinições cartográficas e diplomáticas. De acordo com o lente da História Eclesiástica

Segundo a menos liberal opinião, conta mil e cinqüenta léguas possuídas, mas são em maior número as demarcadas, tendo por balizas da mesma sorte, da parte do Sul o referido Rio da Prata, e da parte do Norte o já mencionado das Amazonas. No seu diâmetro também não há ponto fixo; porque já pela diferente formatura da terra, já pela meada, que ocasionou a linha mental, com que se dividiram o nosso Monarca Dom João o Segundo e Dom Fernando, e Dona Isabel Reis Católicos de Espanha, quem mais o pretende expressar, menos perceptível o deixa, sendo aquela Linha o primeiro fio, que fêz mais intrincado êste Labirinto; mas para prova da sua dilatada extensão basta saber-se que excede de quatrocentas léguas, ou mais propriamente ainda se lhe não tomou medida certa porque até aqui está o seu fim duvidoso.<sup>172</sup>

Na afirmação acima, uma importante distinção está feita entre terras "possuídas" e terras "demarcadas". Posse é definida, no Vocabulário Portuguez, & Latino de Raphael Bluteau, como "o gozo de huma coisa, adquirida com o direyto de propriedade, ou outro".<sup>173</sup> Por sua vez, a demarcação é entendida como "limite", e "às vezes, he o lugar demarcado, ou o espaço que há de um marco a outro".<sup>174</sup> Assim, nas dissertações da História Eclesiástica, defendia-se a legitimidade do domínio português na América, tanto por meio da garantia dos tratados de limites *demarcados*, tradicionalmente evocados - as bulas pontifícias -, quanto pela efetiva

---

<sup>171</sup> Pedro Calafate. *A Ideia de Natureza no Século XVIII em Portugal (1740-1800)*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2005. p. 23-31.

<sup>172</sup> Gonçalo Soares da Franca. Dissertações da história eclesiástica do Brasil que recitou na academia brasílica dos esquecidos (1724). *Op. Cit.* p. 241-242.

<sup>173</sup> Raphael Bluteau. *Vocabulário Portuguez e Latino*. *Op. Cit.* 6. p. 642.

<sup>174</sup> *Ibid.*, t.3, p. 52-53

ocupação dos territórios, caracterizando a *posse*. Isso apontava, além de tudo, para a possibilidade de avançar ainda mais na conquista dos sertões, que seriam portugueses pelos tratados de limites, ainda que então não efetivamente ocupados.

O lente da História Natural, Caetano de Brito e Figueiredo, abordou também os limites estabelecidos para os domínios americanos, dando ênfase maior para a ordem estabelecida em Utrecht. Segundo o acadêmico, era "incontroverso" o direito português sobre o território estabelecido nos limites compreendidos

de quatro graus, e seis minutos da Linha Equinocial para o Setentrão. Debaixo do qual corre o rio Jupós, ou de Vicente Pinson, terras do Cabo do Norte, margem Boreal da grande Baía, ou bôca, por donde vem restiuir-se ao Oceano o caudaloso Rio das Amazonas, sem hipérbole, imperador hidropotente dos outros Rios. Domínio que nos foi declarado nos artigos 8, 9, 10, 11 e 12 da Paz de Utrecht ajustada em 11 de abril de 1713, pelas Majestades do muito alto, e poderoso Rei Dom João o V nosso Senhor, que Deus guarde, e a del-Rei Luís XIV de França nesse tempo reinante. A margem também Setentrional do Rio da Prata, Ilha dos Lôbos, e Cabo de Santa Maria que fica na altura Austral de trinta e cinco graus, Distrito, que também nos foi restituído pelo artigo feito da mesma Paz de Utrecht. Convinda em 1715 entre as coroas de Portugal, e de Castela, onde está situada a cidade do Sacramento, vulgarmente apelidada nova Colônia.<sup>175</sup>

Os marcos territoriais portugueses na América seriam, segundo Siqueira da Gama, definidos pelos tratados celebrados em Utrecht com França (1713) e Espanha (1715). Os limites austrais, acordados com a França, foram, em grande medida, pautados pela noção de fronteira natural, como se pode perceber pela prevalência do rio de Vicente Pinson, atualmente apodado Oiapoque, como marco fronteiro. O caso dos limites meridionais, no entanto, causou uma série de discussões após os tratados referidos. A fundação da Colônia de Sacramento (1680) era uma tentativa portuguesa de adiantar seus domínios, promovendo uma expansão de sua fronteira sul, tanto por motivos políticos - representando a disputa de um território com os espanhóis - quanto por motivos econômicos - o reforço do comércio luso-americano, especialmente pelo comércio dos couros e pelas possibilidades de atuação de

---

<sup>175</sup>Luis Siqueira da Gama. Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil. *Op. Cit.*, p. 167-168.

contrabandistas no mercado de Buenos Aires a partir da cidadela.<sup>176</sup> Estrategicamente, a Colônia também serviria como moeda de troca em negociações sobre um território contestado. Note-se que à fundação de Sacramento pelos lusitanos corresponde o estímulo espanhol aos jesuítas, desde o início do século XVII, para que estabelecessem missões na região platina. Dessa forma as duas potências competiam quanto à ocupação daqueles territórios, evitando deixá-los vacantes.<sup>177</sup>

Em razão da disputa pelo território da Colônia do Sacramento, no artigo quinto do tratado celebrado entre Portugal e Espanha, se evidencia um dos mais importantes princípios evocados no Tratado de Utrecht, de que

as Praças, Castellos, Cidades, Territórios, e Campos pertencentes às duas Coroas, assim em Europa, como em qualquer outra parte do mundo serão restituídas sem reserva, de sorte que as Rayas, e limites das duas Monarquias fiquem no mesmo estado que antes da presente guerra.<sup>178</sup>

Esse princípio, no entanto, não levava à fixação de um limite territorial definido por toda a margem setentrional do Rio da Prata, a qual, até então, nunca fora ocupada plenamente pelos portugueses. O que o tratado acorda é a restituição aos portugueses do "Território, e Colônia de Sacramento, sita na margem septentrional do Rio da Prata"<sup>179</sup>, assim como a renúncia por parte do monarca espanhol a qualquer direito de domínio sobre essas terras. De certo modo, Luís Siqueira da Gama se utiliza, então, da ideia de limites naturais para descrever o espaço luso-americano de modo a minimizar indefinições e constituir uma ideia de todo.

O referido lente da História Natural assume, no entanto, que alguns locais poderiam ser acrescidos à descrição anteriormente realizada. Ele argumenta sobre territórios ainda disputados, apontando também a dificuldade de demarcação longitudinal como causa da confusão.

---

<sup>176</sup> Luís Ferrand de Almeida. *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. *Op. Cit.*, p. 51-78.

<sup>177</sup> Fábio Kühn. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007. p. 30 - 38.

<sup>178</sup> Portugal. *Tratado de Paz entre o Senhor Rei D. João V, e D. Filipe V, Rei de Hespanha, feito em Utrecht a 6 de fevereiro de 1715*. In: Claudio da Conceição. *Gabinete Histórico*. Tomo VI: desde 1710 até 1717. Lisboa: Imprensa Régia, 1820, p. 248.

<sup>179</sup> *Ibid.*, p. 249-251.

Falo no incontroverso, e no que Portugal possui, que muitos Autores com grande e adiantam a nossa pretensão à Baía de São Matias, a Cabo Redondo, que estão na latitude de quarenta e quatro graus da parte do Sul, a que os Antigos Marcos dão justo título. E na longitude se bem duvidosa, de trezentos e vinte graus aos trezentos e quarenta e oito e quarenta e seis minutos até onde se dilata o Cabo de São Agostinho, jaz esta grande, e dilatada Região do Brasil a mais oriental da Meridional América.<sup>180</sup>

É importante salientar que, comparado com a definição dos limites territoriais da América Portuguesa elaborada por Gonçalo Soares da Franca, Brito e Figueiredo se mostra mais ponderado. Enquanto Soares da Franca, lente da História Eclesiástica, define a Bahia de São Matias já entre os territórios portugueses, o lente da História Natural dá lugar à dúvida. O limite ao sul, com o qual concordam todos os acadêmicos, no entanto, é a margem oriental do Rio da Prata.

A ideia de fronteira natural também é abordada pelo coronel Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), em sua conferência de sete de maio de 1724, ao presidir, na ocasião, a Academia dos Esquecidos. Nessa conferência, as fronteiras naturais são entendidas a partir de elaborações teológicas. A natureza - considerada como criação divina dotada de autonomia em seu funcionamento, como uma máquina - traria em si a separação entre os domínios dos reinos. Entretanto, a ação humana se fez capaz de alterar essa natureza a fim de conquistar mais territórios.

Pois muito o obram os homens por adquirirem domínios, e pelos ampliar, não tem termos a retórica para o expender, nem há nos (sic) Hipérbolos encarecimentos com que o declarar em fadigas, forças, indústrias, traições, e impulsos, que se supunha não caberem na Esfera do poder humano, e posto que a Natureza parece que dividiu às nações os Domínios separando-os já com Montes, como em Espanha os Pirineus, em Alemanha os Alpes, em Itália os Apeninos, em Albânia os Acreseraunos, as Serranias do Atlante em Mauritânia, e do Tauro em Armênia; já com os rios como o Tejo, o Sena, o Pado, o Danúbio, o Ganges, e o Nilo, em Espanha, França, Itália, Alemanha, Ásia e África; já com os cinco mares Oceano, Mediterrâneo, Vermelho, Pérsico, e Cáspio. Os Montes se viram cortados com ferro, e fogo por Alexandre, por Aníbal, por Ápio Cláudio, por Pompeu e por César: os Mares superados por Jason, por Xerxes, por Enéas, e por Ulises; e aos Rios mudado o curso natural das correntes como fez João Hircânico aos de Samaria, Hércules Tebano ao Alfeu, e o Hércules Português Afonso de

---

<sup>180</sup> Luis Siqueira da Gama. Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil. *Op. Cit.*, p. 167-168.

Albuquerque tratava de fazer ao Nilo, servindo-se os homens nas guerras para conseguirem as empresas até das criaturas irracionais, fazendo dos Camelos carros, das Mulas trem, dos Cavalos esquadrões, dos Elefantes trincheiras, e Baluartes, das Águias Pendões, e das Pombas correios.<sup>181</sup>

A vontade de expandir os territórios dos impérios, nesse trecho, está associada à superação das barreiras naturais - estabelecidas desde a origem do mundo - pelos exércitos. O rompimento dessas fronteiras naturais, no entanto, não permitiria aos impérios ignorar a própria ordem da natureza. Aí se insere o entendimento do princípio de equilíbrio não só como elemento de política, mas também como uma aplicação do simbolismo religioso.

A existência consiste na mediania, e só no Equilíbrio das potências podem conservar-se os Impérios, porque a proporção é a alma de tudo, e assim como no Microcosmos do composto humano, que também é Mundo abreviado, quando as qualidades contrárias de que se compõe andam em competente grau proporcionadas sem entre si terem vantagens não periga a vida, da mesma sorte se no Mundo material as Monarquias estivessem em tal igualdade ordenadas, que não pudessem oprimir umas às outras não se arruinariam tôdas.<sup>182</sup>

Aos poucos, a oração de Rocha Pita vai-se aproximando do princípio do equilíbrio entre os potentados, consagrado pela Paz de Westfália. O teor do texto aponta para uma ideia de balanceamento entre as monarquias, defendendo a igualdade dos poderes. Nesse sentido, a superação dos limites naturais, anteriormente descrita pelo acadêmico, se vê limitada pela própria ordem natural, que tende ao equilíbrio.

Um dos exemplos apontados para justificar a importância da moderação trata, inclusive, da necessidade de um império limitar o próprio domínio, por vezes, para garantir que sua administração seja possível. Isso poderia remeter para a situação vivida por Portugal que, pouco a pouco, perdia territórios asiáticos para garantir e expandir seus domínios americanos.

E que conseguiram os homens em juntar Estados, e ampliar domínios? se não somente apresar-lhes as ruínas, e reduzi-los aos fins, porque a carga moderada pode sofrer-se, a excessiva não pode

<sup>181</sup> Sebastião da Rocha Pita . Oração do Acadêmico Vago Sebastião da Rocha Pita Presidindo na Academia Brasílica. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O Movimento Academicista no Brasil, 1641-1820-22*. v. 1, tomo 1. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1969 p. 134-135.

<sup>182</sup> *Ibid.*, p.134-135

sustentar-se: com êste conhecimento mandou Antíloco Rei de Síria agradecer ao Senado Romano o tirar-lhe muitas Províncias da sua Monarquia: porque com Iha diminuir o livrava das fadigas de a sustentar. Os maiores impérios acharam na sua extensão a sua ruína, vindo a cair derribados do seu próprio pêso, causa porque Augusto deixou escrito por documento a seu Sucessor Tibério, que restringisse até certos limites o Romano, e pôsto se duvidasse então se o dizia por benefício, ou por inveja, o tomou depois por conselho Adriano, e pôs têrmos à Monarquia, mandando derribar a Ponte que Trajando fêz lançar sôbre o Danúbio, e determinando que para o Oriente fôsse o Rio Eufrates a última baliza do Império, abandonando o muito, que já adiante se tinha conquistado.<sup>183</sup>

Para o acadêmico, o rompimento do equilíbrio natural não era entendido apenas como um erro de juízo dos governantes, mas como um ato de cobiça: tratava-se da temeridade dos seres humanos em desafiar a divisão do mundo que teria sido estabelecida pela divindade. As pretensões territoriais foram definidas como "ambição", "ciúme da soberania" e "cobiça de dominar"<sup>184</sup>. O desejo de expandir domínios trazia consigo, sobretudo, atitudes fratricidas. Reprovando esse ímpeto, Rocha Pita afirmava que

só pode dominar, e reger tudo quem de tudo foi Autor, e ainda assim o mesmo Deus por nos ensinar criou vários substitutos da sua Onipotência, dando à terra por governadora a Natureza, ao dia por presidente ao Sol, à noite a Lua por visitadora e até na Fábrica dos Céus dividindo Esferas, repartindo espaços; pôs tantos Ministros quantos são os Planetas, os signos, as constelações, diversas Estrêlas, umas fixas, outras errantes, delegando-lhes os podêres com que estão influindo, e concorrendo para a conservação do Mundo, e concêrto dos mesmos Orbes celestes.<sup>185</sup>

A defesa do equilíbrio como princípio teológico e político, contudo, trazia um problema: como justificar a pretensão portuguesa em manter seus extensos domínios ultramarinos? Nesse ponto, a leitura teológica é o que serviu como chave de interpretação capaz de eximir o Império Português da condição de estar agindo contrariamente à vontade de Deus. O acadêmico utilizou-se do recurso à fundamentação teológica da expansão ultramarina portuguesa. Concluiu que a justiça da expansão dos domínios lusos se deveu à fidelidade à Deus demonstrada pelo povo de Portugal. A conquista e a manutenção desses

---

<sup>183</sup> *Ibid.*, p. 135-136.

<sup>184</sup> *Ibid.*, p. 135.

<sup>185</sup> *Ibid.*, p. 135-136.



domínios estariam garantidas, assim, pela Divina Providência e justificadas pela gratificação pelos atos de fé daquele povo.

Só do Império Lusitano há de ser permanente a monarquia, e apostar com o Mundo a duração. Sendo entre muitas causas a principal para a sua existência a grande constância com que a Nação Portuguesa se esmerou sempre na pureza da nossa Fé Católica, desde que a recebeu sem deferir, nem desviar um ponto do sentimento da Igreja Romana; prerrogativa em que se avantajou sobre as outras Nações Cristãs. Esta foi a Pedra fundamental sôbre que Cristo Senhor nosso quis estabelecer um Império que levasse o seu sagrado Nome às partes remotas, como o prometeu no Campo de Eurique (sic) ao primeiro Rei Lusitano, e como o tem feito, e vão sempre executando seus Descendentes, e Sucessores os Augustos Monarcas Portugueses.<sup>186</sup>

Já na segunda conferência da Academia Brasílica dos Esquecidos, Rocha Pita apontava, portanto, que a Providência Divina deveria ser estabelecida como uma das principais chaves de leitura no atinente ao Império Português. A combinação das concepções de história renascentista, providencialista e ilustrada, a fim de transformar a América Portuguesa em objeto de uma História Universal, foi identificada por Iris Kantor como uma característica específica das academias brasílicas, em oposição à secularização percebida no debate da Academia Real da História Portuguesa. A visão profética do passado seria mais que uma condição arcaizante dessa historiografia, constituindo-se enquanto possibilidade de politização da discussão desde um ponto de vista específico dentro do Império.<sup>187</sup>

Desse modo, a história das possessões americanas de Portugal vai-se guiar pela tópica, frequentemente abordada, do zelo da religião como legitimador das conquistas. Segundo Inácio Barbosa Machado, já no primeiro desembarque português no Brasil, as armas foram associadas à propagação do cristianismo.

Querendo Pedro Álvares deixar no lugar, em que desembarcara um Padrão, para testemunhar irrefragável da posse de tão ilustre Domínio, não levantou Pirâmides ao nome do seu Rei, nem obeliscos à lisonja do seu Monarca; mas o sacrossanto sinal de nossa Redenção e o instrumento da saúde pública do mundo arvorando em três de Maio do mesmo ano de 1500 uma formosa Cruz, que deixou

<sup>186</sup> *Ibid.*, p. 137.

<sup>187</sup> Iris Kantor. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. *Op. Cit.*, p. 214-219.

colocada entre o Frondoso arvoredado do Porto Seguro. Este foi o primeiro Estandarte que tremulou a nossa Religião, e a nossa piedade nas Províncias da América, celebrando-se função tão plausível com todos os modos, que permite a modéstia da Igreja, e o regozijo militar.<sup>188</sup>

A prática portuguesa de deixar os "padrões" para marcar a sua chegada a uma região encontra-se ali descrita seguindo a mesma ideia da fundamentação teológica da expansão portuguesa para a América. O lente da História Militar aponta, no seu relato do descobrimento, que a principal motivação dessa conquista não era militar, mas religiosa. Com isso, sua interpretação vai ao encontro daquela estabelecida por Sebastião da Rocha Pita, justificando os êxitos militares e a sustentação dos domínios a partir da motivação religiosa das ações.

Também no discurso sobre os tratados de limites isso se manifesta. Seguindo a lógica adotada, não só pela Academia Brasílica dos Esquecidos, mas também pelos juristas portugueses, Siqueira da Gama considera, nas suas dissertações, as bulas pontifícias como definidoras do caráter que assumiu a expansão do Império. A legitimação partiria da conversão, pelos portugueses, dos povos encontrados, visto que essa era a condição imposta pela Santa Sé para conceder os direitos de domínio na Ásia, na África e na América aos povos ibéricos.

Para justificarmos melhor o direito da nossa causa, era seu primeiro necessário a conversão e doutrina dos mesmos Índios, pois para êste fim, e só por êste respeito concederam os sumos Pontífices Nicolau V, Calixto III, e Xisto IV aos Senhores Reis de Portugal, Dom Afonso V e ao Infante o Senhor Dom Henrique V, filho do Senhor Rei Dom João o Primeiro as conquistas da África, Guiné, Ilhas da Madeira, e dos Açôres, e mais adjacentes como consta das Bulas que lhes concederam, e a que se refere a Santidade de Leão X; quando confirmou a mesma graça concedendo mais ao Senhor Rei Dom Manuel a conquista da Índia por Bula de 3 de novembro, ano, 1514. Mas como na Bula da divisão, e linha imaginária, que havia conseguido o Sumo Pontífice Alexandre VI a El-Rei Dom Fernando de Castela, em 7 de maio de 1400, noventa e três anos; se acharam lesos, e prejudicados os Portuguêses; perfeitíssimo o nosso Rei e Senhor Dom João o Segundo reclamou aquela primeira repartição ao mesmo Santíssimo Padre, e por bula de 7 de junho do ano seguinte, 1494; nos forma concedidas mais duzentas e setenta léguas; além das primeiras cem que nos havia concedido na Bula da primeira divisão, e linha imaginária; demarcação em que ao depois se

<sup>188</sup> Inácio Barbosa Machado. Exercícios de Marte Nova Escola de Belona Guerra Brasílica. (transcrição). *Op.Cit.*, p. xlvi-xlvii.

compreendeu este novo império, e subsequente conquista do Brasil.<sup>189</sup>

A razão encontrada, não só no Tratado de Tordesilhas, mas em todas as concessões pontifícias, que servia de base para defender as possessões portuguesas, era a de que "Nos foram facultadas estas conquistas debaixo da mesma obrigação, e para o próprio fim da doutrina dos Índios, e sua conversão a nossa santa fé".<sup>190</sup>

A validade da concessão territorial por meio de bula pontifícia não é questionada em momento algum por Siqueira da Gama nessa discussão. Quanto a isso, é preciso considerar, em primeiro lugar, que essas afirmações sobre as bulas pontifícias fazem parte da escrita de uma dissertação histórica que buscava defender a redução dos índios americanos a aldeias, promovida por Mem de Sá (1500-1572).<sup>191</sup> Sendo uma política adotada ainda no século XVI, era válido o Tratado de Tordesilhas e, portanto, Luís Siqueira da Gama não fazia mais que relatar a forma como obraram os portugueses em razão dos acordos até então firmados, não sendo cabível discutir, nesse momento, os tratados posteriores.

No entanto, a representação histórica das políticas adotadas em relação aos indígenas e à apropriação de terras buscava a legitimação das ações portuguesas relativas a essas populações e territórios não só no momento em que aconteceram. Ainda que, como discutimos acima, outras questões jurídicas e diplomáticas tenham alterado as formas de fundamentar as posses territoriais, permanecia fundamental a demonstração de que não se havia obrado por meios moralmente questionáveis. A ideia de guerra justa, sobretudo, se mantinha válida para justificar a conquista de áreas ocupadas por populações não europeias ou ainda não alinhadas com qualquer potestado europeu.

---

<sup>189</sup>Luís Siqueira da Gama. *Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil. Op. Cit.*, p.42-43.

<sup>190</sup>*Ibid.*, p. 43.

<sup>191</sup>Trataremos mais diretamente dessa dissertação, especialmente em função da tópica da "guerra justa", na terceira seção deste capítulo.

## 3.2 A JUSTA CONQUISTA: ÁSIA, ÁFRICA E AMÉRICA NAS DISSERTAÇÕES HISTÓRICAS

Esta seção buscará analisar, no contexto da Academia dos Esquecidos, as representações acerca da expansão ultramarina europeia para o Oriente e para o Ocidente. Discutiremos as fundamentações elencadas para a ocupação e a conquista da Ásia, da África e da América, considerando suas particularidades.

\* \* \*

Nas dissertações históricas de Luís Siqueira da Gama, insere-se a concepção do Brasil enquanto espaço "descoberto e conquistado pelos portugueses"<sup>192</sup>, no qual se estabeleceu uma "ocidental, e nova Lusitânia".<sup>193</sup> Essas expressões se mostram, ao longo de suas dissertações, como as principais chaves de leitura da História Brasileira em relação com sua representação territorial. Trata-se, sobretudo, de dois enfoques correlacionados. O primeiro aborda o direito de posse das terras americanas segundo determinações históricas e de ocupação dos territórios garantidos pelos tratados de limites. O segundo corresponde ao projeto civilizacional de expansão do modo de vida cristão e português para o Novo Mundo.

Para os letrados componentes da Academia Brasileira dos Esquecidos, era fundamental a ideia de que escrever a História do Novo Mundo era uma forma de redescobrimto. A elaboração de uma memória histórica das conquistas de Portugal se definiu segundo uma metáfora de forte sentido político: sendo a escrita da História um "descobrimento pelas letras", pode-se considerar a importância desses textos na garantia do domínio territorial, assim como a tiveram os descobrimentos primeiros, pelas armas dos navegadores.

---

<sup>192</sup> Luís Siqueira da Gama. *Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil. Op. Cit.*, p. 30.

<sup>193</sup> *Ibid.*, p.28

Para além da busca por conhecimento acerca do ultramar, o labor historiográfico se constituía numa ferramenta de defesa do Império frente aos argumentos levantados por autores que defendiam as demais iniciativas expansionistas.

Nas dissertações históricas de Inácio Barbosa Machado, a data da formação da Academia dos Esquecidos - 23 de Abril de 1724 - se encontra associada à data então atribuída à chegada de Pedro Álvares Cabral à América: 24 de Abril de 1500. A tópica das armas e das letras constitui-se enquanto elo entre a conquista e a memória.

No dia 24 de Abril descobriu a sorte de Pedro Álvares Cabral estas Províncias para o Domínio de Portugal, neste dia de 23 descobre a magnanimidade do Excelentíssimo Vice-Rei estes Estados para os ilustres com a memória dos escritos. No primeiro descobrimento se achou o terreno, e caduco, no segundo se imortaliza o corruptível. No primeiro obrou o acaso esta grande felicidade, no segundo executa o conselho esta memorável ação que terá ao mundo por teatro, a fama por História, e glória por estátua.<sup>194</sup>

Apenas as letras poderiam, portanto, complementar o trabalho de descobrir a América Portuguesa, dando verdadeiro sentido a essa descoberta. A representação dos feitos lusitanos e dos territórios conquistados envolvia a integração desses domínios à História e à Geografia do Império, projeto que não se podia concluir sem o trabalho sobre a memória. Em razão disso, o "primeiro descobrimento", para Barbosa Machado, estava obrado pelo acaso, enquanto o "segundo descobrimento" era uma obra de prudência e planejamento.

Essa iniciativa, no entanto, era representada hiperbolicamente como uma tarefa ousada e dificultosa. Caetano de Brito e Figueiredo aponta esse caráter em sua primeira dissertação sobre a História Natural.

Fabricar porém a história de um nôvo mundo por cinco mil novecentos e vinte e três anos não conhecido descobrir o que a Natureza produziu numa região tão dilatada, como a do Brasil há duzentos e vinte e quatro anos descoberta, e não de todo penetrada,

---

<sup>194</sup> Inácio Barbosa Machado. Exercícios de Marte Nova Escola de Belona Guerra Brasília (1724). *Op. Cit.*, Folios 14v-15, p. xxvii-xxviii.

ainda parece maior ousadia, ainda parece mais agigantada temeridade.<sup>195</sup>

O acadêmico não hesita em demonstrar a grandeza de sua temática, valorizando a historicidade da América e de seus elementos naturais. Por oposição, o conhecimento que os portugueses acumularam acerca dessas questões seria muito pequeno, tendo em vista a ocupação relativamente recente dessas terras e também a existência de diversas lacunas no conhecimento do espaço americano.

O ímpeto desbravador dos lusitanos, no entanto, teria possibilitado aos povos europeus o conhecimento de diversas localidades e rotas ocidentais e orientais. O principal argumento dos portugueses para reivindicar seus direitos sobre seu império ultramarino

se apoiava em um conhecimento náutico baseado em observações precisas dos céus do sul - o "novo céu" e as "novas estrelas" de Pedro Nunes. As observações feitas por Mestre João na costa brasileira em 1500 formavam uma parte importante desse conhecimento.<sup>196</sup>

Esse conhecimento, por sua vez, era considerado um dom da Divina Providência, que dotara cada nação com alguma característica em particular e, "a Portugal e aos Portugueses deu entre outras a Náutica gloriosa prerrogativa de descobrirem novos Astros, novos Mares, novas Regiões".<sup>197</sup>

Seguindo a metáfora das letras e armas, Brito e Figueiredo aproxima a glória dos descobrimentos de Vasco da Gama e Vasco Nunes de Balboa com a iniciativa literária do vice-rei Vasco Cesar de Menezes em fundar a Academia dos Esquecidos. Para isso, aproveita-se do fato dos três protagonistas terem o mesmo prenome.

Deve porém dignamente ponderar-se, que de todos êstes Heróis, aos que com especial glória tocou o descobrimento do Oriente, e do mar do Sul, não como acidental, mas com magnética analogia, foi também dada a preexcelência de terem ambos o mesmo nome, o grande Dom

---

<sup>195</sup> Caetano de Brito e Figueiredo. Dissertações acadêmicas e históricas nas quais se trata da história natural das coisas no Brasil (1724). *Op. Cit.*, p. 142.

<sup>196</sup> Patrícia Seed. *Cerimônias de Posse na Conquista Europeia do Novo Mundo (1492-1640)*. *Op. Cit.*, p. 115

<sup>197</sup> Caetano de Brito e Figueiredo. Dissertações acadêmicas e históricas nas quais se trata da história natural das coisas no Brasil (1724). *Op. Cit.*, p. 143.

Vasco da Gama, o ínclito Vasco Nunes de Balboa, misterioso Vaticínio de que também outro Herói com a mesma analogia do nome havia de incluir em si a preexcelência e a Heroicidade de um, e outro dominando no Oriente e no Sul, na Índia, e no Brasil, e também descobrindo um nôvo mundo, que é o Literário, que se simboliza nesta Academia Brasília, da qual sendo excelso protetor, é o verdadeiro Sol, que hoje nasce neste Ocaso, para nos ressuscitar do esquecimento: Sol oriens in occiduo.<sup>198</sup>

Contudo, apesar da analogia entre os "descobrimientos" da expansão marítima e aqueles promovidos pelo empenho literário, existe uma diferença implícita entre esses dois momentos. Se a iniciativa portuguesa em direção ao Ultramar se pautara pela fé e pela técnica náutica avançada para a ampliação dos domínios imperiais, sua iniciativa literária não propunha apenas a ampliação e reunião de conhecimentos, mas também a organização desses conhecimentos em defesa dos domínios adquiridos anteriormente. Essa necessidade de combater argumentos contrários aos interesses lusitanos constituiu o ponto fundamental na resolução de uma disputa entre dois dos lentes das dissertações históricas acerca de uma dúvida em relação à cronologia da História Brasília.

Em sua primeira conferência, o lente de História Eclesiástica, Gonçalo Soares da Franca, teria posto em dúvida a data da chegada de Pedro Álvares Cabral à América. Ele afirmou ter sido aos 14 de abril do ano de 1500, e não aos 24 de abril, data referida pelos demais lentes. Ao defender sua posição, Caetano de Brito e Figueiredo aponta a necessidade de manter alinhadas as argumentações dos acadêmicos. Isso porque a diferença entre a versão de um e de outro lente poderia dar espaço para a incredulidade e para interpretações diferentes por parte de autores não portugueses.

Fazemos esta exposição, não só porque fomos os que primeiro asseveramos êste acontecimento, e assim em defesa própria; mas porque saindo estas do mesmo centro, e da mesma Academia, devem ser em tudo retas, e umas não é justo se oponham a outras. Além de que se a um mesmo tempo, e em umas mesmas conferências se inovarem, e seguirem diversas opiniões, com mais razão os Estrangeiros não só duvidarão, mas assinarão diverso tempo às ações principais, o que sem dúvida fazem; porque sendo constante haver-se descoberto o Brasil no dito ano de 1500, muitos daqueles Autores afirmam suceder em 1501.<sup>199</sup>

---

<sup>198</sup> *Ibid.*, p. 144.

<sup>199</sup> *Ibid.*, p. 169

A preocupação com os escritos dos autores de outros povos europeus também encontra respaldo nas afirmações de Inácio Barbosa Machado, que afirma prontamente a necessidade de justificar e defender o domínio português na América por meio das Dissertações Históricas. A crítica estabelecida nas Dissertações da História Militar contra alguns dos representantes dos outros povos europeus que escreveram sobre o Brasil os define como "parciais" e, portanto, defensores de versões não verdadeiras da História.

Muitas nações da Europa, como subsidiárias da nossa glória militar, nestas Províncias ou debaixo de nossas bandeiras, ou servindo aos estandartes inimigos, e como se ainda não a pudessem com as bocas de suas feridas a esforçar o brado com que a Fama engrandecia nossas vitórias, os que não apartaram a espada, pegaram da pena escrevendo e produzindo inumeráveis livros, em que trataram de nossa guerra, e de nossas viagens, e navegações, muitos com afetos deferentes, e outros com diversas notícias, sendo alguns parciais das Potências a quem serviam, e não da verdade Histórica com escândalo, e não pequena injúria de nossa vitoriosa Monarquia.<sup>200</sup>

Entre as obras criticadas por Inácio Barbosa Machado, a do holandês Gaspar Barléu, "História do Governo do Conde Maurício de Nassau em Pernambuco", é a mais visada pelo lente de História Militar. Por causa de sua vinculação com o projeto de Nassau, valorizando e elogiando os atos holandeses na América, a obra é caracterizada como "mais de lisonja, que de verdade".<sup>201</sup> Para o acadêmico, a defesa dos domínios portugueses frente aos demais argumentadores se relacionava com o enfrentamento da inveja das demais potências, a partir da referência a uma noção de justiça pautada na fé, no conhecimento náutico e no investimento arriscado e corajoso da Coroa para encontrar as rotas e os territórios reclamados.

Entrando no Domínio da nossa Coroa as Ilhas da Madeira, dos Açores, Cabo Verde, e as Costas do Reino de Congo e a de São Jorge da Mina assim chamado pelo ouro que produzia e naquele tempo, comutávamos com inveja das mais nações de Europa, conseguindo-se por Coroa da Justiça, e Cristandade destes Governos, o sempre desejado descobrimento do Cabo tormentoso pelos seus perigos, de Boa Esperança, pelas que dava de entrarmos

---

<sup>200</sup> Inácio Barbosa Machado. Exercícios de Marte Nova Escola de Belona Guerra Brasília (1724). *Op. Cit.*, p. xx.

<sup>201</sup> *Ibid.*, p. xx



na Índia, último cuidado dos nossos Príncipes, e maior empresa da potência de suas armadas.<sup>202</sup>

Inácio Barbosa Machado aponta o projeto de sua escrita no "Aparato Crítico Histórico e Panegírico à História da guerra Brasílica". Ao propor os objetivos de suas dissertações, o referido acadêmico apontava a necessidade de cuidados na leitura de obras anteriormente escritas, a fim de defender o direito de Portugal na manutenção de seus domínios.

Levando a luz da verdade e da crítica por guia do exame de tantos Escritores darei princípio às Dissertações dos Descobrimientos e Guerras Brasílicas. Nelas se verá defendida a Justiça do nosso Domínio, provada a posse com que a nossa Coroa gloriosamente ocupa estas opulentíssimas Províncias.<sup>203</sup>

Ainda que sua obra não se tenha completado, dado o encerramento das atividades da Academia dos Esquecidos após seu primeiro ano de atividades, o preâmbulo desenvolve os temas a serem desenvolvidos em cada parte da obra. A importância assumida pela História para a defesa das conquistas portuguesas, referindo-se o autor frequentemente à ideia de justiça e de direito, estaria presente especialmente na parte conclusiva.

Na quarta e última parte difusamente disputamos em 24 Dissertações a Justiça de nossas armas, o Domínio destas conquistas, a origem destes Povos, e tudo o que pode causar dúvida para a segurança do nosso Direito, e conhecimento destas ricas, e importantes Províncias.<sup>204</sup>

Portanto, para legitimar seu império, os portugueses não dependiam apenas da defesa dos seus interesses comerciais e de navegação. Era necessário garantir que a apropriação dos territórios e bens resultante do processo de expansão se havia feito por vias aceitas moral e juridicamente. Também se inseria nessa linha a legitimidade das relações de trabalho estabelecidas entre os povos dominados, especialmente nos casos de escravidão. De acordo com António Manuel Hespanha<sup>205</sup>, a guerra era descrita

---

<sup>202</sup> *Ibid.*, p. xxxvii

<sup>203</sup> *Ibid.*, p. xxv-xxvi

<sup>204</sup> *Ibid.*, p. xxviii

<sup>205</sup> António Manuel Hespanha & Maria Catarina Santos. Os poderes num império oceânico. *Op. Cit.*, p. 352-353.

pelos letrados defensores de Portugal segundo as tópicas jurídicas da legítima defesa e da liberdade da pregação do evangelho. Alguns acrescentavam ainda a liberdade de comércio a essa argumentação. O domínio propriamente dito e os casos de escravidão eram legitimados pela própria guerra justa, ou ainda pela caracterização dos povos nativos das áreas dominadas como de caráter "apolítico" ou "não plenamente humano". Isso se verifica, por exemplo, nas dissertações de Inácio Barbosa Machado, lente da História Militar na Academia dos Esquecidos.

Nestas Dissertações se verá com distinção, e clareza a primeira Guerra em que destroçamos aos naturais, quando a sua barbaridade os fazia contrários, não só da benevolência Portuguesa, mas ainda opostos à racionalidade de humanos.<sup>206</sup>

Mais adiante, ao descrever as conquistas portuguesas pelo mundo, Barbosa Machado reforça a ideia de que a expansão teria sido garantida pela Divina Providência, sendo a América a "melhor jóia do Império Lusitano", e seu "descobrimento remuneração das religiosas façanhas com que os Portugueses derramando o sangue no obséquio da Lei primeira zelaram a causa de Deus que o interesse dos príncipes".<sup>207</sup> O objetivo dessa expansão, portanto, teria sido a conversão de "povos gentios" e "nações bárbaras". Os primeiros estariam localizados na Ásia, enquanto os segundos seriam os índios americanos.

Chegando aquele fausto, e glorioso termo em que a Divina Providência dispunha a maior felicidade da Coroa Portuguesa, e com que a sua Misericórdia suavemente ordenava a conversão de tantos povos gentílicos da Ásia, e nações bárbaras da América; declarou com modo admirável os Mistérios de seus oráculos, verificando-se os sagrados vaticínios com que por muitos séculos antecipadamente nos prometia o descobrimento das incógnitas, e dilatadas Regiões da América, e opulentas Províncias do Oriente.<sup>208</sup>

Portanto, entre América, África e Ásia, uma distinção era aplicada no trato com as populações que habitavam cada região. De acordo com a

---

<sup>206</sup> Inácio Barbosa Machado. Exercícios de Marte Nova Escola de Belona Guerra Brasilica (1724). *Op. Cit.* p. xxvi-xxvii.

<sup>207</sup> *Ibid.*, p. xxxiv-xxxv.

<sup>208</sup> *Ibid.*, p. xxxii

localidade em questão, um critério civilizacional era aplicado, levando a diferentes interpretações do Direito Internacional para a fundamentação das ações lusitanas no comércio ou no domínio territorial. Em grande parte da Ásia, se considerava a existência de civilizações estabelecidas tendo em vista os princípios comerciais, culturais e religiosos, corroborados pelo ponto de vista europeu para o estabelecimento de relações embasadas por negociações e acordos. Por outro lado, nos casos Africano e Brasileiro, os povos originários eram considerados bárbaros, sem organização política e, muitas vezes, praticantes de atividades nefastas como a da antropofagia. Em geral, esse juízo servia de justificativa para praticar a guerra contra essas populações, declarando-se a finalidade de estabelecer um governo útil e justo onde antes sequer havia governo.<sup>209</sup>

Saldanha analisa diversos tratados celebrados entre Portugal e autoridades dos povos do Oriente, destacando a existência de uma diversidade bastante grande de formas de dominação, que variavam de caso para caso. Em alguns casos - Goa, por exemplo - acontecia a incorporação direta ao Reino de Portugal. Entretanto, era mais comum acordar a vassalagem dos reis orientais ao Reino de Portugal garantindo, em certa medida, a manutenção da soberania desses reinos.<sup>210</sup>

Como senhorio de *conquista*, prova-o, na prática portuguesa, a aplicação do sistema das *capitanias* ao Brasil, a Angola e à Serra Leoa, campo de sociedades consideradas *bestiais*, justificativas da acção plena da Coroa como entidade administrativa, povoadora e promotora da evangelização, sistema que tem na base, precisamente, a doação ou distribuição arbitrária dessas mesmas terras, consideradas patrimônio exclusivo da Coroa. Assim se refere João de Barros aos negros da Guiné, entre os quais não havia 'demarcações de estados' que impedissem o Rei de Portugal de se chamar *Senhor da Guiné*. É essa também a opinião que Las Casas deixa entrever ao criticar os Espanhóis que na América se comportavam como tendo direito de 'por paz ou por guerra, por mal ou por bem, por força ou por agrado, subjugar e assenhorar-se das gentes e senhorios delas, como se foram terras da África'. Estamos perante o caso de sociedades que Damião de Góis - glosando um tópico que é possível fazer remontar à chamada e anônima 'carta de Bartolozzi', contemporânea da descoberta do Brasil - distinguiu como aquelas que '*nem adoram, nem sabem ler, nem escrever, nem têm*

---

<sup>209</sup> António Vasconcelos de Saldanha. *Justum Imperium. Dos Tratados como Fundamento do Império dos Portugueses no Oriente. Op. Cit.*, p. 228-234.

<sup>210</sup> *Ibid.*, p. 386-389

*igrejas [...] nem têm lei, nem peso, nem medida, nem moeda, nem Rei, nem Senhor...!*<sup>211</sup>

Nesse sentido, a comparação entre asiáticos, africanos e americanos servia como uma fundamentação para as práticas adotadas em função de uma e outra população. Refere Luís Siqueira da Gama que os índios brasileiros não tinham civilidade, visto que andavam nus. Pontuava, entre seus argumentos, uma menção à nudez também praticada pelos africanos da Guiné.

Não se compadece bem a malícia do pecado com a inocência da nudez, os meninos enquanto inocentes, nem se pejaram nem nos escandalizam de andarem despidos; no Paraíso nossos primeiros pais, assim que pecaram logo abriram os olhos; e vendo que estavam nus a tôda a pressa se vestiram de folhas de figueira; contra a Igreja Católica houve uns hereges que se chamaram Adamitas, e seguiam a seita de andarem de todo nus, e porque assim andam os negros em Guiné; por isso são os homens mais brutos que reconhece a racionalidade.<sup>212</sup>

A referência à nudez inocente diz respeito a um critério de civilização contra a barbárie. Trata-se da ideia de que cabia aos portugueses guiar os povos "brutos", no termo do lente de História Militar, para a civilização, entendida enquanto a cultura europeia e cristã. A expansão ultramarina lusitana estaria fundamentada justamente nesse critério. Ao relatar a celebração da primeira missa na América Portuguesa, a obra de Inácio Barbosa Machado afirma que aquele episódio marcara a santificação, pela religião cristã, daquelas "praias, que por tantos séculos serviram a Gentílicas cerimônias e supersticiosas abominações".<sup>213</sup>

Por sua vez, o discurso acerca das conquistas orientais, também amparado na ideia de propagação da fé católica, envolve diferentes critérios. É o comércio que é apontado como meio de interação entre os europeus e asiáticos, e este era garantido pela abertura das rotas oceânicas por Vasco da Gama. Nessa situação, entretanto, o uso da força militar é representado como

<sup>211</sup> António Vasconcelos de Saldanha. *Justum Imperium. Dos Tratados como Fundamento do Império dos Portugueses no Oriente*. *Op. Cit.*, p. 232-233.

<sup>212</sup> Luís Siqueira da Gama. *Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil*. *Op. Cit.*, p. 31.

<sup>213</sup> Inácio Barbosa Machado. *Exercícios de Marte Nova Escola de Belona Guerra Brasílica (1724)*. *Op. Cit.*, p. xlv-xlvi.

uma contundência do fato de estarem ali presentes inimigos declarados da crença e dos costumes representados por Portugal.

Descobertas pelo sempre famoso Dom Vasco da Gama as Guerreiras, e deliciosas partes da Índia, e aberto aos Portugueses o caminho que se ocultou as mais nações da Europa, chegou a Lisboa aquele invicto Argonauta com os Frutos, e palmas, que adquiria com a espada e o comércio, e resolveu o Senhor Rei D. Manuel autorizar no Oriente o respeito de sua Coroa com o poder de suas armadas, prevenindo que o terror da espada amparasse os amigos, e conciliasse os ânimos dos que por crença, e costumes eram declarados inimigos de Sua Majestade.<sup>214</sup>

Trata-se de uma referência aos muçulmanos que, em grande medida, competiam no comércio e na pregação nos territórios asiáticos. O acadêmico declara diretamente essa condição, afirmando que os lusitanos que se dispunham a comerciar, pregar e lutar no Oriente foram "generosos instrumentos com que seguindo ao invicto Gama se debelaram as forças do Maometano Império, e se estabeleceu o Evangelho nas belicosas nações do Oriente."<sup>215</sup>

Era no caráter atribuído às populações de cada região que se apoiava a distinção entre o processo pelo qual ocorreram as conquistas da América e da Ásia. Nas dissertações da História Militar, diz o acadêmico que

não conseguiu Portugal este dilatado continente de Províncias com o dispêndio de sangue, que nos custou humilhar a soberba do Oriente, mas por caminho imperceptível que não alcançou o discurso humano, e só dispôs a Divina Providência. Com uma tormenta guiou Deus as embarcações dos Portugueses à nova Lusitânia para manifestar que nem a diligência, nem o estudo, e menos o valor, nos dava Estados tão preciosos, mas só a proteção do seu braço Onipotente nos introduzia na posse de tão dilatado Império.<sup>216</sup>

O domínio da América era entendido, portanto, diferentemente da expansão portuguesa pela costa da África e em direção ao Oriente. A origem desse processo é apontada por Inácio Barbosa Machado: as conquistas asiáticas derivavam do empenho militar, numa luta contra infiéis, enquanto a chegada à América ocorrera de maneira sutil e segundo os desígnios divinos,

---

<sup>214</sup> *Ibid.*, p. xl

<sup>215</sup> *Ibid.*, p. xxxviii

<sup>216</sup> *Ibid.*, p. xxxviii

como gratificação pelos anteriores atos de fé. Essa condição primeira daria sentido ao processo de ocupação das terras e à forma como se estabeleceu a relação entre os portugueses e os ameríndios como veremos, a seguir.

### 3.3 A JUSTIÇA DA GUERRA E O DOMÍNIO DOS SERTÕES

Esta seção tratará da representação do sertão pelos letrados da Academia Brasílica dos Esquecidos, a fim de aprofundar a análise das particularidades do discurso relativo ao continente americano na expansão ultramarina. Para tanto, levaremos em conta a temática da guerra justa na tradição jurídica europeia e a das relações entre lusitanos e indígenas, buscando compreender a fundamentação das políticas de expansão e aldeamento realizadas por Portugal na América.

\* \* \*

Entre as Dissertações Históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos, uma das questões mais largamente tratadas é a dos índios americanos e das políticas relativas às populações nativas adotadas pelos portugueses. Essa questão se demonstrou bastante problemática, tendo em vista a necessidade de afirmar a justiça e a retidão das atitudes lusitanas na América, a fim de constituir uma visão da conquista portuguesa do Novo Mundo ancorada na moral religiosa e na civilidade europeias. Afastar as significações negativas do processo de colonização do Brasil era mais que uma questão moral no sentido atual do termo. Fazia-se necessária a afirmação da justiça com que os portugueses obraram em suas colônias para a defesa de seus direitos territoriais em um momento em que a garantia desses direitos ainda se pautava pelas determinações do Tratado de Tordesilhas, mas se abria espaços para questionamentos da ordem internacional. Além da ameaça que representavam

as tentativas de invasão, por parte de outras potências, dos territórios lusitanos na América, os tratados internacionais começaram a valorizar explicitamente o princípio do equilíbrio de poder a partir dos tratados de Utrecht (1713), o que complicava a situação dos países ibéricos na garantia de suas posses ultramarinas.<sup>217</sup> Portugal e a Espanha buscaram afirmar suas versões da conquista. É curioso observar que o acadêmico Inácio Barbosa Machado chega a considerar os hispânicos como companheiros dos portugueses nesse processo:

Mas nem só a valorosa França pode com seus escritos com a grandeza de nossas vitórias, tão bem outra nação igualmente valorosa, tomou por sua conta escrever as nossas proezas, como foram os Espanhóis, a quem a divina Providência fez companheiros do Senhorio do Novo Mundo: serviram com a espada em nossas conquistas, ajudaram com a pena a nossa fama, auxiliando-nos igualmente com as armas uns, com Livros outros.<sup>218</sup>

Uma vez que se defrontaram com espaços já ocupados por outros povos, era indispensável aos impérios ibéricos a garantia do motivo justo para a dominação ou expulsão desses povos, sob o risco de invalidar seus direitos constantemente criticados pelos outros povos europeus. De tal forma, a própria conquista se tornava impossível sem a afirmação de que a guerra se fazia segundo uma causa justa.

A tradição jurídica da guerra justa (*justum bellum*) exigia não só a declaração de hostilidades por autoridades legítimas e segundo determinadas regras - como no caso da doutrina de Maquiavel<sup>219</sup> - mas também motivação justa para o conflito. Pautada na moral religiosa, essa doutrina buscava a garantia de justiça, ainda que considerasse a guerra como um caso extremo.<sup>220</sup>

<sup>217</sup> José Damião Rodrigues. Geopolítica e Migrações no Contexto de Utrecht: colonos portugueses no Brasil meridional. *Cuadernos de Historia Moderna*. v. XII, 2013, p.101-118.

<sup>218</sup> Inácio Barbosa Machado. Exercícios de Marte Nova Escola de Belona Guerra Brasilica (1724). *Op. Cit.*, p. xxii.

<sup>219</sup> Segundo a doutrina de Nicolau Maquiavel, "a guerra é justa para aqueles a quem é necessária; e as armas são sagradas quando nelas reside a última esperança". A bondade do príncipe não é levada em consideração para a determinação da justiça da guerra, visto que "é necessário que o príncipe que deseja manter-se aprenda a agir sem bondade, faculdade que usará ou não, em cada caso, conforme seja necessário." *A arte da guerra. A vida de Castruccio Castracani. Belfagor, o arquidiabo. O príncipe*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1982 [1512-1520]. p. 130 e 106.

<sup>220</sup> Giuseppe Tosi. Guerra e Direito no Debate Sobre a Conquista da América (Século XVI). In *Verba Juris*. Ano 5, n. 5, jan./dez. 2006, p.277-320.

Do ponto de vista europeu, a questão do contato com os povos originários da América levou à discussão dos limites para a tomada de ações e das formas de relacionamento a serem adotadas. Apoiados na definição de direito natural pertinente a todos os homens, derivada do tomismo, "os teólogos-juristas do século XVI definiram (...) os casos em que podia haver guerra justa entre os povos, por desrespeito àqueles direitos".<sup>221</sup>

Na conquista da América, essa doutrina foi amplamente utilizada, visto que se adequava à moral cristã, fortemente enraizada na política ibérica, buscando a mediação da Igreja Romana para as contendas entre os impérios, mas também em razão das disputas territoriais com os primeiros habitantes do continente. Com razão, se verifica que "as guerras adquirem mais ou menos legitimidade dependendo do tipo de inimigo que enfrentam"<sup>222</sup>, de tal sorte que a fundamentação para os atos dos ibéricos em relação aos nativos americanos se daria segundo a moral cristã e europeia.

A conceituação de Raphael Bluteau, no Vocabulário Portuguez e Latino, remete a essa doutrina. A guerra

He huma execução de vontade discordes, entre Principes, Estados, ou Republicas, que nao admittindo razoens, só com armas se decide. Dizia Empaminondas, famoso Capitão Thebano, que a causa efficiente da guerra era a vontade; a causa material os Soldados, o dinheiro, as espadas, os piques & outras armas; a causa formal, as linhas, os arrayaes, os estratagemas, & traças militares; & a causa final, a paz. (...) Nunca perdeo Trajano batalha, porque nunca moveo injustamente guerra. Definem os Theologos moraes a guerra justa, assim: *Bellum justum formaliter, & materialiter, est bellum legitima autoritate, causaque indictum, juxta rectam conscientiam.* Na Homil. 53. in Evangel. diz S. João Chrisostomo, que as guerras, & calamidades, que delas resultão, são preambulos da ultima calamidade univesal no fim do mundo, sendo razão, que muitos castigos precedentes sejam como vespervas do grande castigo eterno.<sup>223</sup>

Assim sendo, a guerra contra os indígenas, quando se fez necessária, teve de ser definida enquanto *Bellum justum*, ou melhor, partir de representações capazes de adequar a realidade dos conflitos ao conceito de guerra justa. A questão da autoridade legítima obviamente não se constituía

<sup>221</sup> Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron. A Ocidente do Ocidente: linhas e perspectivas em confronto. *Revista de História*. São Paulo, n. 170, p. 77-106. jan.-jun. 2014. p. 83.

<sup>222</sup> Giuseppe Tosi. Guerra e Direito no Debate Sobre a Conquista da América (Século XVI). *Op. Cit.*, p.279

<sup>223</sup> Raphael Bluteau. *Vocabulário Portuguez e Latino. Op. Cit.*, v. 4., p. 153.



em um problema. Restavam ainda as dificuldades com a causa declarada para a guerra e com a fundamentação ética e moral. Para isso, se fazia importante construir argumentos capazes de favorecer os interesses portugueses na América frente aos povos europeus e, especialmente, que fossem legitimados pelo Vaticano.

A afirmação de Bluteau, acima referida, de que "nunca perdeo Trajano batalha, porque nunca moveo injustamente guerra", se coloca em acordo com a posição do acadêmico Inácio Barbosa Machado, o qual muitas vezes associa a Divina Providência à ideia de justiça nas conquistas lusitanas. Nas suas dissertações sobre a História Militar, ele associa as guerras contra os mouros na reconquista da Península Ibérica pelos cristãos lusitanos e espanhóis ao início da época dos descobrimentos, como se vê no excerto abaixo:

Extinto o cetro dos suevos na Lusitânia, e dos Godos em todas as Espanhas, senhoriam os infames sequases de Mafoa as nossas Pátrias usando de tão bárbara tirania, que de um golpe, destroçaram a majestade, e a religião, acabando os nossos Príncipes, e consumindo-se os templos, e os sacerdotes, gemeu Espanha, e Lusitânia muitos séculos debaixo de tão insofrível jugo até que chegado o sempre memorável ano de 1138 se entronizaram os nossos Príncipes de Portugal no sólio da sua Coroa, e como a intenção que os levou ao trono foi mais a defesa da Religião, que o esplendor da Majestade, quando eles no serviço da Cristandade degolaram nas campanhas gargantas de Mamometanos, lhes dava o Deus das vitórias, nos mesmos triunfos; novas Províncias, com que dilatar os seus Reinos, Pelejou no Campo de Ourique o fundador de nosso Império, e depois de merecer a visão do Redentor; não só conseguiu a vitória de quatrocentos mil Inimigos, porém teve em prêmio do seu zelo a obediência de Portugal. Pelejaram seus filhos e netos sucessores do trono, e semelhantes na Cristandade, e receberam em prêmio o Domínio do Algarve e o Senhorio de famosas Praças de Castela, e Andaluzia. (...) E que remuneração não teve este Sagrado ânimo de extinguir os inimigos da Cruz? Não menos que os dilatados Domínios que se começaram a descobrir no seu governo, e a reverência com que o venerou o mesmo Trono que lhe disputava regalia.<sup>224</sup>

A afirmação da aliança entre o Império Português e Deus se estabeleceu, como demonstrado pela citação acima, de Inácio Barbosa Machado, a partir da temática dos milagres e das visões em que foram protagonistas os líderes de Portugal. Na mesma vertente, Rocha Pita lista diversos eventos tidos por ele como verdadeiros e milagrosos, que teriam

<sup>224</sup> Inácio Barbosa Machado. Exercícios de Marte Nova Escola de Belona Guerra Brasília (1724). *Op. Cit.*, p. xxxv-xxxvi.

ocorrido com outras monarquias. No entanto, conclui com a afirmação das virtudes portuguesas valorizadas aos olhos da Divindade, que garantia um futuro glorioso a Portugal.

Se Deus deu a tantos príncipes em tantas monarquias tais mostras de sua piedade e amor, como lhes não fez igual promessa e, para estabelecer o maior império, preferiu a nação portuguesa a tantas e tão ilustres nações (...). Escolheria Deus por ventura, para tão grande empresa a Portugal, por aquele grande valor, constância e lealdade com que os portugueses se houveram sempre em defesa e aumento da pátria e em benefício dos amigos e confederados dentre em Espanha e por todo o mundo.<sup>225</sup>

A noção de justiça, nesse caso, se associa à religiosidade. Define-se a causa justa para a guerra em função de serem combatidos povos não cristianizados. As conquistas são percebidas como prêmio aos povos mais fiéis e, ao mesmo tempo, como frutos de uma missão para a cristianização de outros povos. Daí segue o embasamento dos argumentos para a conquista de outras partes do mundo, incluindo a América. Para Inácio Barbosa Machado, Portugal não teria conseguido suas províncias pela guerra, mas sim "por caminho imperceptível que não alcançou o discurso humano, e só dispôs a Divina Providência"<sup>226</sup>.

Esse entendimento sobre as guerras e os descobrimentos ibéricos está em consonância com a afirmação de Alcir Pécora, de que as políticas portuguesas permaneceram relacionadas com o plano teológico por longa data, sendo demonstrada pelas letras coloniais a articulação entre política e profecia.<sup>227</sup> A vinculação entre retórica, teologia e política nesses textos relaciona-se, segundo Hansen, à formação do Estado português e à neoescolástica.

Na teologia-política que regula o absolutismo católico, teologemas do Velho e do Novo Testamento aparecem fundidos com enunciados de antigas doutrinas políticas definindo a natureza do poder temporal dos reis segundo o modelo do poder espiritual do papa. Em Portugal, os jesuítas e os dominicanos neo-escolásticos autores e divulgadores desses textos doutrinararam e organizaram a 'política católica' da

<sup>225</sup> Sebastião da Rocha Pita. *Tratado Político*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972. p. 56.

<sup>226</sup> Inácio Barbosa Machado. Exercícios de Marte Nova Escola de Belona Guerra Brasileira (1724). *Op. Cit.*, p. xxxviii.

<sup>227</sup> Alcir Pécora. *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*. São Paulo: EDUSP; Campinas: Editora da UNICAMP, 2008. p. 60.

Coroa como ação indissociável da ética cristã, opondo-se enfaticamente a Lutero e Maquiavel, sempre identificados como autores 'diabólicos'.<sup>228</sup>

No entanto, é indispensável considerar que a cultura letrada portuguesa estava passando, na primeira metade do século XVIII, por uma série de transformações. Essas eram derivadas não só da difusão de ideias e práticas ilustradas, mas também de projetos políticos voltados para a afirmação do poder monárquico e da sustentação do Império como um todo. Segundo Taíse Quadros da Silva,

na Academia Real da História Portuguesa, a manipulação escrita de importantes narrativas difundidas por meio oral, como o próprio milagre de Ourique, deve ser analisada como um aspecto de modernização operacionalizado pelo governo de D. João V. O monarca, ao fomentar e proteger a Academia, criou um espaço legítimo e circunscrito de controle de tradições narrativas que serviam à memória do reino na construção da soberania do monarca. O plano historiográfico formulado pelos clérigos e nobres que tomaram parte da associação operou uma importante transformação da memória, criando, pela escrita historiográfica, mecanismos para cercear, de um lado, a tradição restauracionista que atribuía ao povo a origem da soberania monárquica e, de outro, ao clero que atuara nos púlpitos fomentando leituras diversas da relação entre o poder do rei e a vontade de Deus.<sup>229</sup>

Por conseguinte, as práticas historiográficas no contexto lusitano do século XVIII estiveram apoiadas no ideário teológico-político preexistente, estabelecendo limites, no trato com a memória coletiva, para as representações. A transformação mais profunda desse padrão em função da modernização do Estado português só aconteceria depois de 1755, com as políticas de Sebastião José de Carvalho e Mello.<sup>230</sup> Contudo, é indispensável considerar a realidade das transformações na cultura letrada lusitana segundo as possibilidades de ação e os caminhos escolhidos pelos letrados e também pelos governantes, a partir das políticas de incentivo e de proteção das letras.

<sup>228</sup> João Adolfo Hansen. A civilização pela palavra. In: Eliane M. T. Lopes; Luciano M. Faria Filho & Cythia G. Veiga (orgs.). *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 24.

<sup>229</sup> Taíse Tatiana Quadros da Silva. Poder e episteme na erudição histórica do Portugal setecentista: uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720-1721). *Op. Cit.*, p. 209-210.

<sup>230</sup> *Ibid.*, p. 212.

Sebastião da Rocha Pita, no Tratado Político, retoma a ideia de equilíbrio entre os impérios segundo uma noção de justiça amparada na Providência. Para ele, "é a religião o maior atributo dos mortais, a mais firme coluna das monarquias"<sup>231</sup>, logo a formação e expansão do Império Português são amparadas pela proteção divina. A mesma tópica é presente em Giovanni Botero Benese (1544-1617), em seu livro *Da Razão de Estado*:

A Religião é, por assim dizer, mãe de todas as virtudes: torna os súbditos obedientes ao seu Príncipe, corajosos nas empresas, ousados nos perigos, generosos nas adversidades, prontos em qualquer necessidade da República.<sup>232</sup>

Tendo em vista que para essa fundamentação das guerras - e conseqüentemente das conquistas - era necessário demonstrar causas justas e também a observância da moral cristã, se constituiu em necessidade primária a discussão do caráter dos nativos americanos, de seu grau de civilidade e das condições para sua civilização. Um dos modos de trazer elementos para esse diálogo foi a representação dos indígenas pelos artistas do renascimento. Essa é descrita por Bayona<sup>233</sup> como um processo permeado por contradições, especialmente quando consideradas as categorias de bondade e maldade. Essas contradições não demonstram apenas uma dificuldade em absorver as novidades dos descobrimentos pelos europeus, mas também uma série de interesses em disputa no momento de sua concepção. A representação da América elaborada pelos europeus nos primeiros séculos da colonização pode ser entendida, de acordo com Laura de Mello e Souza, pela predominância de uma oposição entre a natureza edênica e a humanidade demoníaca, sendo a condição colonial considerada um purgatório. À Europa, mais próxima da verdade divina, cabia a correção das impurezas e a salvação das almas americanas.<sup>234</sup>

Tendo em vista a existência dessa visão da colonização como missão religiosa e civilizadora, era inevitável que, pelas representações dos povos

<sup>231</sup> Sebastião da Rocha Pita. *Tratado Político. Op. Cit.*, p. 58.

<sup>232</sup> João Botero. *Da Razão de Estado*. Coimbra: INIC, 1992 [1589]. p. 69.

<sup>233</sup> Yobenj Aucardo Chicangana Bayona. *Imago Gentilis Brasilis: modelos de representação pictórica do índio da Renascença*. [Tese de doutoramento em História Social]. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.

<sup>234</sup> Laura de Mello e Souza. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 33-117.

americanos, passassem constantemente as tomadas de decisão acerca das políticas territoriais na Colônia, uma vez que qualquer reorganização espacial dos portugueses no novo continente interferia com frequência no espaço indígena, ainda mais quando se estabeleciam políticas e legislações diretamente voltadas para interferir na organização dos povos nativos.

Entre as representações da espacialidade americana nas dissertações da Academia dos Esquecidos, é fundamental a argumentação da dissertação terceira de Luís Siqueira da Gama e também das que a seguem. O acadêmico questiona, nessa terceira conferência, "se os Índios do Brasil, antes de ser descoberto e conquistado pelos portugueses, tinham, ou não política, viviam, ou não com algum exercício de civilidade"<sup>235</sup>. A importância dessa questão em função de nosso enfoque territorial e geopolítico não se encontra diretamente na resposta a esse questionamento, mas nas respostas aos questionamentos que dele derivam e que dão origem às próximas dissertações do mesmo lente. Encontra-se o centro desse problema na dissertação quarta, na qual o questionamento será "se foi conveniente ao Estado do Brasil; que se congregassem, e reduzissem a povoações os Índios naturais da terra, que antes de conquistados pelos Portugueses, viviam vagos pelas brenhas como irracionais".<sup>236</sup> Essa discussão limitará os debates subsequentes, garantindo a defesa da imposição de sistemas administrativos, jurídicos e culturais aos indígenas segundo moldes lusitanos, os quais serão abordados mais além, neste capítulo.

Ao discutir a existência ou não de política e civilidade entre os indígenas, Luís Siqueira da Gama trata, seguindo o modelo de dissertação<sup>237</sup>, dos argumentos negativos e, em seguida dos positivos. A parte negativa estaria representada pelos argumentos de que "é incontroverso que a base fundamental do Estado é a religião"<sup>238</sup> e que

---

<sup>235</sup> Luís Siqueira da Gama . Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil. *Op. Cit.*, p. 30.

<sup>236</sup> *Ibid.*, p. 39.

<sup>237</sup> Quanto às dissertações, o mesmo Luís Siqueira da Gama comenta que se trata de uma disputa entre os argumentos a favor ou contra determinado posicionamento, de modo que se encontrasse, a vista deles, os mais verdadeiros. *Op. Cit.* p. 43-44.

<sup>238</sup> Luís Siqueira da Gama . Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil. *Op. Cit.*, p. 30.

Os índios primeiros habitantes do Brasil não conheciam fé, não professavam religião, não adoravam a Deus, eram bárbaros, eram feros, eram insociáveis; e tanto que até parece que em sinal da sua barbaridade lhes negou o autor da natureza as letras T, L, R, e acrescenta Jorge Maregrávio que também lhes faltam o S e Z: como se dissesse a própria natureza que os índios do Brasil nem tinham fé, nem tinham Lei, nem tinham Rei, nem tinham Ciência, nem tinham Zêlo de Deus. Logo bem se segue que êstes homens bárbaros não tinham política, não tinham civilidade.<sup>239</sup>

A segunda razão elencada se explica pela incivilidade dos índios, "porque a política, como dissemos, é uma faculdade civil e, se os Índios tivessem alguma política, necessariamente haveriam de ter alguma civilidade"<sup>240</sup>. Entretanto, esses índios poderiam ser considerados "bárbaros", "feros" e "insociáveis", e arrolava-se, como razões para esse juízo, o nomadismo, o canibalismo e a nudez.

O terceiro motivo elencado trata da criação divina. Após dar origem a Adão, Deus "lhe fêz para companhia outro seu semelhante"<sup>241</sup> e, com isso, criou a política "pela Lei da Natureza, e instinto de razão". Sendo criada "só para os homens", a política não estaria presente entre aqueles que

eram tão bárbaros, tão brutos, como temos mostrado, e dizem Francisco de Brito Freire e o Padre Simão de Vasconcelos que nos primeiros descobrimentos da América houvera grande dúvida se os habitantes desta quarta parte do mundo eram justamente capazes dos Sacramentos Sagrados da Santa Igreja de Roma, entendendo-se que não eram homens racionais, mas sim uma nova espécie de sensitivo: e nesta conformidade, verossímil é, que sendo tão brutos, que não pareciam homens não teriam entre si sociedade.<sup>242</sup>

Os argumentos pela parte positiva tratam dos índios como dotados de certo grau de civilidade, ainda que não completo. Neles se perceberia a política em seu aspecto secundário de garantir mais comodidade à vida.

Ainda que rudes, não eram tão brutos, que não cuidassem da melhor comodidade com que pudessem passar a vida, antes com disposição acertada tinham repartidas as estações do ano para em certos tempos habitarem certas partes, e outras, em outras; e se a causa como dissemos secundária, e externa, da política, é a melhor comodidade da vida humana; cuidando os índios do Brasil da sua comodidade em melhor passagem, segundo as estações do ano,

---

<sup>239</sup> *Ibid.*, p. 30

<sup>240</sup> *Ibid.*, p. 31

<sup>241</sup> *Ibid.*, p. 31

<sup>242</sup> *Ibid.*, p. 32

fertilidade e abundância dos sítios; é sem controvérsia que se governavam pelos ditames da política, e que não eram tão bárbaros, que parecessem irracionais. (p. 32)

O segundo aspecto destacado se embasa no fato de que " a maior prova da sociedade política é a comunhão"<sup>243</sup> e que, sendo o matrimônio "a mais conjunta sociedade que pode haver"<sup>244</sup>, o respeito que os indígenas tinham pelo casamento demonstraria alguma espécie de civilidade. Luís Siqueira da Gama também destaca que, em tempos de guerra, deveria haver alguma espécie de organização, e que

outros índios haviam (sic), que se conservavam ainda com mais semelhança de comunidade humana, porque formavam barracas compridas, sôbre esteios de paus, cobertos com fôlhas de palmeiras, ou pindobas, sem repartimento algum entre meio, onde assistiam vinte e trinta casais cada um com seu rancho de esteio a esteio; onde tinham seu fogo, e seu cachorro, companheiros, que se conservavam inseparáveis para maior guarda, comodidade, e abrigo de suas vidas, tão rústicas, certamente, como arriscadas.<sup>245</sup>

Em terceiro lugar, se destaca a racionalidade, característica garantida por bula pontifícia no ano de 1537, na qual o papa Paulo III admitia que os índios eram capazes de serem católicos. Com isso, o acadêmico conclui serem os índios "realmente homens (...) que haviam de ter entre si alguma política, porquanto a definição do homem não é só ser animal racional, porque é também ser sociável, civil, e político juntamente"<sup>246</sup>.

Mostra-se muito importante, para o restante dos argumentos acerca das políticas relativas aos índios, a conclusão tirada pelo lente de História Política nessa matéria. Considera Luís Siqueira da Gama duas possíveis conceituações de política. A "política rigorosa ou estritamente" considerada, é a "faculdade se viu (sic) [civil?] com que a pessoa ou pessoas que presidem na Soberania do Govêrno, entendem na administração das coisas públicas, ou particulares". Por outro lado, a política "mais larga, e amplamente" considerada seria a "sociedade, e comunhão, tal ou qual da vida humana"<sup>247</sup>. Utilizando-se a definição mais rigorosa, os indígenas não teriam política, mas a teriam

---

<sup>243</sup> *Ibid.*, p. 31

<sup>244</sup> *Ibid.*, p. 32

<sup>245</sup> *Ibid.*, p. 33

<sup>246</sup> *Ibid.*, p. 34

<sup>247</sup> *Ibid.*, p. 35

enquanto considerada na definição mais ampla. O acadêmico não desenvolva para além desse ponto seu argumento. Ainda assim, essa conceituação permite inferir que a falta de competência na administração pública e particular por parte dos indígenas poderia ser suprida segundo o modelo português de governo. Segundo o mesmo raciocínio, tal ação não se definiria enquanto imposição, mas enquanto benevolência e civilização.

Também o acadêmico Gonçalo Soares da Franca - mesmo sem se estender tão profundamente na discussão quanto o lente da História Política - destaca a importância de construir a civilidade e a religião europeias nos índios brasílicos, visto que

Era o Brasil habitado de Índios, que sendo de uma mesma Pátria, se mostravam tão diferentes nos ritos e línguas, que se julgavam Nações diversas: destas se contavam mais de cem distintas espécies; na simetria do corpo de estatura avultada; nas feições do rosto redondo, nariz chato, cabelo liso, e sempre intonso; nos costumes tão bárbaros, que parece degeneravam em irracionais, porque sem Rei, nem Lei, e sem fé, isentos do temor de Deus, e da legislação dos homens, só obedeciam aos impulsos da natureza corrupta, que sempre propensa ao mal licenciosamente os inclinava a execução de seus brutais apetites, chegando a fazerem gostoso prato da carne humana; supersticiosos por doutrina, glutões por costume, ébrios por exercício, ferozes por inclinação, rudes por gênio, e preguiçosos por natureza; para que com tantas disposições de brutos tivessem mais que lavrar nestes humanos troncos o buril da polícia da Europa, e o cinzel da Religião Católica.<sup>248</sup>

Essa percepção sobre a incivilidade ameríndia abre o espaço para uma importante questão territorial acerca dos indígenas brasileiros em relação com o projeto português para a América. Assim se defenderá a conquista da América em seus diversos momentos, desde as políticas de povoação no século XVI:

Confrontando com todas as notícias já mencionadas, resolveu El-Rei mandar povoar o Brasil, porque a uberdade da terra, a exuberância das águas, a beneficência do clima, e sobretudo a perdição daquelas almas, eram veementes estímulos para outro peito ainda menos piedoso, que o daquele excelente Monarca.<sup>249</sup>

---

<sup>248</sup> Gonçalo Soares da Franca. Dissertações da História Eclesiástica do Brasil que recitou na Academia Brasílica dos Esquecidos (1724). Op. Cit., p. 246.

<sup>249</sup>Ibid., p. 275



É nesse sentido que Luís Siqueira da Gama elabora sua quarta dissertação, cujo título é "Se foi conveniente ao Estado a conquista do Brasil, que se reduzissem os Índios, se os nacionais, por modo de República a grandes povoações"<sup>250</sup>. O acadêmico retoma a temática indígena a partir do estudo de uma situação real, referindo-se à política de aldeamentos iniciada, já no século XVI, pelo governador-geral do Brasil, Mem de Sá. Mais que uma discussão acerca da administração e do governo dos índios, tal dissertação defende uma organização espacial e uma política territorial necessária para a ocupação, defesa e economia colonial, de acordo com os interesses portugueses, discutindo ações estabelecidas em um campo de trocas culturais e comerciais, assim como de conflitos ou alianças políticas entre os povos.

A dinâmica espacial representada pelos acadêmicos esquecidos na oposição entre as regiões ocupadas pelos lusitanos e aquelas habitadas por diversas nações indígenas pode ser melhor compreendida a partir da discussão histórica da significação do sertão enquanto categoria espacial e cultural, assim como da discussão das relações entre cultura e poder expressas na constituição dos territórios e de suas fronteiras.

A compreensão do processo de representação dos sertões ao longo da História da América é fundamental para a discussão das significações partilhadas pelos letrados da Academia dos Esquecidos acerca do espaço brasílico. De acordo com Moraes, o espaço do sertão foi representado, ao longo da História do Brasil, no sentido das ausências e do vazio demográfico:

El sertón no se constituye como una materialidad creada por los grupos sociales en sus relaciones con los lugares de la superficie terrestre. Al contrario, la invisibilidad de la presencia humana es muchas veces resaltada como un rasgo característico de estos espacios, que raramente dejan de ser definidos como 'vacíos demográficos' o 'tierras desocupadas'.<sup>251</sup>

Sertão, segundo o *Vocabulário Portuguez & Latino*, de Raphael Bluteau, era entendido enquanto "região, apartada do mar, & por todas partes, metida

---

<sup>250</sup> Luís Siqueira da Gama . Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil. *Op. Cit.*, p. 37.

<sup>251</sup>Antonio Carlos Robert Moraes. El sertón como el otro geográfico. In: Rodolfo Bertoncello; Ana Fani Alessandri Carlos. (Org.). *Procesos territoriales en Argentina y Brasil*. 1ª ed. Buenos Aires: Instituto de Geografía - Universidade de Buenos Aires, 2003, v. 1, p. 45-58.

entre terras"<sup>252</sup>. No entanto, são frequentes, entre os acadêmicos Esquecidos as referências a um espaço onde era "rude e bárbara a habitação de Gentios, sem mais política que a cultura, que lhes ensinou a necessidade de reparar as vidas"<sup>253</sup>, no qual se vivia com "fereza"<sup>254</sup> ou ainda caracterizado a partir da expectativa de encontrar "segredos embrenhados"<sup>255</sup> entre os lugares que permaneciam desconhecidos. Portanto, os significados aportados pelas *Dissertações Históricas* não ignoram totalmente a presença de alguma forma de ocupação humana dessas regiões. Nesse caso, as ausências retratadas pelos Esquecidos são - sempre a partir de uma visão etnocêntrica de sociedade - mais de civilização e de religião que de pessoas propriamente ditas.

Além disso, uma vez que os sertões não se constituem enquanto materialidade, é impossível delimitar seu espaço físico. A inexistência de limites reais, no entanto, não exclui a construção simbólica da diferença e nem as implicações políticas das significações atribuídas a esse espaço.

En verdad, el sertón no es un lugar, sino una condición atribuida a varios y diferentes lugares. Se trata de un símbolo impuesto - en ciertos contextos históricos - a determinadas condiciones locacionales, y acaba actuando como una calificación local básica en el proceso de su valorización. Finalmente, el sertón no es una materialidad de la superficie terrestre. sino una realidad simbólica: una ideología geográfica. Se trata de un discurso valorativo referente al espacio, que califica los lugares según la mentalidad reinante y los intereses vigentes en dicho proceso. El objeto empírico de esta adjetivación varía espacialmente tanto como varían las áreas sobre las cuales incide tal denominación. En todos los casos se trata de la construcción de una imagen, a la cual se asocian valores culturales generalmente - aunque no necesariamente - negativos, los cuales introducen objetivos prácticos de ocupación o de reocupación de los espacios en cuestión. En este sentido, la adjetivación *sertaneja*, expresa una forma preliminar de apropiación simbólica de un determinado lugar.<sup>256</sup>

Essa fronteira simbólica, na qual não se trata da disputa entre dois impérios ultramarinos, mas das trocas e conflitos entre um império e os

<sup>252</sup> Raphael Bluteau. *Vocabulário Portuguez e Latino. Op. Cit.*, v. 7 p. 613.

<sup>253</sup> Gonçalo Soares da Franca. *Dissertações da História Eclesiástica do Brasil que recitou na Academia Brasílica dos Esquecidos (1724). Op. Cit.*, p. 242.

<sup>254</sup> Luís Siqueira da Gama. *Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil Op. Cit.*, p. 43.

<sup>255</sup> Caetano de Brito e Figueiredo. *Dissertações acadêmicas e históricas, nas quais se trata da história natural das coisas do Brasil. Op. Cit.*, p. 142.

<sup>256</sup> Antonio Carlos Robert Moraes . El sertón como el otro geográfico. *Op. Cit.*, p. 47-48.

primeiros habitantes de uma região ocupada, se mostra fundamental na construção das espacialidades americanas. As decisões tomadas a fim de favorecer a iniciativa portuguesa nessas regiões não se sustentariam, se não apoiadas nas representações dos índios e da sua relação com esses lugares caracterizados como *sertões*, em oposição à civilização e à racionalidade das vilas e cidades portuguesas.

Janaína Amado destaca que as categorias "litoral" e "sertão", do ponto de vista da História Colonial, são, ao mesmo tempo, opostas e complementares, sendo uma o reverso da outra. Assim, se estabelece uma oposição não só entre costa e interior, mas também entre áreas conhecidas e desconhecidas. As duas categorias também tratavam das áreas dominadas pelos portugueses e pelo seu modelo cultural e religioso, em oposição às outras, ainda não ocupadas senão pelos povos indígenas não catequizados e não alinhados aos brancos.<sup>257</sup> A construção, a partir do litoral, da representação do sertão enquanto espaço da incivilidade irracional pode ser considerada, portanto, como uma expressão do desejo político de, por um lado, exaltar o papel dos colonizadores como portadores de uma cultura elevada a um continente até então selvagem e, por outro lado, fundamentar as políticas territoriais relativas a esses espaços ainda não explorados em nenhum sentido pelos europeus. No imaginário do colonizador, a própria diferença entre os indígenas aliados dos portugueses e aqueles que a eles se opunham foi expressa com a articulação de termos específicos para designar cada grupo: trata-se da oposição entre "tupis" e "tapuias", sendo os primeiros associados à civilidade e à cultura do litoral, e os segundos associados aos sertões enquanto espaço de barbárie.<sup>258</sup>

A construção de um fronteira cultural, ou seja, das representações e significações das identidades e do poder em determinado espaço é necessária para a constituição da fronteira enquanto um limite materialmente concebido. Pesavento, ao discutir a noção de fronteira natural explica que

as fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são sobretudo simbólicas. São marcos, sim, mas sobretudo de referência

---

<sup>257</sup> Janaína Amado. *Região, sertão, nação. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8. p. 148-149.

<sup>258</sup> Pedro Puntoni. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Fapesp/Hucitec/Edusp, 2002. p. 66.

mental que guiam a percepção da realidade. Nesse sentido, são produtos dessa capacidade mágica de representar o mundo por um mundo paralelo de sinais por meio do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo.<sup>259</sup>

Ainda quando considerado a partir das relações geopolíticas e de poder, "o conceito de fronteira já avança para os domínios daquela construção simbólica de pertencimento a que chamamos identidade e que corresponde a um marco de referência imaginária que se define pela diferença".<sup>260</sup> Dessa forma, podemos compreender que as representações acerca dos locais ocupados pelos indígenas "selvagens", nas Dissertações Históricas da Academia dos Esquecidos, foram constituídas ao longo de um grande espaço de tempo e condensadas na historiografia setecentista. Desse modo, podemos compreender essa historiografia, por um lado, enquanto índice das representações estabelecidas até então e, por outro lado, enquanto agente de (re)elaboração de sentidos, dialogando com seu próprio tempo.

De tal forma, Luís Siqueira da Gama se utiliza da elaboração daquela vasta disputa<sup>261</sup> acerca das concepções da natureza indígena estabelecida em sua terceira dissertação para, no quarto texto proferido sobre a História Política do Brasil, argumentar a favor de uma lógica territorial. Em outras palavras, é a conclusão da terceira fala que abre caminho para a questão que norteará a discussão da quarta, como se percebe na própria enunciação da pergunta:

ponderamos no equilíbrio da razão se foi conveniente ao Estado do Brasil ; que se congregassem, e reduzissem a povoações os Índios, naturais da terra, que antes de conquistados pelos Portugueses, viviam vagos pelas brenhas como irracionais.<sup>262</sup>

Aponta Luís Siqueira da Gama que, chegando à Bahia, em 1558, Mem de Sá ter-se-ia preocupado, em primeiro lugar, com o problema dos índios

<sup>259</sup> Sandra Jatayh Pesavento. Além das fronteiras. In: Maria Helena Martins (Org.). *Fronteiras Culturais: Brasil - Uruguai - Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p. 36.

<sup>260</sup> *Ibid.*, p. 36.

<sup>261</sup> Quanto à consideração do método de disputa entre proposições paralelas a fim de escolher o argumento a ser confirmado nas dissertações históricas ver Fernando Nicolazzi. Entre 'letras & armas', a história como disputa. *Op.Cit.*, p. 40-51

<sup>262</sup> Luís Siqueira da Gama . Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil. *Op. Cit.*, p. 39.

porque suposto que alguns tivessem assentado paz com os Governadores antecedentes, contudo havia certeza de que os Índios conquistados viviam sem moderação nos ritos do Gentilismo anterior, matando, e comendo seus inimigos, passando a vida a modo de reses, escondidos pelos Sertões: da mesma sorte se verificava a notícia de bem, como de antes faziam os Índios terríveis guerras uns aos outros, com notório prejuízo dos que tinham abraçado nossa Santa Fé Católica.<sup>263</sup>

A fim de resolver essas dificuldades, o governador emitira leis para que nenhum dos índios confederados "ousasse dali em diante comer carne humana", além da proibição da "guerra sem justa causa; aprovada por êle Governador, e mais adjuntos em seu conselho". Definiu-se também que vivessem "em povoações grandes em forma de república; e que nelas edificassem Igrejas e que acudissem os Cristãos a satisfazer as obrigações de seu estado; e os catecúmenos para se instruírem na doutrina da fé".<sup>264</sup>

Percebe-se uma diferente utilização do conceito de guerra justa na Colônia, que só se sustenta se considerados os índios como incivilizados e incapazes para o próprio governo. A tentativa de tornar as decisões sobre os negócios indígenas dependentes do aval dos portugueses pode ser entendida, portanto, como uma busca de ampliação do poder do grupo lusitano frente aos outros que concorriam naquele espaço, amparada por representações que diminuía, por natureza, a capacidade de agência e autonomia dos índios. Assim, essas leis puderam ser consideradas "justa, e certamente ditadas com o ardentíssimo zêlo do bem comum"<sup>265</sup>, referindo-se tanto aos interesses lusitanos quanto ao bem-estar dos nativos.

Após destacar a temática a ser desenvolvida e sua importância contextual, Luís Siqueira da Gama passa a inventariar as respostas positivas e negativas à pergunta proposta para sua dissertação, estabelecendo, mais uma vez, a dinâmica da "disputa" entre os argumentos para encontrar a solução mais verdadeira.

Pela parte negativa, ou seja, a partir dos argumentos elencados como contrários aos aldeamentos de índios, o acadêmico cita, como primeiro fundamento, "considerar que os Índios do Brasil por sua natureza eram homens livres; tanto porque assim se presumia de direito comum, como porque a

---

<sup>263</sup> *Ibid.*, p. 40

<sup>264</sup> *Ibid.*, p.40

<sup>265</sup> *Ibid.*, p.40

liberdade era prerrogativa natural"<sup>266</sup>. A questão da liberdade passa, a partir disso, a ser discutida pelo lente de História Política, a partir da dicotomia livre/cativo, visto que aqueles que eram contrários aos aldeamentos os considerariam como privação da liberdade "que era viverem vagos pelos Sertões sem Lei, a seu gôsto, e na mesma forma em que sempre viveram e os tinham criados seus primeiros pais".<sup>267</sup> A definição de liberdade ancorada em Cícero como "faculdade natural de poder cada um obrar de si, e das suas coisas como lhe parecesse melhor"<sup>268</sup> remetia, assim, à categoria oposta de cativo, pois era infração dessa faculdade natural obrigar "a um homem livre, que vivesse num certo lugar continuamente".<sup>269</sup> Além disso, o acadêmico destaca documentação oficial e literatura que definem os índios como homens livres: cartas, resoluções e decretos de vários reis, assim como os escritos do jurista espanhol Juan de Solorzano y Pereira. Destaca a promulgação de uma lei expressamente voltada a essa questão em 1655: a Bula pontifícia de 1537.<sup>270</sup> Esse corpo de documentos e argumentos de autoridades obviamente não pode ser negado pelo acadêmico no decurso de sua discussão, e seu sucesso em defender a posição da justiça e utilidade dos aldeamentos se deve à interpretação do sentido de liberdade expresso nesses textos.

O conceito de liberdade considerado para os fundamentos de negação aos aldeamentos é demasiado amplo para Siqueira da Gama. Assim, argumenta, a partir de Cícero, que "só vivia como queria todo aquêle que obrava como era justo"<sup>271</sup> e que, para isso, era preciso seguir a razão, sem a qual não se tem nem justiça, nem prudência. Mais diretamente o acadêmico afirma que

A liberdade, Senhores, não é somente faculdade natural de poder cada um fazer de si, e da s suas coisas o que lhe parecer melhor absolutamente, porque a liberdade se define, uma faculdade natural do que cada um quiser obrar, se não fôr proibido por alguma fôrça ou por alguma razão.<sup>272</sup>

---

<sup>266</sup> *Ibid.*, p.40

<sup>267</sup> *Ibid.*, p. 41

<sup>268</sup> *Ibid.*, p.41

<sup>269</sup> *Ibid.*, p.41

<sup>270</sup> *Ibid.*, p. 40-41

<sup>271</sup> *Ibid.*, p. 47

<sup>272</sup> *Ibid.*,p.47

De tal maneira, a redução dos índios às aldeias se definiria como uma atitude de bom governo amparada pela razão e não deveria ser caracterizada como cativo ou escravidão. É justamente pela "força da razão" e pelo bem comum que os argumentos favoráveis aos aldeamentos devem ser levados em consideração acima dos contrários, segundo o lente da História Política.

O primeiro dos argumentos favoráveis aos aldeamentos é justamente destinado à causa jurídica da discussão. Diz Siqueira da Gama que, "para justificarmos melhor o direito da nossa causa, era seu primeiro necessário a conversão, e doutrina dos mesmos Índios",<sup>273</sup> visto que haviam sido garantidas as conquistas portuguesas pelo Vaticano justamente com o fim de expandir o catolicismo. Assim, a garantia jurídica da posse territorial portuguesa pelos documentos pontifícios passava pela comprovação de seu serviço à causa da Igreja.

A isso se soma o segundo argumento favorável aos aldeamentos, agora se aplicando não à religião estritamente, mas à civilidade em sentido mais amplo. A premissa desse fundamento é a de que

os Índios do Brasil enquanto montanhesees, e dispersos pelos matos, eram homens bárbaros, selvagens, e quase como brutos irracionais, e isto nascia do nenhum trato que tinham com os Portugêses; pois como viviam entre feras, eram feros, e como habitavam entre brutos, eram brutos.<sup>274</sup>

De tal modo, Siqueira da Gama esperava que, pelo contato com os portugueses, os indígenas assumissem uma postura mais parecida com a dos europeus, a partir do exemplo, dos ensinamentos e da política dos padres de cada aldeia. Essa ideia introduz também o terceiro fundamento favorável à política discutida, de que os próprios índios se desgostavam de estar a viver entre feras, e a vida em uma povoação grande poderia salvá-los desse incômodo.<sup>275</sup>

Ainda antes de rebater as demais posições pela negação dos aldeamentos, Siqueira da Gama já afirma a respeito dos argumentos a favor das reduções que "os fundamentos desta segunda sentença ponderados na

---

<sup>273</sup> *Ibid.*, p. 42

<sup>274</sup> *Ibid.*, p. 43

<sup>275</sup> *Ibid.*, p. 44-45

balança da verdade sem dúvida, que pesam muito mais do que as argúcias da primeira opinião".<sup>276</sup> O acadêmico discorre acerca da necessidade de tal medida partindo da concepção ciceroniana de razão como a "Rainha de tôdas as ações humanas"<sup>277</sup> e provando, com ela, a justiça e a bondade da redução dos índios a aldeias. Também pela lógica se intencionava provar esse ponto, visto que os indígenas dispersos, viviam nus e sem moradia fixa; "para se obviar a esta tão oportuna necessidade, necessário, e preciso foi, que se unissem e vivessem com povoações".<sup>278</sup>

Enquanto o primeiro fundamento de negação aos aldeamentos trata, como se viu, de uma questão moral e jurídica, o segundo e o terceiro se apoiam na questão estratégica, julgando que a união dos índios em aldeias levaria à união de suas vontades contra os portugueses. Ponderam também o perigo pela proximidade entre tais comunidades indígenas e as vilas e cidades portuguesas. Ainda é destacado que os índios doutrinados seriam mais perigosos na guerra. Corroborando essa argumentação, é apontado que os indígenas dispersos faziam guerra entre si, o que evitava a intensificação de suas ações contra os lusitanos.<sup>279</sup>

A essas colocações estratégicas, Siqueira da Gama aponta o argumento pelo contrário de que

juntá-los [os índios] em povoações não era congregar totalmente a todos os Índios do Brasil numa sociedade, numa só aldeia, numa só redução: e suposto que era sim ordenar-lhes que vivessem unidos em colônias; isso mais era repartir, e separar-lhes as fôrças, do que unir-lhes, e coadunar-lhes o poder: tôda uma nação de Índios dispersa pelos matos, valia o mesmo, que se estivessem todos juntos, não para a sociedade da vida humana. sim para a expedição da Guerra, pois sem serem tão fácilmente sentidos das nossas armas, poderiam práticos do país comunicaram-se pelos íntimos das brenhas, e invadirem talvez por assalto aos Europeus.<sup>280</sup>

A política dos aldeamentos era manifestadamente defendida, então, segundo os interesses de controle sobre o contingente populacional indígena. Tal controle estaria plenamente associado à atividade de cristianização, visto

---

<sup>276</sup> *Ibid.*, p. 45

<sup>277</sup> *Ibid.*, p. 46

<sup>278</sup> *Ibid.*, p. 47

<sup>279</sup> *Ibid.*, p. 41

<sup>280</sup> *Ibid.*, p. 48-49



que os padres, em ocasião de qualquer suspeita, "dariam logo notícia, e com esta ao princípio bastaria menos remédio para preservar do achaque a nossa conquista".<sup>281</sup>

Também segundo uma lógica da segurança das povoações portuguesas, se discute a última questão controversa, referente à possibilidade de acabarem as guerras entre os índios, voltando-se eles para o ataque conjunto aos portugueses, no caso da sua reunião em aldeias. A esse ponto Siqueira da Gama pondera que não deviam acabar essas guerras entre nações indígenas porque nem todos os povos se submeteriam às leis. Alguns seriam aliados aos portugueses, mas outros continuariam a habitar os sertões e tenderiam a fazer guerra contra aqueles que se aliaram aos europeus. Em função disso, são listadas várias razões para que essa condição gerasse mais segurança para os lusos:

A primeira porque enquanto os Índios se combatiam, e queimavam uns aos outros, viviam os Lusitanos com mais sossêgo. Segunda porque os Índios mansos como necessitavam da nossa amizade para o seu socorro; da nossa companhia para a sua direção haviam de obedecer-nos, haviam de gratular-nos, e precisamente nos haviam de guardar fidelidade. Terceira conveniência porque se os mais índios nos fizessem Guerra tínhamos os nossos confederados juntos nas aldeias para que auxiliares, e parciais, mais prontamente refizessem [reclutar], e nos ajudassem no transporte dos comboios. De mais que ainda no caso que a contingência da Guerra se mostrasse de alguma sorte infausta aos Europeus, como aldeias dos nossos Índios, se haviam de situar mais adentro para o sertão, ficavam as povoações Indianas servindo de antemural aos primeiros ímpetos e barbaridade dos Tapuias.<sup>282</sup>

Essa concepção das aldeias indígenas enquanto "antemural" contra os índios não confederados demonstra o caráter político e estratégico da ordenação territorial buscada pelos portugueses na América. Após descrever as vantagens de ter os índios aliados para a defesa do território, em função de saberem perseguir os inimigos que fogem pelas matas, Siqueira da Gama fecha sua dissertação com a seguinte afirmação: "Êstes, Senhores, o fruto de se aldearem os Índios, estas são as notórias conveniências que resultam ao Brasil de se congregarem os novos conquistadores, digo, conquistados, em

---

<sup>281</sup> *Ibid.*, p. 49

<sup>282</sup> *Ibid.*, p.49.

povoações".<sup>283</sup> A confusão entre novos conquistadores e conquistados se faz de maneira engenhosa,<sup>284</sup> demonstrando a utilidade, para ampliar o poder português no território disputado, dessa política de assimilação de uma parte dos índios aos contingentes populacionais e militares lusitanos.

Dessa forma, as reduções de índios a aldeias também foram entendidas segundo as vantagens militares e de ocupação do espaço, organizando a defesa e a ocupação territorial em torno dos interesses portugueses. A preocupação com as formas de ocupação do espaço e do trabalho sobre ele, a partir de uma lógica político-jurídica, em um primeiro momento e, em seguida, por questões estratégicas demarca uma territorialidade, entendida enquanto as diversas formas de controle de um determinado grupo sobre um território.<sup>285</sup>

Contudo, o território não pode ser considerado apenas segundo as formas políticas de apropriação do espaço, mas também em função dos condicionamentos culturais - que abordamos anteriormente - e das necessidades econômicas dos grupos envolvidos na dinâmica espacial estabelecida.

O território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto *mediação espacial do poder*, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política.<sup>286</sup>

A relação econômica com o espaço brasílico também se integra no modelo de organização territorial adotado pelos portugueses e defendido por Luís Siqueira da Gama. A exploração da mão-de-obra indígena emerge, entre os temas abordados pelo acadêmico, seguindo uma linha de raciocínio. O entendimento sobre a natureza dos indígenas - expresso em sua terceira

<sup>283</sup> *Ibid.*, p. 50.

<sup>284</sup> Segundo João Adolfo Hansen, "o engenho pode ser caracterizado como faculdade intelectual que age com *perspicácia dialética*, isto é, estabelecendo relações profundas ou ocultas entre as coisas e os conceitos. (...) É, ao mesmo tempo, analítico e sintético, realizando a relação mais adequada entre a ordem do discurso (...) e sua ornamentação." Cf. João Adolfo Hansen. Letras coloniais e historiografia literária. *Matraga*. Rio de Janeiro, v. 18, p. 13-44, 2006. p. 18.

<sup>285</sup> Robert David Sack. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 19.

<sup>286</sup> Rogério Haesbaert. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 93.

dissertação - funciona, posteriormente, como um dos fundamentos para a discussão da política dos aldeamentos, assim como para a reflexão sobre a administração das mesmas aldeias. Acima de tudo, essa questão tem por ponto nodal a utilização do trabalho dos índios. Em sua quinta dissertação, "Da política com que se governam os Índios do Brasil, nas suas aldeias, e qual seja mais conveniente, se serem seus magistrados os patrícios, ou os Estrangeiros", Luís Siqueira da Gama retoma sua caracterização dos índios, voltando-se para as suas capacidades de autotutela e trabalho. Afirma que "são os pobres Índios, por condição inata [desides]: preguiçosas, (sic) e homens em tudo muito para pouco; quanto têm, tudo comem no dia de hoje sem que cuidem de alguma sorte no de amanhã".<sup>287</sup> Em seguida a essa definição, parte sua descrição do trabalho realizado pelos índios, vivendo de suas lavouras mas também trabalhando por contratos com os portugueses como trabalhadores em obras, condutores de cargas, acompanhantes em viagens e, no caso das mulheres, amas de leite. No entanto, a própria natureza indígena fazia desses contratos um problema na visão dos administradores coloniais.

Como êstes miseráveis homens não são capazes de ajustarem preços, sem que os enganem; nem de administrarem os [selários], que tanto lhes custam; pareceu útil dar-se-lhes administradores que os governassem quase com o poder e faculdade de tutores, ou curadores seus; porque êstes os mandam trabalhar, e beneficiar suas lavouras, e quando alguns moradores das vilas, ou cidades carecem de que os sirvam em algum dos sobreditos ministérios os tais administradores são os que ajustam os preços dos contratos, designam os Índios que hão de sair das aldeias, e declaram o tempo, em que a elas necessariamente se hão de recolher; o prêmio que mereceram do seu trabalho o administrador o recebe, sem que possam os Portugêses pagar aos Índios em dinheiro, mas devem satisfazê-lo ao dito administrador, que tem obrigação de empregar o tal prêmio nos misteres de que os Índios que o ganharam têm necessidade mais urgente.<sup>288</sup>

Portanto, em seu próprio argumento inicial, a quinta dissertação complementa função da organização territorial defendida nas comunicações acadêmicas que a precedem. Delimitada estava a necessidade e a justiça política dos aldeamentos, amparada também por uma questão de estratégia

<sup>287</sup> Luís Siqueira da Gama. Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil. *Op. Cit.*, p. 53.

<sup>288</sup> *Ibid.*, p. 53-54.

bélica e de ocupação do espaço. Por fim, abre-se a discussão para o trabalho: tornava-se racional a utilização da mão-de-obra indígena, ao mesmo tempo capaz de ser controlada por agentes da administração colonial, porque fixada em determinado lugar, garantida para aqueles que queriam contratar os nativos.

O uso da força de trabalho dos ameríndios, a partir dessa espécie de política, também encontrou respaldo no pensamento religioso. Já em meados do século XVI, o Padre Manoel da Nóbrega buscava justificar o trabalho compulsório a que eram submetidos os indígenas, em decorrência do fracasso das missões religiosas na América. O jesuíta defendia a ideia de que era necessário primeiro disciplinar os indígenas a partir do trabalho, para assim tornar possível sua civilização segundo o modelo europeu, no que insere a cristianização como principal objetivo.<sup>289</sup>

O somatório dos argumentos apontados como mais corretos por Luís Siqueira da Gama demonstra uma defesa das ações da Coroa e de seus administradores em relação ao espaço colonial, visto que não se colocam objeções às políticas descritas a não ser para desconsiderá-las, em seguida, frente a outras possibilidades. Contudo, muito para além da possibilidade de compreensão dos argumentos que se consideraram plausíveis pela Academia dos Esquecidos para as iniciativas lusitanas de ocupação e controle do espaço americano, os textos da Academia apontam para uma diferente estruturação da memória sobre esse processo. Já distanciados do momento concreto de formulação das leis e políticas adotadas em relação aos índios, os acadêmicos se aproximaram dessa temática, constituindo também uma territorialidade a partir de uma leitura do passado adequada para responder aos problemas relacionados ao contexto não dos acontecimentos relatados, mas da escrita das mesmas dissertações.<sup>290</sup> A prática historiográfica, portanto, pode ser

---

<sup>289</sup> Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron. *Linha de Fé: A Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Edusp, 2011.

<sup>290</sup> A partir da segunda metade do século XX, o campo da teoria da história apresentou diversas reflexões quanto à escrita da história como prática derivada dos questionamentos do presente vivido pelo historiador. Ver, por exemplo, Marc Bloch. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002; Jacques Le Goff. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992; Michel De Certeau. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998; Jörn Rüsen. *Razão Histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001.

considerada como uma estratégia territorial, visto que "ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço."<sup>291</sup> Assim, o trabalho de representar formalmente o espaço consiste já em uma apropriação e em uma forma de controle, pois "qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações."<sup>292</sup>

---

<sup>291</sup> Claude Raffestin. *Por uma geografia do poder*. Op.Cit., p. 143.

<sup>292</sup> *Ibid.*, p. 144.

#### 4. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E VOCABULÁRIO POLÍTICO

Este capítulo estabelecerá uma discussão acerca de significações pertinentes à dimensão geopolítica da historiografia acadêmica luso-americana, a qual articulou o uso de ideias políticas à composição um léxico capaz de promover uma perspectiva americanista da História e das políticas do Império Português. Para tanto, consideramos a proposição, pelos eruditos componentes da agremiação acadêmica brasílica, de um vocabulário político capaz de compor representações da América condizentes com o projeto de política externa da monarquia portuguesa e também com a inserção do Brasil no plano da história universal e da política de Portugal.

Em um primeiro momento, trataremos da questão das similitudes entre corpo e Estado, apontadas por diversas vezes nas dissertações elaboradas pela Academia dos Esquecidos. A partir de nossas considerações quanto à referência ao Brasil como um corpo natural e político abordaremos, em seguida, a temática da saúde política.

A segunda seção deste capítulo tratará com maior ênfase da questão do vocabulário providencialista presente na cultura historiográfica luso-americana do século XVIII. Para tanto, enfatizamos as proximidades entre as ideias de Sebastião da Rocha Pita e dos letrados que compuseram as *Dissertações Históricas* da Academia Brasílica com a obra do padre Antônio Vieira (1608-1697).

Por fim, serão discutidas as ideias de "justiça" e "soberania" promovidas pelos acadêmicos setecentistas, verificando sua pertinência no exame de relatos acerca das guerras empreendidas para evitar a ocupação do território luso-americano por franceses e holandeses, ao longo dos séculos XVI e XVII.

Assim, as referências às noções de "invasão", "guerra" e "domínio", entre outras, serão associadas à temática central da terceira seção.

#### 4.1 "O IMPÉRIO DO MUNDO": CORPO NATURAL E CORPO POLÍTICO

Trataremos, nesta seção, do discurso acerca das similitudes estabelecidas entre aspectos da natureza e a estrutura do Estado. Consideraremos a pertinência das noções de "corpo natural" e "corpo político" em razão da elaboração de um relato histórico acerca da América pelos letrados da Academia Brasílica dos Esquecidos. As referidas noções, além de sua participação na representação da experiência colonial portuguesa, se associaram aos discursos acerca dos modos de governar, aproximando as ideias de saúde e de política.

\* \* \*

O discurso das similitudes entre o corpo humano e as instituições é bastante frequente tanto nas dissertações históricas da Academia dos Esquecidos quanto na obra de Sebastião da Rocha Pita. A natureza, entendida como produto da Divina Providência, teria em si marcada a própria razão de Deus. Nesse sentido, os elementos naturais eram vistos por Caetano de Brito e Figueiredo como "tipos da Divina Idéia", ou ainda "simulacros da Providência".<sup>293</sup> O acadêmico afirma, em suas dissertações relativas à História Natural, que "o espírito, a formosura, a Soberania do Homem"<sup>294</sup> são de difícil definição e compreensão. Não obstante arrisca afirmar que o ser humano podia ser entendido como um

---

<sup>293</sup> Caetano de Brito e Figueiredo. *Dissertações acadêmicas e históricas, nas quais se trata da história natural das coisas do Brasil*. Op. Cit., p. 140.

<sup>294</sup> *Ibid.*

simulacro da Divina Ideia, epílogo das coisas criadas, compêndio do Universo, com maior energia Microcosmo, ou pequeno mundo, mas com tal ascendente, que lhe foi destinado o império do mundo todo, dignidade que conseguiu, por ser do Soberano Criador de tudo verdadeiro retrato.<sup>295</sup>

De acordo com tal perspectiva, ao mesmo tempo em que o ser humano reúne em si as características de todo o universo, emula também as do seu criador, ocupando por isso o "império do mundo".<sup>296</sup> No entanto, assevera Brito e Figueiredo se tratar de uma "Racional Monarquia, donde preside a tal sorte, que se as Leis da razão não [coagem] ao poder dos apetites, passa de bem ordenada a turbulenta, e tumultuosa República".<sup>297</sup>

O que seriam, no entanto, as "Leis da razão"? Quais sociedades as conheciam e por elas se guiavam? A razão, entendida enquanto uma "luz natural" incorporada pela divindade na humanidade que criou, é o que possibilitaria a compreensão do mundo. Conforme Pedro Calafate, já o pensamento tomista definiu a natureza enquanto um efeito de Deus inteligível para a compreensão humana.<sup>298</sup> Ao longo dos séculos XVII e XVIII a visão simbólica e teológica do mundo coexistiu com a prática científica emergente, mesmo entre os mais importantes intelectuais.

A fé, por si só, não constituiu, necessariamente, um obstáculo à pesquisa científica, mas, desde que considerado o problema nesta dimensão estrita e não atendendo, portanto, à sua cristalização institucional, mais afeita à ortodoxia, pôde mesmo converter-se em catalisador o conhecimento científico, por isso que lhe acrescentava um fim porventura mais digno: o do conhecimento dos atributos divinos.<sup>299</sup>

O conhecimento sobre a natureza, então, garantia o status de conhecimento sobre a obra divina. Na interpretação da Caetano de Brito e Figueiredo, isso se torna bastante presente na definição ora abordada do que seria um ser humano. Além das características que identificam a humanidade, as diferenças não passavam despercebidas. Escreveu sobre tal matéria:

---

<sup>295</sup> Ibid.

<sup>296</sup> Ibid.

<sup>297</sup> Ibid.

<sup>298</sup> Pedro Calafate. *A Ideia de Natureza no Século XVIII em Portugal (1740-1800)*. Op. Cit., p.

12.

<sup>299</sup> Ibid., p. 30.



Indivíduo tão diverso na semelhança, na côr, na proceridade, nos lineamentos, e ainda nos mesmos hábitos do ânimo, ou para o generoso das virtudes, e sublime das Ciências, ou para o indecoroso dos Vícios, rude e bárbaro dos costumes, que difere em muito um homem de outro homem. Alta Providência para que cada um estudasse em si mesmo o conhecimento próprio, ou nos outros emulasse as relevantes prerrogativas, que em si não descobria.<sup>300</sup>

Desta maneira, alguns seres humanos - e, portanto, algumas sociedades humanas - eram diferentes dos outros quanto à sua natureza e quanto ao seu entendimento da natureza. Algumas sociedades seriam menos guiadas pelas "Leis da razão" e, portanto, suscetíveis aos seus próprios "apetites", de acordo com a interpretação do acadêmico. A partir de tal viés, as políticas adotadas em relação às populações indígenas e africanas na conquista e na ocupação da América pelos portugueses passam a ser vinculadas com um projeto não só religioso, mas humanista. Tratava-se de descrever as práticas sociais adotadas na formação do Império Colonial como fomento de uma cultura da razão entre povos vistos como "bárbaros" e "incultos".

Com frequência são valorizados, nas obras historiográficas luso-americanas setecentistas, a terra, os produtos e a diversidade de fauna e flora do América, ao mesmo tempo em que se lastima o uso que dela era feito pelos povos ameríndios. Sebastião da Rocha Pita estabelece essa relação afirmando que, quanto aos produtos americanos mais essenciais,

é preciso declararmos que nem todas se acham em qualquer parte dela; em uma se dão uns gêneros, em outras se colhem outros, porque os movimentos do sol, a disposição da terra, e as distâncias em que se vão diferenciando os climas, fazem esta diversidade nos frutos e minerais; mas sempre a natureza, em todas pródiga, aqueles gêneros que doou a qualquer delas, os produz em grandíssima abundância, posto que mais generosamente em uns lugares que em outros, exceto nas partes que quis deixar estéreis, para ostentar nesta mesma diferença de terrenos em uma região a constante variedade de sua formosura.<sup>301</sup>

A descrição da terra é elaborada a partir de elementos considerados positivos: as variedades de gêneros produzidos por cada região e a sua

---

<sup>300</sup> Caetano de Brito e Figueiredo. Dissertações acadêmicas e históricas, nas quais se trata da história natural das coisas do Brasil. *Op. Cit.*, p. 140.

<sup>301</sup> Sebastião da Rocha Pita. Sebastião da Rocha Pita. História da América Portuguesa. Brasília: Edições do Senado Federal – V. 157, 2011. p. 27.

abundância. Até a existência de regiões pouco produtivas, ou "estéreis", é apontada como uma forma da natureza e, portanto, de Deus sublinhar, por meio do contraste, a variedade e a riqueza. A bondade da natureza americana era defendida também pelo acadêmico encarregado de dissertar sobre a História Natural. Ao explicar sobre os astros que se avistava desde o Brasil, Caetano de Brito e Figueiredo defendeu sua influência tanto em relação a aspectos geográficos quanto às condições de vida e desenvolvimento dos seres humanos.

Os benefícios e feitos, e influências destas Constelações, dêstes Planêtas, e dêstes Céus se manifestam evidentemente na bondade dos Ares, na variedade dos tempos, na suavidade, e temperamento dos Climas, na abundância de tudo o que gera, e produz a natureza, e nos copiosos minerais, que em si reconcentra, e liberalmente franqueia o Brasil, sem falar no que como causas segundas influem nos homens, movendo-lhes os ânimos já para as Letras, já para as Armas, já para o Comércio, já para outros exercícios menos generosos, e pròpriamente terrestres, e grosseiros, que a experiência como pudor conhece a modéstia com decência cala.<sup>302</sup>

No entanto, a bondade dos ares e dos astros que, segundo Caetano de Brito e Figueiredo, havia influenciado na geração de recursos naturais muito abundantes, destoam das considerações tecidas acerca dos povos indígenas. Seguindo sua descrição do Brasil antes da chegada dos Portugueses, Rocha Pita trata do ser humano que habitava essas terras.

Todo este vastíssimo corpo, que temos mostrado, estava possuído e habitado de inculta gentildade, dividida em inumeráveis nações, algumas menos feras, mas todas bárbaras: não tinham culto de religião, idolatravam à gula, e serviam ao apetite, sem regímen de lei ou de razão; tinham principais, a quem davam moderada obediência, que mais era respeito que sujeição, repugnantes à doutrina evangélica, que lhes pregou o glorioso Apóstolo S. Tomé, a quem não quisera ouvir, e afugentaram de todos os seus países, dos quais ausentando-se o sagrado Apóstolo, deixou por muitos lugares (em prova de sua vinda e dos seus prodígios) impressos e retratados em lâminas de pedra os sinais do seu cajado e dos seus pés, uns ainda permanentes nas estampas, e todos constantemente venerados nas tradições (se pode assegurar-se esta pia opinião, autorizada com os testemunhos e escritores, que em abono dela trataremos logo).<sup>303</sup>

<sup>302</sup> Caetano de Brito e Figueiredo. Caetano de Brito e Figueiredo. Dissertações acadêmicas e históricas, nas quais se trata da história natural das coisas do Brasil. *Op. Cit.*, p. 185.

<sup>303</sup> Sebastião da Rocha Pita. História da América Portuguesa. *Op. Cit.* p. 27.

A América Portuguesa, portanto, era apresentada como um "corpo natural" muito diversificado em climas, minerais, fauna e flora, entre outros elementos geográficos. Por outro lado, a diversidade humana e social aí encontrada era vista de maneira negativa. Se, por um lado, nas representações sobre a natureza americana era valorizada a imagem do paraíso terrestre, por outro, no tocante à população do Novo Mundo - formada em grande parte por indígenas e por africanos - pintou-se a imagem do inferno, sublinhando a inviabilidade da humanidade presente na América.<sup>304</sup>

Cabe destacar que a diversidade entre os seres vivos já era entendida por Tomás de Aquino em termos das potências presentes em suas almas: A diferença da alma humana vinha justamente da racionalidade.

Hay que decir que en el hombre no hay ninguna otra forma sustancial a no ser el alma intelectual, la cual, así como contiene virtualmente la sensitiva y la nutritiva, así también virtualmente contiene todas las formas inferiores y por si misma hace todo lo que las formas más imperfectas llevan a cabo en los demás seres. Lo mismo puede decirse del alma sensitiva en los animales irracionales, lo mismo de la vegetativa en las plantas, y, hablando en general, lo mismo de todas las formas más perfectas con respecto a las menos perfectas.<sup>305</sup>

A caracterização dos povos indígenas de acordo com a definição de barbárie e a afirmação de que "serviam ao apetite, sem regímen de lei ou de razão" os coloca em uma situação mais ligada à plenitude dos aspectos sensitivos que dos intelectivos. Assim, remontava-se à ideia que discutimos anteriormente, do acadêmico Caetano de Brito e Figueiredo: o desconhecimento ou o descumprimento das "leis da razão" como formas de coagir os apetites levaria a humanidade ao tumulto e à falta de ordem. O discurso promovido pela Academia Brasílica dos Esquecidos tentou, portanto, articular a tese da justiça do domínio português na América com a noção de que se construía um corpo político e religioso onde antes havia apenas um corpo natural habitado por sociedades desregradas e desordenadas. Por meio dessa linha de argumentação, Rocha Pita passou da "pintura do corpo natural desta região(...)" à demonstração de

---

<sup>304</sup> Laura de Mello e Souza. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz. Op. Cit.*, p. 33-117.

<sup>305</sup> Santo Tomás de Aquino. *Suma de Teología. LXXV, IV.* [1265-1273] Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001, p. 693.

(...)suas produções, frutos, plantas, lavouras e manufaturas, com que os Portugueses foram fazendo grandes os interesses do seu comércio e as delícias das suas povoações, e outras árvores, flores e frutas estrangeiras, que com o tempo lhes introduziram, recebendo-as a terra para as produzir tão copiosamente, que bem mostra que só onde não é cultivada, deixa de ser profusa<sup>306</sup>

Portanto, o que se argumentava na História da América Portuguesa era que a terra fértil e produtiva estivera à disposição de povos que não aproveitavam suas qualidades tanto quanto os portugueses.

A noção do Brasil como um corpo, ou como uma região de certo modo independente traduz-se, nas dissertações de Gonçalo Soares da Franca. Quando tratava da diversidade dos povos indígenas que habitavam a América Portuguesa antes da chegada de Pedro Álvares Cabral, o acadêmico se utilizou de uma noção quase atemporal de "pátria" ao afirmar que "era o Brasil habitado de Índios, que sendo de uma mesma Pátria, se mostravam tão diferentes nos ritos e línguas, que se julgavam Nações diversas: destas se contavam mais de cem distintas espécies".<sup>307</sup>

Cabe destacar que a noção de pátria corrente no século XVIII não estava atrelada às unidades nacionais, nem necessariamente vinculada às divisões políticas. Raphael Bluteau definiu o verbete como

a terra, a Villa, a Cidade, ou Reyno, em que se nasceo. Ama cada hum a sua pátria, como origem do seu ser & centro do seu descanso. Raras vezes sahem as aves do bosque em que tiverão seu ninho. Tem a pátria qualidades retentivas para os que nascem nella, & attrativas para os que dela se apartão. Representvão os antigos o amor da pátria em figura de mancebo, porque este amor, ao contrário dos outros, cresce com os annos, & não passa das carícias ao desdém, & do fogo à neve, como quando chega a velhice.(...) A pátria de Ulysses, não era Roma, cabeça do mundo, & e throno da glória mundana, nem era sua pátria Athenas, honra da Grécia, & cadeyra de Minerva. Pátria deste famoso varão era Ithaca, ilheo do mar Jônico, estéril, & deserto.<sup>308</sup>

Na argumentação de Gonçalo Soares da Franca, também é central a ideia de nação. Segundo o Vocabulário de Bluteau, essa pode ser entendida enquanto um "nome colectivo, que se diz da Gente, que vive em alguma

<sup>306</sup> Sebastião da Rocha Pita. História da América Portuguesa. *Op. Cit.*, p. 25.

<sup>307</sup> Gonçalo Soares da Franca. *Dissertações da História Eclesiástica do Brasil que recitou na Academia Brasílica dos Esquecidos (1724)*. *Op. Cit.*, p. 246.

<sup>308</sup> Raphael Bluteau. Vocabulário Português & Latino. *Op. Cit.*, V. 6., p. 320.

grande região, ou Reyno, debaixo do mesmo Senhorio. Nisto se differença nação de povo, porque nação comprehende muitos povos".<sup>309</sup>

Assim, temos que a região, reino ou cidade natal eram elementos definitivos da pátria de cada um, enquanto a nação define uma coletividade a qual pode se configurar em um reino ou apenas em uma região onde habitam vários povos independentes. Na ausência de qualquer unidade política ou institucional que definisse o território brasileiro antes das investidas coloniais portuguesas, só se poderia argumentar pela unidade da terra. Ao afirmar que todos os povos ameríndios tinham por pátria o mesmo lugar, Gonçalo Soares da Franca considerava a existência de uma unidade chamada "Brasil" previamente ao processo de apropriação, representação e domínio de territórios americanos pelos portugueses. Essa unidade preexistiria em razão dos desígnios da natureza, pela sua formação geográfica e, portanto, pela Providência de Deus. Seguindo este raciocínio, ele chega a estranhar que os índios não se identificassem como uma só nação. Em defesa desse argumento, busca elencar semelhanças entre esses povos, apontando características físicas e culturais:

na simetria do corpo de estatura avultada; nas feições rosto redondo, nariz chato, cabelo liso, e sempre intonso; nos costumes tão bárbaros que parece degeneravam em irracionais, porque sem Rei, sem Lei, e sem fé, isentos do temor de Deus, e da legislação dos homens, só obedeciam aos impulsos da natureza corrupta, que sempre propensa ao mal licenciosamente os inclinava a execução dos seus brutais apetites, chegando a fazerem gostoso prato da carne humana; supersticiosos por doutrina, glutões por costume, ébrios por exercício, ferozes por inclinação, rudes por gênio, e preguiçosos por natureza.<sup>310</sup>

Ao concluir que eram todos propensos à maldade e à barbárie, o acadêmico aponta a aproximação, ao seu ver, entre os índios brasileiros e a irracionalidade. Cabe notar que, novamente, a questão da razão - ou da falta dela - se apresenta como chave de leitura para as sociedades humanas e para sua relação com a terra. Após considerar os povos indígenas de tal maneira, Gonçalo Soares da Franca apresentou a relação entre esses povos com os

<sup>309</sup> Raphael Bluteau. *Vocabulário Português & Latino. Op. Cit., V. 5, p. 658.*

<sup>310</sup> Gonçalo Soares da Franca. *Dissertações da História Eclesiástica do Brasil que recitou na Academia Brasílica dos Esquecidos (1724). Op. Cit., p. 246.*

modelos europeus de religião e sociedade como soluções "para que com tantas disposições de brutos tivessem mais que lavrar nestes humanos troncos o buril da polícia da Europa, e o cinzel da Religião Católica".<sup>311</sup> Vale destacar que a religião e a polícia remetem ao campo de ação de duas instituições europeias às quais eram submetidos muitos dos índios americanos, respectivamente a Igreja Católica e o Estado. Essas duas instituições se constituíram ao longo do tempo em torno de representações e lógicas políticas bastante semelhantes. Segundo Ernst Kantorowicz, a relação estreita entre Estado e Igreja Católica levou, já durante o período medieval, ao surgimento de muitas semelhanças entre os arcabouços representacionais de ambas instituições, de forma que "o *sacerdotium* possuía uma aparência imperial e o *regnum* um toque clerical".<sup>312</sup> Passamos a analisar, portanto, essas noções de polícia e religião a partir da relação entre Igreja e Estado.

Um primeiro aspecto de grande importância para compreendermos o sentido da palavra "polícia" empregada por Gonçalo Soares da Franca advém das relações geopolíticas da Idade Moderna. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, especialmente após a Paz de Westfália, a noção de equilíbrio foi muito importante para o pensamento político europeu, ao ponto que o próprio conceito de polícia remetia à necessidade de conjugar o fortalecimento e a manutenção da ordem.

A partir do século XVII, vai-se começar a chamar de "polícia" o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado. Em outras palavras, a polícia vai ser o cálculo e a técnica que possibilitarão estabelecer uma relação móvel, mas apesar de tudo estável e controlável, entre a ordem interna do Estado e o crescimento de suas forças.<sup>313</sup>

Em função disso, cabe retomarmos, mais uma vez, a ideia de Caetano de Brito e Figueiredo sobre a necessidade de as sociedades humanas de serem guiadas pelas "Leis da Razão". Dizia ele que, na falta de cuidado com tais leis, o império da humanidade sobre o mundo se tornaria uma república

---

<sup>311</sup> Ibid.

<sup>312</sup> Ernst Kantorowicz. *Os Dois Corpos do Rei* – Um estudo sobre teologia medieval. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2000. p. 125.

<sup>313</sup> Michel Foucault. *Segurança, Território, População*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p.421.

"turbulenta" e "tumultuosa". Por consequência, qualquer sociedade entendida como pouco guiada pela razão seria também desequilibrada. Tal questão vai ao encontro da definição de Raphael Bluteau para o vocábulo "polícia", definido como

a boa ordem que se observa, & as leys que a prudencia estabeleceo para a sociedade humana nas Cidades, Repúblicas, &c. Divide-se em policia civil, & militar. Com a primeyra se governão os Cidadãos, & com a segunda os Soldados. Nem huma, nem outra policia se acha nos povos, a que chamamos Barbaros, como v. g. o Gentio do Brasil, do qual diz o P. Simão de Vasconcellos nas noticias, que deo daquelle Estado, p. 120. (Andaõ em manadas nos campos, de todo nùs, assim homens, como mulheres, sem empacho algum da natureza, vive nelles tão apagada a luz da razão, quasi como nas mesmas feras; parecem mais brutos em pé, que racionaes, &c. nem tem arte, nem policia alguma, &c.).<sup>314</sup>

A questão da doutrinação e da civilização dos índios fazia parte, portanto, da intenção de estabelecer um "corpo político" sobre esse "corpo natural" nomeado Brasil. Esse intuito unia Estado e Igreja. Ao mesmo tempo em que interessava ao Estado o equilíbrio de seus súditos, era objetivo da Igreja a boa administração de seus fiéis e de suas missões. Considerando que entre os indígenas não se encontrava polícia, por falta de prudência e de razão, a administração dos índios passava a ser entendida como encargo de portugueses, agentes do Estado ou da Igreja.

A associação entre polícia e religião advém, como vimos, da antiga associação entre Estado e Igreja. Aí se integra também o jogo de similitudes do corpo, utilizada com tanta frequência nos escritos da Academia Brasílica dos Esquecidos. A ideia da similaridade entre a Igreja e o corpo natural do ser humano, expressa pela doutrina do *corpus mysticum*, sofreu uma transformação de grande importância ao longo do medievo. Segundo o historiador Ernst Kantorowicz, "a noção de *corpus mysticum*, que originalmente designava o Sacramento do Altar, servia, após o século XIII, para descrever o corpo político, ou *corpus iuridicum*, da Igreja, o que não exclui a persistência de algumas das conotações anteriores".<sup>315</sup> Ou seja, uma noção de origem litúrgica transformou-se de maneira a compor o embasamento político da Igreja Católica enquanto instituição. O Estado, por outro lado, passava pelo processo inverso:

<sup>314</sup> Raphael Bluteau. Vocabulário Português, & Latino. *Op. Cit.*, v. 6, p. 575.

<sup>315</sup> Ernst Kantorowicz. Os Dois Corpos do Rei. *Op. Cit.*, p. 132.

seu embasamento representacional buscava cada vez mais a sustentação em aspectos religiosos.

O conceito nobre do *corpus mysticum*, após haver perdido grande parte de seu significado transcendental e ter sido politizado e, em muitos aspectos, secularizado pela própria Igreja, foi uma presa fácil do mundo do pensamento dos estadistas, juristas e acadêmicos que estavam desenvolvendo ideologias para os Estados territoriais e seculares nascentes.<sup>316</sup>

Por conseguinte, a noção do corpo místico levou à ideia do corpo político, dando origem a novas formas de representação das realidades políticas. Ainda que essas duas chaves de leitura, a do corpo místico da Igreja e a do corpo político, sejam diferentes uma da outra, não são incompatíveis.<sup>317</sup>

A formação desse corpo político na América pelos lusitanos era entendida por Sebastião da Rocha Pita como um sucesso. O acadêmico tecia elogios aos seus conterrâneos luso-americanos por suas conquistas nas letras e nas armas, afirmando com isso a existência, no Brasil, de uma sociedade equiparável à do Reino:

delas [das quatorze províncias da América Portuguesa] têm saído os naturais do Brasil não só a lerem nas mesmas cadeiras, mas a ocuparem outras na doutíssima Universidade de Coimbra, e a vagarem por muitas parte da Europa, ostentando o natural engenho com que a natureza os habilitara para todas as ciências, saindo em muitas consumadas, em serviço do rei e glória da pátria.<sup>318</sup>

Além dessas virtudes intelectuais, políticas e morais, acrescentava que

Não são menos extremados os seus talentos no espírito guerreiro e no exército bélico, porque cursando as aulas e as campanhas, têm dado bem a conhecer que só em o nome se distinguem Minerva e Palas, fazendo em todas as partes em que concorreram e em todos os tempos, de ambas as faculdades relevantes provas, havendo ocupado nelas autorizados lugares e empregos grandes, pois assim como na pátria lhes não faltaram doutíssimas escolas para aprenderem as ciências, lhes sobraram teatros marciais para exercitarem as armas; diga-o repetidas vezes o Brasil, infestado e acometido por vários inimigos naturais e estrangeiros; e com maior glória a província de Pernambuco, cujas campanhas, pelo curso de

---

<sup>316</sup> Ibid., p. 133.

<sup>317</sup> Ibid., p. 136.

<sup>318</sup> Sebastião da Rocha Pita. História da América Portuguesa. *Op. Cit.*, p. 70.



mais de vinte e quatro anos, foram palestras do maior furor de Marte.<sup>319</sup>

Portanto, a posição ocupada pelo Brasil no Império Português derivava, segundo o discurso dos letrados que compunham a Academia Brasileira dos Esquecidos, da formação de uma sociedade entendida como "racional" em um espaço plenamente propício para o desenvolvimento humano, com natureza abundante e produtiva. Mais que isso, era necessária a presença da religião.

A atribuição de caracterizações negativas aos índios brasileiros esteve, muitas vezes, ligada à crença na passagem do apóstolo São Tomé pela América e na sua perseguição e expulsão pelos povos indígenas. O imaginário construído acerca da pregação apostólica ancestral na América serviu de sustentação para o estabelecimento de relações mais concretas entre a História do Novo Mundo e a História Universal, articulando aí o papel da Igreja Católica frente ao continente que se apresentava aos olhares e juízos europeus.<sup>320</sup> Tal é o assunto da quarta dissertação elaborada por Gonçalo Soares da Franca para a Academia Brasileira dos Esquecidos. O acadêmico afirmou que

É comum a tradição entre os Índios Brasileiros, derivada sucessiva e constantemente de Pais a filhos, que ao Brasil passou este apóstolo a promulgar a Lei Evangélica, referindo que de seus primeiros progenitores receberam que um homem branco, barbado, e vestido, por nome Tomé andara entre eles ensinando-lhes o verdadeiro caminho do Céu, mas que dêles não fora admitido, antes de sorte impugnado, que em certa ocasião de importunados (sugeridos do demônio foi sem dúvida) lhe quisessem tirar a vida, sem mais culpa que pregar-lhes a imortalidade da alma; esta asseveração confirmam, ou pretendem confirmar com as pegadas ditas de São Tomé.<sup>321</sup>

A passagem do apóstolo, portanto, não teria sido suficiente para a salvação da descrença entre os povos americanos. Essa forma de representar a religiosidade ameríndia era, sobretudo, uma forma de alterar o estatuto dos indígenas frente às categorias teológico-políticas vigentes, evitando sua designação como pagãos e declarando-os infiéis, uma vez que rejeitavam a fé

---

<sup>319</sup> Ibid.

<sup>320</sup> Sergio Buarque de Holanda. *Visão do Paraíso*. Op. Cit., p. 133-159.

<sup>321</sup> Gonçalo Soares da Franca. *Dissertações da História Eclesiástica do Brasil que recitou na Academia Brasileira dos Esquecidos (1724)*. Op. Citp., p. 257.

que lhes foi pregada.<sup>322</sup> Conforme Stuart Schwartz, a ortodoxia religiosa foi considerada uma das prerrogativas da expansão imperial e para a justificativa política do império. Apesar de teólogos ibéricos muito discutirem a conversão forçada de ameríndios, africanos e asiáticos,

a resistência às atividades missionárias tornou-se motivo para declaração da 'guerra justa'. Os missionários, na verdade, muitas vezes desempenhavam a função de trazer os nativos à soberania europeia, ao converter pagãos em cristãos e, assim, em potenciais súditos.<sup>323</sup>

Aos discursos quanto à dificuldade da tarefa de evangelizar os povos indígenas se soma a interpretação adotada por Gonçalo Soares da Franca de que a expulsão do apóstolo Tomé pelos índios era induzida por forças demoníacas.

Associado a essa questão, outro ponto atribuído à passagem do apóstolo pela América era o cultivo da mandioca e as formas de seu preparo para a alimentação. Quanto a isso, Soares da Franca pondera que

os primeiros povoadores do Brasil é sem questão que não trouxeram da Tartária à América aquela invenção, porque não consta, que lá se plantasse manaíba, parece logo concludente que na América a aprenderam os Índios; dizer que a necessidade os ensinou não é impossível, mas presumir que o Santo os instruiu é muito provável, porque a perfeição, e arte, com que os nossos primeiros descobridores acharam que fabricavam aquêles Índios tantas diferenças de farinha quantas dêles aprenderam, parece que não cabe na esfera do pouco discurso, que mostravam para as inventar.<sup>324</sup>

Atribuía-se mais uma vez, portanto, o caráter de "brutos" e "bárbaros" aos povos indígenas. A maior probabilidade de o cultivo de mandioca ser ensinamento de São Tomé que derivada da habilidade e da experiência dos próprios indígenas era defendida a partir da mesma representação desses povos como incapazes de desenvolver aspectos culturais e sociais por conta

<sup>322</sup> Iris Kantor. Do dilúvio universal ao Pai Tomé: fundamentos teológico-políticos e mensuração do tempo na historiografia brasileira (1724-1759). *Cultura: Revista de Teoria das Ideias*. v. 24, 2007, p. 188.

<sup>323</sup> Stuart B. Schwartz. Impérios intolerantes: unidade religiosa e o perigo da tolerância nos impérios ibéricos da Época Moderna. In: Rodrigo Bentes Monteiro e Ronaldo Vainfas. *Império de Várias Faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 29.

<sup>324</sup> Gonçalo Soares da Franca. *Dissertações da História Eclesiástica do Brasil que recitou na Academia Brasileira dos Esquecidos (1724)*. Op. Cit., p. 259.

própria. Assim, a afirmação de que "o Santo não só os instruiu no caminho de salvar, mas também no modo de viver"<sup>325</sup> serve ao mesmo tempo como uma conclusão das ideias apresentadas sobre esse caso e como um modelo para as investidas portuguesas, retomando a centralidade da ideia de civilização conectada à expansão da fé.

A representação da América Portuguesa como um corpo natural sobre o qual se construiu o aspecto político diz respeito a um conjunto dotado de diversas particularidades, ainda que dependente de referências ao Velho Mundo. Trata-se da reafirmação do projeto colonial como transposição da cultura e da civilização europeias para a América. De tal modo, o Brasil pôde ser entendido, dentro das representações estabelecidas pelos letrados luso-americanos, como um espaço específico dentro do Império Português, como um corpo jovem derivado daquele além-mar, ao qual tomava por modelo. Essas representações se tornam bastante claras na ideia de uma "segunda Lusitânia Ocidental, e nôvo mundo do Brasil"<sup>326</sup>, expressões que remetem ao passado europeu, vinculando o presente a um devir, à futura consolidação de um processo guiado e projetado pela Coroa Portuguesa. Ainda assim, a pertença da América Portuguesa ao Império Lusitano não estava comprometida por essa perspectiva, tendo em vista que, neste período, eram correntes concepções políticas de pertencimento que não conflitavam com a descontinuidade territorial. "O vocábulo fronteira ainda não se associava plenamente à ideia de limite entre unidades políticas; articulava-se mais aos pontos de tributação no interior dos territórios dominados".<sup>327</sup> Segundo Laura de Mello e Souza, pode-se entender o lugar do Brasil no imaginário europeu como lugar de semelhança na diferença: as coisas que havia na Europa também se encontravam no Novo Mundo, mas de maneira particular. Aos poucos, pôde-se entender a América como "muito mais filha da Europa do que jamais o foram a Ásia e a África"<sup>328</sup>, ainda que em muitos aspectos - nomeadamente no fator humano - se repudiasse a diferença.

---

<sup>325</sup> Ibid.

<sup>326</sup> Luís Siqueira da Gama. Dissertações altercadas e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil. *Op. Cit.*, p. 14.

<sup>327</sup> Maria Luiza Andreazza. *Dominium, terras e vassalagem na América Portuguesa*, in: DORÉ, Andrea Carla; SILVA, Luiza Geraldo; SILVÉRIO, Luis Felipe (Orgs.), *Facetas do Império na História: conceitos e métodos*, São Paulo: HUCITEC, 2008. p. 6.

<sup>328</sup> Laura de Mello e Souza. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. *Op. Cit.*, p. 47.

Além disso, os conceitos utilizados para definir a América Portuguesa são esclarecedores da relação estabelecida entre os corpos natural e político. O Brasil era definido pelos acadêmicos ora como uma região, ora como uma província<sup>329</sup> ou império<sup>330</sup>. De fato, no discurso das *Dissertações Históricas*, o Brasil é visto sob a ótica dessas três categorias. Segundo Raphael Bluteau, o vocábulo província "deriva-se de *Pro, & vincere*, ou de *Proculvincere*, porque os antigos Romanos chamavaõ *Províncias* às terras que vencião, ou por qualquer modo sojugavão fóra de Itália".<sup>331</sup> Já império se define como "monarquia, ou região muyto ampla, dominada de hum Príncipe. (...) Mando, Authoridade, Senhorio, Domínio".<sup>332</sup> Esses dois sentidos se referem ao espaço como numa geografia política, dividindo os territórios de um e outro Estado, ou ainda dividindo regiões administrativas dentro de seu domínio. Por outro lado, colocava-se a ideia de região, "geralmente fallando he algum grande espaço dos que se considerão nas diferentes porções, ou partes desta grande máquina do mundo".<sup>333</sup> Essa caracterização aponta mais para uma formação natural, independente das ações e percepções humanas para sua completude. Portanto, considerava-se o Brasil ao mesmo tempo como uma região *natural* da América e como um espaço político conquistado e dominado por Portugal. As particularidades naturais, nesse sentido, se vinculam à continuidade política, com o que aos poucos se aproxima da defesa das fronteiras naturais como critério de solução para conflitos diplomáticos. Nesse campo, a argumentação portuguesa por muitas vezes evocou tradições como o mito da ilha Brasil, que construía a imagem da parcela portuguesa do Novo Mundo - já avançando bastante a linha divisória do Tratado de Tordesilhas - como uma unidade separada do restante do continente pela formação hídrica do centro da América.<sup>334</sup>

---

<sup>329</sup> Luís Siqueira da Gama escreveu que "no seu primeiro descobrimento foi chamado o Brasil região, ou Província de Santa Cruz". *Dissertações altercadas e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil. Op. Cit.*, p. 15.

<sup>330</sup> Por exemplo, em Sebastião da Rocha Pita se encontra a expressão "o opulento império do Brasil". *História da América Portuguesa. Op. Cit.*, p. 20.

<sup>331</sup> Raphael Bluteau. *Vocabulário Português, & Latino. Op. Cit.*, v. 6, p. 807.

<sup>332</sup> *Ibid.* v. 4, p. 68-69.

<sup>333</sup> *Ibid.*, v. 7. p. 198.

<sup>334</sup> Iris Kantor. *Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. Op. Cit.*, p.70-80; Jaime Cortesão. *A reação ao tratado de Tordesilhas e o mito da Ilha Brasil. In: Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil, Lisboa, Portugalia, 1966, v.2., p.42-43.*

Além disso, a palavra "região" também poderia conter em si significações políticas. Segundo Rodrigo Bentes Monteiro, a palavra foi utilizada, no Império Romano, para designar, de maneira bastante semelhante ao que acontecia no Império Português,

áreas que, mesmo submetidas a uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais vindas de Roma. Surgia assim o termo, num momento histórico em que pela primeira vez se evidenciava a relação entre a centralização do poder num local e a sua extensão sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial: o *imperium*.<sup>335</sup>

As particularidades de cada uma das regiões coloniais dominadas por Portugal foram sublinhadas nas descrições espaciais contidas nas *Dissertações Históricas* da Academia Brasílica dos Esquecidos. Tanto na composição política de Portugal quanto na escrita da História de seus domínios americanos o particular e o universal dialogaram de maneira a formar um conjunto descontínuo, mas coerente. A história escrita pela Academia Brasílica dos Esquecidos foi focada na América - espaço natural - mas com a designação "portuguesa", afirmando a condição política fundadora de Portugal.

#### 4.1.1 Corpo e Saúde Política

Analisaremos, em seguida, as noções de saúde atribuídas ao corpo político, tendo em vista a já mencionada incorporação das similitudes entre corpo e Estado no pensamento político medieval e moderno. No discurso preparado para a décima vez em que dissertaria sobre a História Política na Academia, Luís Siqueira da Gama se referiu a um assunto ao qual atribuía grande importância: o Vice-Rei do Brasil e protetor da Academia Brasílica dos Esquecidos, Vasco Fernandes César de Menezes, se via curado de uma enfermidade. A importância atribuída à saúde do governante também se deve à tópica política em que o Estado é entendido como um corpo. A cabeça desse corpo seria o monarca, enquanto os súditos ocupariam os lugares dos diversos

---

<sup>335</sup> Rodrigo Bentes Monteiro. *O Rei no Espelho. Op.Cit.*, p. 227.

membros. Nas palavras de João Adolfo Hansen, se tratava de um "isomorfismo de corpo/Estado, como uma relação especular em que o micro alegoriza o macro".<sup>336</sup> Portanto, a saúde do corpo do Vice-Rei podia ser entendida, em analogia ao corpo político, como a saúde da cabeça que comandava a América Portuguesa. Ao mesmo tempo, a sede do Vice-Reino podia ser entendida como "cabeça":

A potentíssima província da Bahia, posto que não fosse a primeira pela antiguidade da sua povoação, descreveremos em lugar primeiro pela grandeza de sua dignidade; pois sendo a cabeça do Estado, deve preferir aos outros membros, aos quais leva por muitos títulos vantagens, que sobram a dar-lhe esta procedência, ainda quando não logra aquela prerrogativa.<sup>337</sup>

Como se pode perceber, Rocha Pita quebrou qualquer ordem cronológica ou geográfica em sua descrição da fundação de cidades e vilas na América Portuguesa, atribuindo a primazia ao critério político. Tratava-se da reafirmação da cidade da Bahia como centro de poder no âmbito colonial, quando se assistia um gradual crescimento de importância da região aurífera.<sup>338</sup>

A função de "cabeça" dentro desse corpo político, no entanto, reservava uma série de responsabilidades. Siqueira da Gama, ao dissertar pela décima vez na Academia dos Esquecidos, exibiu um tom de louvor ao Vice-Rei do Brasil Vasco Fernandes César de Menezes. Ao mesmo tempo, indicou uma série de medidas necessárias ao sustento da monarquia. O acontecimento que levou à elaboração de tal dissertação foi cura de uma doença que afetou o governante, como afirma o acadêmico introduzindo seu assunto:

presentemente vemos restituído à sua perfeita saúde o Excelentíssimo Senhor Viso-Rei depois que o vimos enfêrmo, e tantas vêzes sangrando por causa de um difluxo, que os dias pretéritos o deteve na cama com bem merecido susto de tôda esta sua amantíssima cidade.<sup>339</sup>

---

<sup>336</sup> João Adolfo Hansen. *A Sátira e o Engenho: Gregório de Matos e a Bahia do Século XVII*. 2 ed. São Paulo: Ateliê; Campinas: Unicamp, 2004., p. 430

<sup>337</sup> Sebastião da Rocha Pita. *História da América Portuguesa*. *Op. Cit.*, p. 45.

<sup>338</sup> Laura de Melo e Souza. O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII. *Op. Cit.*, p. 78-108.

<sup>339</sup> Luís Siqueira da Gama. Dissertações altercadas e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil. *Op. Cit.*, p. 125.

A partir desse fato, Luís Siqueira da Gama aborda a temática da saúde, relacionando-a com aspectos individuais e também com aspectos coletivos. De tal modo, a dissertação foi rica em conteúdos que nos aproximam de, compartilhadas na América Portuguesa em inícios do século XVIII, que associavam o fazer político com o corpo humano.

Luís Siqueira da Gama propõe várias definições de saúde. Primeiramente se dedica ao significado do termo do ponto de vista do bem estar individual. Nesse sentido, o descreve como "um grande bem da felicidade humana, e melhor se conhece depois que se perde; a boa disposição na posse de perfeita, poucos a estimam; depois de perdida, nos acidentes do mal, todos a desejam bem".<sup>340</sup> Ainda sob uma perspectiva individual, a saúde é associada à felicidade e à capacidade de agir frente a qualquer situação. Cabe destacar a relevância da afirmação abaixo, na qual argumenta em favor da tese de que a saúde é condição necessária ao desenvolvimento satisfatório de todas as atividades humanas:

sem saúde dizia Licínio que ninguém podia ser bem-aventurado; que importa ao rico, que vale ao mancebo, ter forças, e ter riquezas; se não tiver saúde com que as logre, com que exercite? que importa ao sábio, que vale ao Rei; o seu entendimento, o seu Império, se não tiver saúde com que o exercite, com que o aumente? É a doença o mais agro do gosto; porque tudo dissaboreia uma enfermidade pelo contrário é tão doce, e suave a saúde que sendo tão inconstante o coração humano que em nada tem permanência pois de tudo se desagrada brevemente; da saúde porém nunca se enfastia, porque sempre a deseja ter maior e mais perfeita.<sup>341</sup>

Como veremos, a noção de saúde aplicada ao corpo humano bem pode ser adaptada à ideia do corpo político. O reino saudável vai promover a harmonia entre seus membros, facilitando e incentivando seu trabalho, assim como o corpo humano deve ser saudável para operar com disposição e tranquilidade. Também aqui se trata de um discurso voltado para a ideia de equilíbrio, tão cara ao discurso político moderno.<sup>342</sup>

---

<sup>340</sup>Ibid., p. 126.

<sup>341</sup>Ibid., p. 127.

<sup>342</sup> Como vimos anteriormente, os tratados de Westfália introduziram a noção do equilíbrio de poder europeu, o qual se constituiu como uma tópica política recorrente na Era Moderna.

Após consolidar a definição de saúde como base para o bom desempenho e êxito de qualquer empreendimento humano, Siqueira da Gama amplia a significação do termo. Nele passa a visibilizar elementos que transcendem a dimensão individual. Nesse sentido, propõe a existência de três espécies: "saúde natural; saúde política, saúde Teológica". A saúde natural se refere à "boa disposição do composto humano".<sup>343</sup> Já a saúde política é definida como "a harmoniosa tranquilidade do bem comum, a que chamamos de saúde pública, isto é o sossêgo, e a harmonia dos povos".<sup>344</sup> Finalmente, descreve a saúde teológica como "nesta vida (...) a graça de Deus, e na outra vida é a bem-aventurança na soberana fruição da Glória sempre eterna".<sup>345</sup> Adverte, ainda, que pretende tratar "da primeira, e segunda espécie, não distinta e ordenadamente, mas como se oferecer ao discurso para a prova do nosso argumento".<sup>346</sup> A questão da saúde teológica é deixada à parte, sendo tal opção justificada por haver menor relação direta com o tema abordado. Já a articulação entre saúde natural e saúde política se evidencia como mote argumentativo amplamente utilizado na elaboração da dissertação histórica em questão.

Dentre as principais tópicas abordadas na composição da dissertação, figura a simbologia da serpente associada à saúde na antiguidade. Ela é atribuída a uma especificidade desse animal: a de se revestir de uma nova pele periodicamente. Ponderou que "bem como a cobra os enfermos recuperam a saúde despindo-se tôda a moléstia da doença; e mostram que se revestem com a galhardia de novas fôrças, de nova formosura".<sup>347</sup> Ao tratar desse tema, Siqueira da Gama relaciona saúde e bom governo, mencionando dois significados atribuídos ao animal em questão.

Porque se repararmos, Senhores, nas humanas, e divinas Letras, observaremos que a serpente sendo emprêsa da saúde também é hieroglífico do Príncipe, e símbolo da prudência. Picineli a pintou retratando a serpente, na figura de um círculo em que prendia a cauda com a bôca; para assim nos dar a conhecer, que o Príncipe prudente deve considerar os sucessos passados, para que melhor

---

<sup>343</sup> Luís Siqueira da Gama, *Dissertações altercadas e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil. Op. Cit.*, p. 127.

<sup>344</sup> *Ibid.*

<sup>345</sup> *Ibid.*

<sup>346</sup> *Ibid.*

<sup>347</sup> *Ibid.*, p. 128.



advertido os ate de sorte, que acautelando-se para os futuros, não se conheça novidade alguma entre o fim, e o exórdio das suas ações êste símbolo deduziu Picineli do pensamento de Claudiano.<sup>348</sup>

Portanto, a analogia entre os hábitos da serpente e os do príncipe passam a fazer parte das recomendações elencadas por Luís Siqueira da Gama para um bom governo. A leitura da dissertação em foco mostra que a comunicação através das “humanas, e divinas letras”<sup>349</sup> permitiu que Luís Siqueira da Gama favorecesse a compreensão dos modos de conhecimento produzidos naquele contexto. Apropriar-se dos saberes acerca dos signos e especificidades de determinados componentes da natureza consistiu-se em estratégia para alcançar os segredos da criação. Tal prática discursiva é condizente com as formas de saber compartilhadas na época clássica, tendo em vista que "antes do final do século XVIII, toda obra de linguagem existia em função de uma determinada linguagem muda e primitiva, que a obra seria encarregada de restituir".<sup>350</sup>

O conhecimento produzido pode ser caracterizado como analógico; ou seja, se utiliza um objeto para estabelecer relações de semelhança com outro. As peculiaridades do objeto referido são partilhadas. Como decorrência, infere-se uma conformidade entre os comportamentos dos objetos associados analogicamente. As semelhanças entre esses objetos conduzem à percepção de encadeamentos e dobras na natureza. Assim, as coisas tornam-se semelhantes.<sup>351</sup> Finalmente, mais uma propriedade da serpente é ressaltada. Com isso, se reforça a articulação entre a certeza de saúde natural ou pessoal do governante e a saúde política ou o bem estar coletivo.

O grande Doutor São Jerônimo escrevendo sobre este lugar, advertiu uma especial propriedade da serpente; e vem a ser; que enroscando o corpo, em multiplicadas voltas, dentro nestas esconde, e defende a cabeça astuciosamente, porque conhece que ali conserva mais superiores os espíritos vitais: serpentis astutia ponitur in exemplum quia toto corpore occultat caput, ut illud in quod uita est protegat. E daqui discorrendo o mesmo Picineli assevera que o Príncipe deve ser como a serpente: assim; para guardar, acudir e proteger incólumes

---

<sup>348</sup> Ibid.

<sup>349</sup> Ibid.

<sup>350</sup> Roberto Machado. "Linguagem e Literatura". In: \_\_\_\_\_. *Foucault, a Filosofia e a Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 139-175, p. 152.

<sup>351</sup> Michel Foucault. *As palavras e as coisas: uma Arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 35.

aos seus subalternos: para maior expressão da profundidade da máxima escreveu o douto político, a serpente esta letra: Tutus in capite laesus.<sup>352</sup>

A ideia de que a serpente protege sobretudo sua cabeça vem ao encontro do objetivo estabelecido por Siqueira da Gama para a sua dissertação, qual seja associar a saúde do príncipe à do Império, ou ainda a saúde da América Portuguesa à do Vice-Rei do Brasil. As discussões que se estabelecem a partir da temática da saúde revelam metáforas políticas relativas ao corpo. Da saúde pessoal passamos, por analogia, à saúde coletiva e, assim como a saúde individual se concentra em um corpo, a saúde de uma república se expressava na relação com o corpo político instituído. Tal pensamento encontra apoio nos escritos de Tomás de Aquino, o qual sustenta que

no mundo dos corpos, o primeiro corpo, isto é, o celeste, dirige os demais, por certa ordem da divina providência, e a todos os corpos os rege a criatura racional. Igualmente, no homem a alma rege o corpo, e, entre as partes da alma, o irascível e o concupiscível são dirigidos pela razão. Também, entre os membros do corpo, um é o principal, que todos move, como o coração, ou a cabeça. Cumpre, por conseguinte, que, em toda multidão, haja um regente.<sup>353</sup>

Nessa lógica, o funcionamento adequado do corpo implica a integração das funções particulares de seus diferentes membros. A cabeça é descrita como a sede da razão e a referência da função de todos os outros membros. Se pensarmos no Estado como um corpo, o rei seria a cabeça, ocupando o lugar da razão. Caberia aos súditos os demais elementos e funções do corpo. Evidentemente somente a saúde plena da totalidade dessas partes garantiria o bom funcionamento do Estado. É relevante notar o destaque do papel da cabeça que comanda o corpo e assegura seu bem estar e sobrevivência. Tal argumento sustenta a necessidade de cuidar e proteger a cabeça prioritariamente. Essa analogia com a natureza constitui as relações hierárquicas na anatomia do reino. O *Vocabulário Português e Latino*, de Raphael Bluteau também explora a relação entre corpo humano e estrutura política. Saúde nesta obra é definida como

<sup>352</sup> Luís Siqueira da Gama, *Dissertações altercadas e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil. Op.Cit.*, p. 129.

<sup>353</sup> Tomás de Aquino. "Do reino ou do governo dos príncipes ao Rei de Chipre". In: *Escritos Políticos de Santo Tomás de Aquino*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 128.

estado do corpo, sem doença, nem achaque. Boa disposição, & temperamento dos humores, com que o corpo faz bem suas funções naturaes. He o melhor de todos os bens temporaes, sem ela as honras são luzes de Sol eclipsado, as riquezas são importunas, & as delícias sem sabor. (...) A saude dos pays de familias, & Príncipes he muyto para desejada, porque são cabeças, das quaes depende a prosperiidade do corpo da República.<sup>354</sup>

A citada definição de saúde visibiliza a articulação entre a saúde individual de um rei e a saúde política de seus domínios. Construída a partir da já referida analogia entre cabeça e membros do corpo do Estado, a sua descrição do funcionamento do reino expressa a hierarquia que constitui a sociedade do Antigo Regime:

são os súditos partes integrantes do Reino; são os vassallos partes heterogêneas do Príncipe porque o Monarca é a cabeça do Império, e são os subalternos inferiores membros da república: Quando a cabeça se lastima, todo o mais corpo enfêrma para que não se queixem o corpo da Monarquia, deve o Rei cuidar muito na saúde própria como cabeça do bem comum.<sup>355</sup>

A noção de doença política grave se amplia na emergência da enfermidade manifestada no corpo natural do Rei. Assim, no discurso do referido acadêmico, a monarquia aparece representada como um sistema hierarquizado, conivente com a lógica natural do corpo humano, o que revela sua origem divina. A natureza como obra divina era o principio de todo o movimento da “máquina do Universo”.<sup>356</sup> Tratava-se de uma organização divina e, portanto, perfeita. Sendo assim, era paradigma das organizações humanas. Ao mesmo tempo, a mesma organização que se estabelece no corpo humano (microcosmo) se evidencia no universo (macrocosmo). Tal compreensão gera metáforas agudas de Luís Siqueira da Gama, como segue:

a Serpente é hieroglífico do Príncipe; e também é imagem da saúde; da do Príncipe depende a boa disposição do bem comum: o Sol eclipsado, não goza todo o mundo dos seus luzimentos; se o Sol parara, padecera o Orbe todo a maior perturbação. Na esfera da República é o Príncipe Sol das direções, os monarcas não nascem

<sup>354</sup> Raphael Bluteau. Vocabulário Portuguez & Latino. *Op. Cit.*, v. 7, p. 515.

<sup>355</sup> Luís Siqueira da Gama. Dissertações altercadas e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil. *Op.Cit.*,p. 129.

<sup>356</sup> Raphael Bluteau. Vocabulário Portuguez & Latino. *Op. Cit.*,v. 5. p. 685.

para si sós, mas resplandecem como Sol para tudo iguais, e sempre benignos, para todos.<sup>357</sup>

O Rei, portanto, devia zelar duplamente pela saúde. Em primeiro lugar, se preocupava com a saúde do Estado como um todo, pois governava para muitos e não só para si. Em segundo lugar, deveria zelar pela própria saúde, pois no lugar de "cabeça" do corpo do Estado, sua doença representava a doença de todos. As concepções de saúde explicitadas por Luís Siqueira da Gama estiveram embasadas no entendimento do corpo humano como um "microcosmo", contendo em si as características fundamentais do universo - visto por sua vez como uma máquina em perfeito equilíbrio - e de seu criador. A doença era considerada uma intromissão nesse equilíbrio natural.<sup>358</sup> A sobrevivência do corpo (individual ou coletivo; do rei ou do Estado) dependia, portanto, do cuidado com a saúde embasado nas mensagens inscritas na própria natureza. As similitudes e os emblemas, fortemente associados com o pensamento da Antiguidade, se associam com a lógica moderna da Filosofia Natural, a qual pregava a associação entre conhecimento da natureza e política por meio de uma série de simbolismos. A ordem natural era entendida como espelho da ordem política, vendo-se a natureza como uma máquina projetada por Deus. A interpretação dos símbolos e mensagens inscritas na natureza era, portanto, prática pertinente ao conhecimento político.<sup>359</sup>

## 4.2 IMPÉRIO E PROVIDÊNCIA DIVINA

Esta seção abordará a inserção do ideário providencialista nas obras da Academia Brasílica dos Esquecidos, considerando a prevalência de categorias teológico-políticas como uma particularidade dos seus escritos em relação à cultura letrada europeia do primeiro quartel do século XVIII. Para tanto será discutida a representação histórica da formação e da expansão do Império

---

<sup>357</sup> Luís Siqueira da Gama. Dissertações altercadas e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil. *Op.Cit.*,p. 129-130.

<sup>358</sup> Marcia Moisés Ribeiro. A Ciência dos Trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 73.

<sup>359</sup> John Henry. A revolução científica e as origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 98-102.

Português pelos membros da Academia Brasílica dos Esquecidos, relacionando seus escritos com o pensamento do padre Antônio Vieira.

\* \* \*

No intuito de conceber uma historiografia capaz de abarcar as particularidades da América Portuguesa no seio da história universal, os acadêmicos setecentistas assumiram uma linguagem diferenciada daquela corrente nos círculos eruditos da Europa. A Academia Brasílica dos Esquecidos faz parte de um processo no qual, segundo Iris Kantor, os eruditos portugueses e brasílicos tomavam rumos distintos: enquanto no Reino se caminhava em direção a uma secularização das condições de existência do Império e de sua história, na América a representação historiográfica estava associada às categorias teológico-políticas do providencialismo. A representação do passado associava-se, portanto, às imagens proféticas e, com isso, se estabelecia um papel para o Novo Mundo na história universal.<sup>360</sup>

O caminho para essa historiografia profética estava aberto pelos escritos do padre Antônio Vieira que, na *História do Futuro* vislumbrava a completude do conhecimento da Terra. Tendo em vista essa expansão, Vieira profetizava a formação do Quinto Império, a qual se daria pela união entre os povos de todas as partes do mundo em sujeição a Jesus Cristo.

O mundo que conhecerão os antigos se dividia em tres partes, Africa, Europa, Asia: depoisque se descobrio a America, accrescentoulhe a nossa idade esta quarta parte, espera-se agora a quinta, que he aquella terra incognita; mas já reconhecida, que chamamos Austral. Este foy o mundo passado, & este he o mundo presente, & este será o mundo futuro: & destes tres mundos unidos se formará (que assim o formou Deos) hum mundo inteyro. Este he o sugeyto da nossa história, & este o Império que promettemos do mundo. Tudo o que abraça o mar, tudo o que alumia o Sol, tudo o que cobre, & rodeia o Sol, será sugeyto a este quinto Império; não por nome, ou título fantastico, como todos os que até agora se chamarão Impérios do mundo; senão por domínio e sugeyção verdadeyra. Todos os Reynos se unirão em hu~ ceptro, todas as cabeças obedecerão a huma

---

<sup>360</sup> Iris Kantor. Esquecidos e Renascidos. *Op. Cit.*, p. 214-219.

suprema cabeça, todas as coroas se rematarão em huma só diadema, e esta será a peanha da Cruz de Christo.<sup>361</sup>

A própria relação entre Estado e Igreja é atualizada por Antônio Vieira, a fim de explicar a profecia. A ideia de nação por ele estabelecida indica a necessidade, ao mesmo tempo, da vontade comum de um povo para o serviço de Deus e, por outro lado da intervenção da graça divina na história e nos feitos do povo escolhido. É a nação, enquanto "povo escolhido", que vai desempenhar a missão de difundir e preservar o cristianismo, reunindo muitos povos em torno da mesma sujeição a Deus.<sup>362</sup>

Vieira acreditava que Portugal era essa nação escolhida, dentre todos os povos modernos, para difundir a palavra divina. Como indícios para tal disposição, o padre apontava a inclinação para a fé católica e a universalidade dos feitos portugueses. Além disso, as grandes e numerosas conquistas lusitanas funcionavam praticamente como antítese do pequeno e pouco populoso reino de Portugal. Apenas o fervor religioso e a Providência de Deus explicariam tamanhos feitos, portanto.<sup>363</sup> No Sermão de Santo Antônio, pregado em Roma, em 1760, Vieira aproximava a trajetória individual do santo homenageado com a trajetória histórica do povo português afirmando que

bem pudera Santo Antônio ser luz do mundo, sendo de outra nação, mas, uma vez que nasceu português, não fora verdadeiro português, se não fora luz do mundo, porque o ser luz do mundo nos outros homens é só privilégio da graça; nos portugueses é também obrigação da natureza.<sup>364</sup>

A vocação para seguir a exortação de Cristo aos apóstolos para difundir sua palavra pelo mundo era entendida como uma marca na vida de Santo Antônio e, por extensão, na história de Portugal.<sup>365</sup> Com isso "funda-se esta pensão de sair da pátria na obrigação de ser luz do mundo. Como pudera Santo Antônio

<sup>361</sup> Antonio Vieira. *História do Futuro*. Livro Antepimeiro. Prologomeno a toda a história do Futuro, em que se declaro o fim, & se provaõ os fundamentos della. Materia, Verdade, & Utilidades da História do Futuro. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1718, p. 32-33.

<sup>362</sup> Alcir Pécora. *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*. Op. Cit., p. 209-252.

<sup>363</sup> Ibid, p. 231.

<sup>364</sup> Antonio Vieira. Sermão de Santo Antônio, In: Alcir Pécora (Org.). *Sermões Padre Antônio Vieira*. Tomo I, São Paulo: Hedras, 2000., p. 280-281.

<sup>365</sup> Alcir Pécora, *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*. Op. Cit., p. 226.

ser luz de França e de Itália, se não saíra de Portugal?"<sup>366</sup> Assim, a fundação do reino português teria ocorrido de maneira diferente dos demais, por intermédio da Graça Divina em ocasião da batalha de Ourique (1139). Segundo o padre Vieira, tal realização se motivava "não para o fim político, que é comum a todos os reinos e a todas as nações, senão para o fim apostólico, que é particular deste reino e desta nação".<sup>367</sup>

Em Vieira, o tempo histórico tinha um sentido definido pela salvação coletiva das almas do mundo. Sua argumentação se desenvolvia em favor da ideia de que o Reino de Cristo poderia se consumir na Terra como decorrência das ações portuguesas. A própria sequência entre os cinco impérios - o dos assírios, o dos persas, o dos gregos, o dos romanos e o Quinto Império - se dava de acordo com os movimentos do Sol em relação à Terra, um dos motivos pelos quais Vieira reforçava sua argumentação sobre ser Portugal a nação escolhida.<sup>368</sup> Nesse sentido, o lema adotado pela Academia Brasílica dos Esquecidos, *Sol Oriens in Occiduo* (O nascer do Sol no Ocidente), pode ser entendido como uma referência à temática do *translatio imperii*.<sup>369</sup>

A união entre a coletividade portuguesa e a Divina Providência se desenhava, para o pensamento vieiriano, de tal forma que a expansão da Igreja só poderia ser entendida enquanto ato de vontade e vocação do povo lusitano. Portugal representava, entre todos os Estados, a capacidade de juntar em si a vocação católica com a disposição das armas aos interesses da fé.<sup>370</sup> A conversão religiosa caminhava ao lado da expansão do Estado, ao passo que esse mesmo Estado estava instituído mais pela vontade de Deus que pela vontade do povo ou do príncipe. Acima de tudo, trata-se de uma perspectiva radical quanto à origem do poder do rei.

Não se trata somente de conciliar os fins políticos legítimos de um Estado com aqueles da Igreja e da divindade em que esta se fundamenta. A rigor, segundo Vieira, Estado e Igreja - desde, claro,

<sup>366</sup> Antonio Vieira. Sermão de Santo Antônio. *Op. Cit.*, p. 277-293.

<sup>367</sup> *Ibid.*, p.282.

<sup>368</sup> Alessandro Mandunco. História e Quinto Império em Antônio Vieira. *Topói*, v. 6, n. 11, jul-dez 2005, pp. 246-260.

<sup>369</sup> Íris Kantor. As academias brasílicas e a transmissão da cultura letrada: os Esquecidos e os Renascidos (1724-1759). In: Rodrigo Monteiro; Ronaldo Vainfas. *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009. Íris Kantor. *Esquecidos e Renascidos*. *Op.Cit.*

<sup>370</sup> Alcir Pécora. Teatro do Sacramento. *Op. Cit.*, p. 256.

que se esteja falando do Estado português - têm idêntica fundação em Cristo e idêntica destinação no mundo. Ao considerar como expressamente dirigida para Portugal a exortação aos apóstolos, cria-se, nele, uma verdadeira *concorrência* que o Padre Vieira procura conciliar não como uma semelhança entre os fins temporal e místico, como no caso de Saavedra Fajardo, mas como uma *diferença ainda possível* entre os dois Estados místicos, tamanha é a identificação que postula entre ambos.<sup>371</sup>

Esse conjunto de prerrogativas levava à disposição dos portugueses para a difusão da fé, a qual foi descrita por Sebastião da Rocha Pita na sua *História da América Portuguesa*. Sua vinculação com a perspectiva do Padre Vieira fica bastante explícita em seu relato sobre a Restauração de Portugal (1640). Ao comentar o fato, o letrado rememora a profecia fundada na crença de que o reino de Portugal teria sido fundado a partir de uma promessa de Deus para D. Afonso Henriques na batalha de Ourique.

Tinha chegado o venturoso prazo do felicíssimo ano de mil e seiscentos e quarenta, no último mês em que terminava o seu misterioso círculo, ponto em que acabavam as desgraças de Portugal e principiavam as suas felicidades; limite prescrito das profecias do nosso Encoberto; termo dilatado e apeteçido das nossas esperanças e tempo da segunda cláusula da promessa de Deus Nosso Senhor, feita a el-rei D. Afonso Henriques, de que a primeira fora a vitória que nos deu no Campo de Ourique, fundamento sobre o que a Divina Majestade quis se firmasse a máquina da monarquia portuguesa, que em complemento da última parte do seu soberano oráculo há de ser o único permanente e maior império de todos os quatro tão opulentos e inconstantes que teve o mundo.<sup>372</sup>

A menção explícita à ideia da formação do *Quinto Império* a partir da ação dos portugueses e de sua monarquia remete às ideias de Antônio Vieira, ainda que o padre autor da *História do Futuro* não tenha sido referido diretamente por Rocha Pita nessa passagem. A vocação apostólica de Portugal, defendida por Vieira, também se apresenta como uma verdade para o acadêmico luso-americano. A descrição do milagre de Ourique inclui a promessa de Deus em zelar pela descendência de D. Afonso Henriques, tendo em vista que "nela e no seu reino havia de estabelecer um império que levasse o seu nome às partes mais distantes".<sup>373</sup>

---

<sup>371</sup>Ibid., p. 237.

<sup>372</sup> Sebastião da Rocha Pita. *História da América Portuguesa*. *Op. Cit.*, p. 135.

<sup>373</sup>Ibid., p. 136.



É também a partir dessa compreensão da formação de Portugal que Rocha Pita desenvolve sua história acerca das navegações empreendidas pelo reino na Era Moderna. Quanto a isso, descreve o estado da política externa do reino de Portugal na época da chegada de Pedro Álvares Cabral à América. Segundo ele, o Império Lusitano

mantinha com a Tiara Romana a antiga união, firme com a nossa obediência e religião; com Castela estava em paz assegurada pelas nossas vitórias; tinha amizade com a Coroa Imperial, com as de França, Inglaterra, Escócia, Suécia, Polônia e Dinamarca; com as repúblicas e nações setentrionais e italianas, pelos interesses recíprocos e comuns das monarquias; fazia guerra aos Mauritanos, aos Etíopes e aos Asiáticos, para lhes introduzir a fé católica; achava-se dilatado com os descobrimentos das ilhas do Porto Santo, da Madeira e dos Açores no Oceano, e por diferentes mares, com muitas praças e províncias em África, com grandes povoações e conquistas na Etiópia; e começava a mostrar-lhe os seus maiores domínios a Ásia, quando o Novo Mundo lhe abriu as portas da sua mais vasta região.<sup>374</sup>

A guerra era explicada, portanto, apenas pelo intuito da expansão da fé. Além disso, a aliança com o Vaticano era representada como "firme" e "antiga", graças à boa postura religiosa dos lusitanos. A vastidão dos domínios portugueses apresenta-se, no texto de Rocha Pita, segundo as ações de dois agentes distintos. O primeiro é representado pelo povo português, seus navegadores e colonos, especialmente quando se refere às ilhas e à África. No entanto, nota-se uma mudança no sujeito da ação quando trata da Ásia e da América. Aqui a natureza toma o protagonismo e passa de objeto a sujeito da história: a Portugal o continente asiático passava a "mostrar-lhe os seus maiores domínios" e a América "abriu as portas da sua mais vasta região".

No pensamento de Antônio Vieira, a analogia entre a vida de Santo Antônio e a história portuguesa também remonta à conquista da Ásia, da África e da América. No tocante à difusão do cristianismo, ele faz analogia com a formação do firmamento, aludindo à criação da luz do Sol e das outras estrelas para então traçar o caminho da luz no sentido figurado e apostólico, representando a fé no cristianismo. Trata-se, aqui também, de um discurso embasado nas similitudes entre a natureza e a vida - individual ou coletiva - da humanidade.

---

<sup>374</sup>Ibid., p. 20.

O mistério foi, diz S. Basílio, porque quis o supremo artífice do universo debuxar no rascunho da natureza a traça que havia de seguir nas obras da graça. É o que vimos na conversão do mundo novo. Assim como a luz material primeiro a criou Deus junta em um lugar, e depois a repartiu dali por todas as regiões do céu e sobre todas as da terra, umas estrelas ao Pólo Ártico, outras ao Antártico, umas ao Norte, outras ao Sul, umas ao Setentrião, outras ao Meio-Dia, assim, para alumiar o Novo Mundo, que tantos séculos havia de estar às escuras, sem ser conhecido dos homens nem ter conhecimento do verdadeiro Deus, que fez o autor da graça? Criou primeiro e conservou separado em Portugal aquele seminário escolhido de fé e de luz, para que dali, dividida e repartida a seu tempo, umas luzes fossem alumiar a África, outras a Ásia, outras a América, umas ao Brasil, outras a Etiópia, outras a Índia, outras ao Mogor, outras ao Japão, outras à China, e desta maneira, transplantada de Portugal, a fé se plantasse nas três partes do mundo.<sup>375</sup>

Portugal ocupava, então, o lugar de um repositório da fé que seria disseminada pela Terra. Para tanto sua trajetória era mais uma vez adequada. Os portugueses, assim como Santo Antônio, não dedicaram suas vidas aos cristãos, mas sim à conversão e conquista dos infiéis:

Glória singular é de Portugal, que nem no Reino, nem em toda a Monarquia domine um só palmo de terra que não fosse conquistada a infiéis. Tudo quanto dominou a luz neste mundo foi conquistado às trevas, porque elas o possuíam primeiro: *Tenebrae erant super faciem abyssi, et dixit Deus: Fiat lux. Et facta est lux*<sup>1</sup> 7. E, assim como o ofício do sol é ir sempre seguindo e perseguindo as trevas e lançando-as fora do mundo, assim também os portugueses aos infiéis. Estava Portugal pela desgraça universal de Espanha ocupada de maometanos; e que fizeram os portugueses? Do Minho os lançaram além do Douro, do Douro à Estremadura, da Estremadura a Além do Tejo, de Além do Tejo ao Algarve, do Algarve às Costas de África, e ali os foram sempre seguindo e conquistando, até que o peso das armas se passou às conquistas da gentildade, onde fizeram o mesmo. Sempre como soldados de Cristo, pela fé e contra infiéis.<sup>376</sup>

As conquistas e descobrimentos protagonizados por Portugal são valorizados pelos eruditos membros da Academia Brasileira dos Esquecidos sempre segundo essa ideia da expansão da fé por todo o mundo. Nesse sentido, o padre Antonio Vieira defendeu a constância da fé portuguesa e a fidelidade com a qual se vinculavam mais com os objetivos religiosos que com os ganhos materiais. Segundo sua interpretação,

<sup>375</sup> Antonio Vieira. Sermão de Santo Antônio. *Op. Cit.*, p. 277-293

<sup>376</sup> Antonio Vieira. Sermão de Santo Antônio. *Op. Cit.*, p. 277-293

foram sempre os soldados portugueses como os fabricantes do segundo templo de Jerusalém, que com uma mão pelejavam, e com a outra iam edificando. Nenhum golpe deu a sua espada que não acrescentasse mais uma pedra à Igreja. Se pelejavam, se venciam, se triunfavam, era para tirar reinos à idolatria, e sujeitá-los a Cristo, para converter as mesquitas e pagodes em templos, os ídolos em imagens sagradas, os gentios em cristãos, os bárbaros em homens, as feras em ovelhas, e para trazer essas ovelhas de terras tão remotas e em número infinito ao rebanho de Cristo e à obediência do Sumo Pastor.<sup>377</sup>

Quando descreveu o estabelecimento de vilas e cidades na capitania da Bahia, Sebastião da Rocha Pita utilizou-se do mesmo tipo de raciocínio acima explícito. Na ocasião, alegou que o crescimento do fervor religioso se deu junto ao das povoações, visto que

ao tempo em que os soldados conquistavam terras, ganhavam estes novos guerreiros almas; e ainda além do que penetrávamos com as armas, chegavam eles com o espírito, afervorando aos católicos e compondo-os nas suas diferenças, catequizando aos gentios e fazendo-os deixar as suas barbaridades, defendendo a uns do cativo, a outros das vexações,<sup>378</sup> e curando em todos as enfermidades do corpo e da alma.

Rocha Pita elogiava os portugueses que desbravaram e conquistaram territórios nos sertões da Bahia, especialmente em função de seu comprometimento com a expansão da fé, sendo que promoviam o batismo de índios, sempre que os dominavam. Segundo ele, os protagonistas da conquista desse sertão eram "varões verdadeiramente apostólicos, dignos das muitas possessões que têm nesta região, cujas rendas despendem religiosa e piamente no culto das suas igrejas, na sustentação dos seus religiosos e de infinitos pobres".<sup>379</sup>

Também Luís Siqueira da Gama descreveu a chegada portuguesa à América nos termos da vontade de salvar almas e cumprir com desígnios religiosos particulares ao seu povo. Escreveu ele que Pedro Álvares Cabral havia desembarcado "levantando por bandeira da fé o estandarte real da Vera Cruz, para que servisse de pirâmide à eternidade e firmíssima escada por onde subissem os habitantes do Brasil, a gozar venturosos, da suma fruição do

<sup>377</sup> Ibid.

<sup>378</sup> Sebastião da Rocha Pita. *História da América Portuguesa. Op. Cit.*, p. 80.

<sup>379</sup> Sebastião da Rocha Pita. *História da América Portuguesa, Op. Cit.*, p. 80.

mesmo Deus".<sup>380</sup> A descrição da chegada portuguesa à América apresentava, portanto, a simbologia e os desígnios do Estado associados aos da Igreja.

Na esteira das ideias até aqui descritas, a descoberta das rotas margeando a África e a caminho da Ásia foi percebida como uma gratificação divina pela fidelidade lusitana pelos acadêmicos Esquecidos. Em meio à sua descrição do sucesso da empreitada, Inácio Barbosa Machado valorizava a bravura dos navegadores portugueses, ao passo que apontava também a Providência Divina como participante no empreendimento vitorioso da passagem pelo Cabo da Boa Esperança:

Todos estes valorosos Atlantes da glória Portuguesa em conserva seguindo a esteira da Capitania foram navegando em busca do Cabo da Boa Esperança os dias que serviram os ventos, como subsidiários do seu valor e confederados da nossa fortuna, mas como esta dependia do que parecendo efeitos da natureza, eram disposições misteriosas da Providência, tendo vencido um mês de viagem se turbaram os ares com grossas nuvens soprando os ventos com desusada violência, e bramindo os mares com espantosa fúria, e perdida a luz do dia que se converteu em tenebrosa noite começou toda a armada a padecer horrível tempestade em que nos ameaçara Lastimoso naufrágio.<sup>381</sup>

Sebastião da Rocha Pita utiliza-se também do discurso da Providência como causa da expansão marítima portuguesa. Nesse ponto, a figura do rei é primeiramente associada à vontade de expansão da fé e, em seguida, se descreve a vontade geral do povo português em conquistar e trazer para o domínio de seu monarca esses territórios.

Quis Deus dilatar-lhe [ao Rei de Portugal D. Manuel] o nome e o domínio com o descobrimento e emprego da Ásia e da América, duas partes do mundo tais, que qualquer delas pudera ser empresa de Augusto e de Trajano, e ambas só daquele invicto rei. Recebeu esta notícia com o alvoroço próprio do desejo grande, que lhe fervia no peito, de que houvesse mais mundos em que dilatar a fé católica e empregar o invencível esforço de seus vassallos; e a própria comoção se viu constantemente nos generosos ânimos de toda a nação portuguesa, por serem descobertos novos orbes, que o seu valor pudesse sujeitar à soberania do seu monarca.<sup>382</sup>

---

<sup>380</sup> Luís Siqueira da Gama. Dissertações altercadas e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil. *Op. Cit.*, p. 15.

<sup>381</sup> Inácio Barbosa Machado. Os Exercícios de Marte Nova Escola de Belona Guerra Brasília [1724]. *Op. Cit.* p.xliii.

<sup>382</sup> Sebastião da Rocha Pita. História da América Portuguesa. *Op. Cit.*, p. 38

Rocha Pita afirma ainda que, quando da chegada de Pedro Álvares Cabral à América, o navegador se viu muito contente em encontrar uma "terra inculta" e habitada por "bárbaros", pois nessa terra "os nossos monarcas tinham o que suspiravam, para dilatar nossa católica fé, que era o intento com que mandavam sulcar os mares com tão repetidas armadas".<sup>383</sup> Em consonância com essa percepção, Inácio Barbosa Machado escreveu que, não havendo registros de guerras propriamente ditas entre os indígenas brasileiros antes do seu contato com os portugueses, poderia ser considerada como a primeira guerra do Brasil aquela expedida para estabelecer o domínio de Portugal e a religião católica na América. Quanto essa questão, o letrado qualificou a experiência bélica afirmando que foi "a maior glória de nossas armas que os interesses do Estado primeiro serviram a lei do Senhor que ao Império do Monarca, e que mais vezes tremularam as bandeiras no obséquio da Religião, do que na defesa da regalia".<sup>384</sup>

Em todas essas escritas sobre a expansão ultramarina, o que há em comum é a representação de extrema proximidade entre o Reino português e a Igreja Católica. A série de argumentações baseadas em uma visão quase teocêntrica da expansão lusitana e de seu império parece contrastar com o discurso da razão e da verdade como bases para a escrita da história, conforme pregavam os acadêmicos quando da introdução de seus trabalhos.<sup>385</sup> Tais características da cultura historiográfica luso-americana do século XVIII, no entanto, estiveram relacionadas à adoção de uma estratégia discursiva que

permitia combinar as diferentes acepções da ideia de história universal - renascentista, providencialista e ilustrada -, num sentido inverso ao debate que se desenvolvia na Academia portuguesa, onde já era possível identificar uma tendência à secularização dos paradigmas providencialistas, notadamente no terreno das técnicas diplomáticas.<sup>386</sup>

---

<sup>383</sup> *Ibid.*, p. 38.

<sup>384</sup> Inácio Barbosa Machado. *Os Exercícios de Marte Nova Escola de Belona Guerra Brasílica [1724]*. *Op. Cit.*, p. cxxi.

<sup>385</sup> A história foi definida como "verdadeira narração das coisas passadas" por Luís Siqueira da Gama, *Dissertações altercadas e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil*. *Op. Cit.*, p. 12. Inácio Barbosa Machado afirmava também que "terá sim a minha História a verdade por base fundamental do seu edifício". *Os Exercícios de Marte Nova Escola de Belona Guerra Brasílica [1724]* *Op. Cit.* p. xv.

<sup>386</sup> Iris Kantor. *Esquecidos e Renascidos*. *Op. Cit.*, p. 218-219.

Essa perspectiva diferenciada adotada pelos acadêmicos brasílicos acerca da história portuguesa foi, como vimos, profundamente influenciada pela visão de história difundida por Antônio Vieira. De acordo com Iris Kantor, é justamente com a intenção de incorporar a América Portuguesa à História Universal que o paradigma vieiriano seguiu em uso pelos acadêmicos brasílicos. Era o providencialismo o que permitia estabelecer um contraponto às visões da América que a inferiorizavam em termos de sua natureza e, especialmente, de sua humanidade. A partir da representação da experiência colonizadora como espaço de realização da profecia de Antônio Vieira acerca do Quinto Império, se lograva conceder à América um lugar central na História do cristianismo.<sup>387</sup>

Quanto a isso, a defesa da veracidade das histórias que declaravam a vinda primeira do apóstolo São Tomé como pregador da fé cristã entre os índios se estabelecia como ponto fundamental no pensamento elaborado pela Academia Brasílica dos Esquecidos. Tratava-se da primeira etapa de um processo cujo sucesso era projetado no futuro. Gonçalo Soares da Franca defendia esse ponto com firmeza, contrariando autores que duvidavam das pregações do apóstolo na América por serem muito fracos os sinais da fé entre os indígenas do Brasil e também entre os povos da América Espanhola. Defendia seu ponto afirmando que em poucos anos a cidade de Tânger passara do islamismo ao cristianismo, sem deixar "sinais, ou indícios de Mesquita"<sup>388</sup> e que, uma vez reconquistada pelos muçulmanos, se destruíram as Igrejas e os altares cristãos. Discutido o exemplo, indaga: "se pois em tão poucos anos faz tanta mudança a diferença das religiões como teria permanência a Lei de Cristo por tantos séculos, onde se não abraçou a doutrina evangélica".<sup>389</sup>

A recusa dos indígenas em seguir a religião pregada por São Tomé transformava a expansão portuguesa em uma segunda oportunidade para a redenção das almas americanas. Se a Providência Divina levara - anos antes - o apóstolo a pregar entre os povos do Novo Mundo, também enviava Portugal ao encontro desses, buscando a sua redenção. A identificação entre o Estado

---

<sup>387</sup> Ibid., p.219.

<sup>388</sup> Gonçalo Soares da Franca. *Dissertações da História Eclesiástica do Brasil que recitou na Academia Brasílica dos Esquecidos (1724)*. Op. Cit.,p. 268.

<sup>389</sup> Ibid.,p. 269.

português e a Igreja estabelecida, como vimos, por Antônio Vieira, permitia elaborar a história da América Portuguesa em termos da vocação apostólica de seus protagonistas. A missão de semear a palavra de Cristo, transferida dos apóstolos ao povo português tinha a América como principal palco. Em função dessa perspectiva acerca da História Universal,

freqüentemente, os sócios da Academia dos Esquecidos (1724) invocavam a alegoria da *translatio imperii* para transmitir a idéia de que a América poderia ser uma nova Roma cristianizada. Com efeito, a perspectiva providencialista dos historiadores brasílicos não significava uma rejeição aos pressupostos da Razão ilustrada, mas, pelo contrário, expressava uma atitude eclética diante dos novos paradigmas em formação no mundo europeu.<sup>390</sup>

Constituía-se, portanto, uma perspectiva intelectual articulada ao mesmo tempo com interesses portugueses e com particularidades americanas dentro desse império. Não estava em questão, por essa época, o sentimento de pertença ao Império Português, nem a submissão da colônia e de seus habitantes aos monarcas lusitanos. No entanto, o combate às visões negativas da América e a vontade política de valorizar o Novo Mundo e representá-lo em posição de protagonismo na história universal fizeram parte da cultura letrada brasílica que resultou na formação das agremiações letradas setecentistas.

### 4.3 JUSTIÇA E SOBERANIA

Nesta seção, trataremos de dois termos centrais para o estabelecimento da perspectiva luso-americana da geopolítica moderna. Os conceitos de soberania e justiça empregados nas *Dissertações Históricas* e na obra de Sebastião da Rocha Pita estiveram ao mesmo tempo relacionados com as visões proféticas da história e da monarquia portuguesa e com as transformações atinentes às relações diplomáticas na Era Moderna. As representações das territorialidades coloniais associaram, portanto, esses

---

<sup>390</sup> Iris Kantor. Do Dilúvio Universal à Pai Tomé: fundamentos teológico-políticos e mensuração do tempo na historiografia brasílica (1724-1759). *Cultura: revista de história e teoria das ideias*, v. 24, 2007, p. 186.

conceitos em torno das ideias de "região", "província", "domínio" e "invasão", entre outras que serão abordadas a partir das narrações elaboradas pelos acadêmicos brasílicos de episódios vinculados às conquistas e proteção dos domínios ao longo da história da América Portuguesa, em especial as tentativas de ocupação de partes do Brasil pelos franceses e holandeses.

\* \* \*

As territorialidades americanas, do ponto de vista dos eruditos componentes da Academia Brasílica dos Esquecidos, estiveram bastante influenciadas pelas visões proféticas do futuro, apoiadas em uma concepção de história a partir do providencialismo. As noções de soberania, conquista e domínio, nesse sentido, remetem às aproximações históricas entre Estado e Igreja, evidenciando a manutenção de justificativas teológico-políticas para a expansão territorial e para a soberania. Ao mesmo tempo, se pode perceber a emergência de categorias geopolíticas integradas às questões europeias modernas, como a ideia de equilíbrio entre as potências e a preocupação quanto à posse efetiva e documentada dos domínios.

O processo da expansão portuguesa, o qual culminou com a formação do sistema colonial, foi fortemente influenciado pelas visões de justiça, soberania e conquista referendadas pela Igreja Católica. As bulas expedidas pelos pontífices no contexto das guerras de reconquista e, posteriormente, de cruzadas dirigidas contra os povos islâmicos estabeleceram uma ligação necessária entre a expansão da fé e a ideia de conquista.<sup>391</sup>

Na obra de Sebastião da Rocha Pita, essas prerrogativas são abordadas com foco na ação do povo, mas em especial dos monarcas portugueses. Entre os juízos que estabelecia dos reis de Portugal, Rocha Pita frequentemente evocava o afincamento com que defendiam a fé católica. Tratando das primeiras iniciativas de povoar o Brasil, afirmou que D. João III (1502-1557) prezava sobretudo a paz e a religião, zelando

---

<sup>391</sup> Antonio Vasconcelos Saldanha. *Iustum Imperium: dos tratados como fundamento do império dos portugueses no oriente*. Op. Cit., p. 173-175.



na empresa, assim das terras como das almas do Brasil, e conseguiu ambos os triunfos, trazendo tantas ovelhas ao rebanho do universal pastor, como súditos ao jugo do seu domínio. Enviou juntos capitães e missionários, para que, ao passo que as colônias portuguesas, crescessem as searas evangélicas (...).<sup>392</sup>

O cuidado em defender as ações portuguesas enquanto evangelizadoras e civilizadoras remete às interpretações acerca das bulas pontifícias quanto aos direitos e deveres por elas definidos. Inicialmente, a doação de terras por meio de bulas era realizada pelos pontífices tendo a expansão da religião como causa. No entanto, ao longo do século XVI, a pregação passa a ser entendida nas doutrinas teológico-jurídicas não mais como causa, mas como objeto das doações pontifícias. A partir dessas interpretações, a aquisição de privilégios pelos monarcas cristãos dependia do exercício da evangelização nos territórios doados. Além disso, o critério para a definição da guerra justa era vinculado mais diretamente às barreiras criadas por outros povos para a prática missionária nas terras distribuídas pelos pontífices.<sup>393</sup> Dito em outras palavras, não se tratava de títulos garantindo domínios aos reinos que tinham bem servido os interesses da Igreja, mas de uma doação cuja contrapartida era evangelizar.

Em uma época na qual, como vimos, as bulas já eram contestadas por diversos autores estrangeiros e, em geral, não se podiam considerar como recursos para negociação em acordos entre as potências coloniais, a defesa dessas posições pelos membros da Academia dos Esquecidos resulta de sua vinculação ao paradigma historiográfico providencialista.

Seria possível argumentar em contrário, afirmando que o recurso às bulas papais surgia como argumento historiográfico, mais que jurídico, ou seja, voltado a compreender as ações segundo a lógica de seu tempo. Contudo, o foco na evangelização e na importância da Providência para a construção de uma sociedade cristã na América se mantém quando os assuntos tratados são mais contemporâneos da agremiação acadêmica. Na décima e última parcela da História da América Portuguesa de Rocha Pita, os relatos acerca de

---

<sup>392</sup> Sebastião da Rocha Pita. História da América Portuguesa. *Op. Cit.*, p. 39.

<sup>393</sup> Antonio Vasconcelos Saldanha. *Iustum Imperium: dos tratados como fundamento do império dos portugueses no oriente. Op. Cit.*, p. 173-175.

acontecimentos próximos à data em que se escrevia a obra continham a marca do discurso da Providência Divina, assim como dos fenômenos naturais como prenúncio. Uma tempestade e uma enchente foram interpretadas como acontecimentos ocasionados "por revolução do tempo, ou por aviso da Providência altíssima"<sup>394</sup>. A tempestade acontecida em dezenove de março de 1721 foi considerada como um sinal divino, tendo em vista ter chegado com trovoadas que causaram espanto, mas "lançando raios, a que a misericórdia de Deus tirou as forças para não causarem ruínas, pelo que se conheceu que vinham mais a trazer avisos que a fazer estragos".<sup>395</sup> Da mesma sorte, a enchente que se deu no mesmo ano em Santo Amaro foi considerada "outro espetáculo de maior espanto que ruína (posto que não deixou de causar alguma)".<sup>396</sup> A cheia dos rios deixara as casas destruídas, "porém não perdeu a vida neste dilúvio pessoa alguma, que foi especial favor de Deus".<sup>397</sup>

A conclusão tirada por Rocha Pita desses episódios aponta para a relação muito próxima entre os feitos do Estado português na América e os desígnios divinos. Os fenômenos naturais foram percebidos como mensagens, visto que não causaram grandes estragos e trouxeram consigo a possibilidade de salvação de problemas maiores. Essa solução se encontrava justamente na "cabeça" do Estado, na pessoa do Vice-Rei Vasco Fernandes César de Menezes.

Com brados semelhantes aos que experimentou nesta ocasião a Bahia, costuma Deus bater às portas dos corações humanos, para glória sua e bem das suas criaturas, regulando-nos os castigos pela sua misericórdia e não pela medida das nossas culpas, e abrindo-nos sempre caminhos para o remédio, por meio do arrependimento e dos instrumentos que nos põem em reparo dos nossos danos. Tal foi a providência com que permitiu que neste tempo, em que pelo curso dos sucessivos anos de mil e setecentos e vinte e dois e mil e setecentos e vinte três padeceram todas as províncias do Brasil uma geral e rigorosa seca, tivesse o governo do Estado o vice-rei cuja piedade, zelo e disposição foram o reparo desta calamidade.<sup>398</sup>

O recurso às explicações providencialistas se embasava, como vimos, na concepção de que o Estado português tinha por missão evangelizar os

<sup>394</sup> Sebastião da Rocha Pita. *História da América Portuguesa. Op. Cit.*, p. 278.

<sup>395</sup> *Ibid.*, p. 278.

<sup>396</sup> *Ibid.*, p. 279.

<sup>397</sup> *Ibid.*, p. 279.

<sup>398</sup> *Ibid.*, p. 279.

povos do mundo todo seguindo os preceitos da Igreja Católica. A união entre Estado e Igreja, reforçada pelo argumento das bulas pontifícias concedendo as terras africanas, asiáticas e europeias aos reis católicos, era uma questão de grande valor para os letrados da Academia Brasílica dos Esquecidos e, por consequência, as representações do Vice-Rei se mantiveram vinculadas à linguagem teológico-política. A chegada do Vice-Rei foi entendida como um ato pelo qual se abria a possibilidade de redenção dos pecados, e suas ações foram representadas em analogia à aplicação de remédios, a fim de "conseguir a saúde do corpo político desta república".<sup>399</sup>

A concepção de poder político e do fazer político aí inseridas também se relaciona com a concepção de soberania vinculada às escritas da Academia Brasílica dos Esquecidos. Nesse ponto se encontra, sobretudo, uma linha argumentativa capaz de fazer frente às demandas geradas pelos desenvolvimentos geopolíticos modernos sem, no entanto, abandonar a perspectiva religiosa e profética das políticas coloniais.

O conceito de soberania teve sua primeira sistematização realizada por Jean Bodin, mas sua existência data, pelo menos, do século XII, em obras que tratavam dos limites entre poder temporal e religioso.<sup>400</sup> Em *Os Seis Livros da República* (1576)<sup>401</sup>, Jean Bodin elabora o seu conceito de soberania enquanto atributo absoluto e perpétuo, sendo o principal fundamento do Estado Moderno. A inexistência de poderes superiores ou competentes frente ao Estado é fundamental nessa tese. Sendo o soberano um instrumento da vontade de Deus, somente à divindade ou à natureza - por sua vez de criação divina - deveria ele se submeter.<sup>402</sup>

Bodin remete sua teorização para duas ordens distintas: a ordem externa, estabelecendo os limites entre territórios, e a ordem interna, estabelecendo as relações de poder dentro do mesmo território. A soberania correspondia, portanto, a um poder ilimitado e totalmente livre de impedimentos ou contravenções dentro de determinado território, assim como a ausência de

---

<sup>399</sup> Ibid., p. 282-283.

<sup>400</sup> Marcelo Forneiro Machado. *A Evolução do Conceito de Soberania e a Análise de suas Problemáticas Interna e Externa*. Dissertação (Mestrado em Direito) - São Paulo: PUCSP, 2009.

<sup>401</sup> Jean Bodin. *Os Seis Livros da República* [1576]. São Paulo: Ícone, 2011.

<sup>402</sup> Cabe notar que, segundo o pensamento de Bodin, a dependência do soberano ao poder divino não o leva a submeter-se obrigatoriamente ao poder do Vaticano. Cf. Alberto Ribeiro de Barros. *A Teoria da Soberania de Jean Bodin*. São Paulo: Saraiva, 2000.

intervenção nesse território por parte de potências exteriores. O modelo de soberania externa absoluta, baseado nos estudos de Bodin, começou a ser aplicado desde o Tratado de Westfália. A partir de então, fundamentaram-se como princípios da diplomacia a territorialidade dos Estados e a autodeterminação dentro das fronteiras estabelecidas.<sup>403</sup>

Se, por um lado, Bodin não passou despercebido pelos teóricos portugueses, por outro temos que realçar a grande importância de uma tradição de pensamento associada à teologia na península ibérica, o que contribuiu para o desenvolvimento de diferenças no campo jurídico. Nas regiões mais influenciadas pelo catolicismo - em especial na Itália e na península ibérica -, se estabelece a perspectiva de propor uma revisão das diretrizes do Direito que, no entanto, trazia como diferença a inexistência do "caráter revolucionário, anti-histórico e antirreligioso"<sup>404</sup> presente em outras concepções.

A tradição tomista, com o objetivo de combater o maquiavelismo e o luteranismo na península ibérica, protagonizou a defesa da existência de uma lei natural que servisse como guia para vida política participou na formação de um modelo de Estado que integrava o catolicismo e a política secular.<sup>405</sup> No pensamento político da Contra-Reforma tiveram grande expressão as obras de Giovanni Botero Benese<sup>406</sup> acerca de sua teoria da Razão de Estado, sendo amplamente difundidas.

Para Botero, não deviam ser toleradas atitudes dos governantes quando fossem contrárias aos princípios da razão. Trata-se de uma noção de razão universalizada, portanto, inerente à humanidade. Nessa tentativa de limitar a ação política ao âmbito da razão, excluem-se critérios e princípios que fossem contrapostos à "boa razão de estado", diferenciando esta da "má razão de estado". Contra Maquiavel, Botero alega que não são incompatíveis os interesses do Estado com a espiritualidade humana. O Estado passa a ser

---

<sup>403</sup> Álvaro Osório do Valle Simeão. Soberania, Constitucionalismo e Mundialização do Direito. *Jus Navegandi*, Teresina, ano 13, n. 6, jul. 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/11403>> Acesso em 15 de janeiro de 2015.

<sup>404</sup> Mário Julio de Almeida Costa. *História do Direito Português*. São Paulo: Almedina, 2010. p. 361.

<sup>405</sup> Quentin Skinner. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

<sup>406</sup> João Botero. *Da Razão de Estado* [1589]. Coimbra: INIC, 1992.

entendido enquanto meio de garantir a existência da fé, ao mesmo tempo em que a religião pôde ser entendida enquanto meio de manutenção do poder.<sup>407</sup>

É importante destacar, no entanto, que Botero também desenvolve uma crítica à tese corrente nos países protestantes de que o monarca se estabelece por direito divino. O governante seria estabelecido a partir da transferência do poder do povo para a figura do monarca, não por uma dádiva de Deus. Nesse sentido, o rei não deveria encontrar nenhum impedimento nas leis humanas para o seu governo, mas deveria respeitar as leis naturais para que seu governo não caísse no estado de tirania. Assim, o que define a soberania em Botero é a submissão da vontade do povo ao monarca, sem que esse encontre qualquer impedimento humano ao seu domínio.

O *Vocabulário Portuguez & Latino*, de Raphael Bluteau, define que a soberania não surge como característica divisível ou passível de ser compartilhada. O vocábulo "soberano" é definido em apenas uma palavra: independente. A essa definição segue: "Príncipe Soberano. O que não depende de outra potência humana".<sup>408</sup> Percebe-se, além disso, que a soberania não está, nessa definição, tão diretamente associada à existência de um território quanto à inexistência de limites à vontade. Destaca-se dessa definição, além disso, a importância da teologia na política portuguesa desse período: Bluteau enfatiza a independência de potências *humanas*, deixando subentendida a submissão ao poder divino.

No *Tratado Político*, Rocha Pita visa defender a declaração de guerra feita por Portugal a Castela, em auxílio de Carlos III da Áustria como uma ação justa e correta. A obra é dividida em três discursos, sendo que os dois primeiros são elaborados de maneira a dar suporte argumentativo ao último.<sup>409</sup> O texto representa uma situação bastante interessante, visto que se trata de um letrado do continente americano analisando uma situação política desenvolvida no continente europeu. Tal situação é apontada, no prólogo da obra, como uma complicação devido à dificuldade de ter certeza acerca das notícias recebidas:

---

<sup>407</sup> Diogo Pires Aurélio. Antinomias da Razão de Estado. In: António Bento. *Razão de Estado e Democracia*. São Paulo: Almedina, 2012.

<sup>408</sup> Raphael Bluteau. *Vocabulário Portuguez & Latino*. Op. Cit., V. 7. p. 670.

<sup>409</sup> Eduardo Sinkevisque. Breve Relação Sobre o Tratado Político (1715) de Sebastião da Rocha Pita ou Uma Notícia Dividida em Quatro Anatomias. *Estudos Portugueses e Africanos*. Campinas, p. 59-80, Jun./Dez. 2000.

Ajuizando em os primeiros dois discursos desta obra das coisas presentes pelo exemplo das coisas passadas e discorrendo no outro pela notícia do estado em que se achavam os negócios militares e políticos no tempo em que o escrevia, que, suposto que alcançada de informações verossímeis, sempre estas chegam turvas e confusas a quem como eu vive tão distante da fontes donde emanaram.<sup>410</sup>

A distância entre as diversas partes do Império, portanto, é apontada como um fator que complica as comunicações e mesmo a interpretação dos eventos políticos europeus. Analisando o excerto acima sob essa chave, podemos inferir que a governabilidade ultramarina, como afirmou Lauren Benton, esteve atravessada por fatores que promoveram variações nas formas adotadas pelas políticas.<sup>411</sup>

Além disso, verifica-se outra questão no mesmo excerto. A temporalidade do discurso, seguindo a lógica aristotélica, se pauta no exemplo das coisas passadas como sustentáculo da argumentação para a compreensão do presente.<sup>412</sup> Nesse sentido, Sinkevisque<sup>413</sup> acrescenta que essa "prosa histórica" se desenvolve em relação a outras histórias que utilizaram os mesmos exemplos a fim de obter uma eficácia persuasiva. A seleção de eventos capazes de exemplificar um argumento a partir de histórias escritas anteriormente definia-se, portanto, como uma prática letrada comum e, ao longo do tempo, foi capaz de dar origem a representações compreendidas apesar das diferenças entre diversas partes do Império, visto que pautadas no mesmo modelo. Quanto a isso, observemos as seguintes passagens, sendo a primeira do piemontês Giovanni Botero:

Nobilíssima maneira de manter o inimigo afastado da nossa casa e de nos defendermos dos seus ataques é anteciparmo-nos, levando a guerra para a casa dele, pois quem vê em perigo as suas coisas deixa facilmente em paz as alheias.<sup>414</sup>

<sup>410</sup> Sebastião da Rocha Pita . *Tratado Político. Op. Cit.*, p.39.

<sup>411</sup> Lauren Benton. *A search for sovereignty. Op. Cit.* p. 1-39.

<sup>412</sup> Quanto aos usos dos exemplos, Aristóteles afirma que é deles dependente a apresentação das provas que garantem a validade dos argumentos. Os exemplos podem ter o valor de indução, quando apresentados antes do epílogo, ou de persuasão quando apresentados após o epílogo. Cf. Aristóteles. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2006.

<sup>413</sup> Eduardo Sinkevisque,. *Breve Relação Sobre o Tratado Político (1715) de Sebastião da Rocha Pita. Op. Cit.*, p. 59-80.

<sup>414</sup> João Botero. *Da Razão de Estado. Op. Cit.*, p. 127.

A segunda passagem é do mesmo *Tratado Político*, de autoria de Sebastião da Rocha Pita:

Saindo os portugueses fora do seu terreno, os vão buscar a Castela, e o interesse de não esperar guerra em casa, levando-a fora, é tão conhecido que os romanos, caindo no erro que tinham cometido em deixar entrar Aníbal em Itália, mandaram à África Cipião, árbitro em que constituiu a saúde da república.<sup>415</sup>

Observa-se que se faz o uso, no *Tratado Político*, da mesma tópica utilizada por Botero para tratar da razão de Estado. A justificação da declaração de guerra de Portugal à Espanha elaborada por Rocha Pita está embasada fortemente, portanto, nas teorias do piemontês.

Além disso, os excertos acima tratam de uma questão de política externa importantíssima para a definição do conceito de soberania aí inserido. A ação portuguesa está justificada sob a premissa de que o aumento do poderio espanhol significava um perigo à existência soberana de Portugal e também dos outros reinos europeus. Nesse ponto, a Razão de Estado permitiria o apelo ao esforço bélico, sendo necessário para a garantia do equilíbrio natural entre os povos, o que configurava essa ação como uma iniciativa de guerra justa.

A concepção de guerra justa, conforme discutida no segundo capítulo desta dissertação, pode ser considerada como uma das noções centrais que sustentam a obra dos letrados da Academia dos Esquecidos. Para Rocha Pita, a guerra justa pode ser definida como aquela que é empreendida pelo amor a Deus e "contra os blasfemos de seu santo nome"<sup>416</sup>. No entanto, outros motivos são somados a essa definição no decorrer do *Tratado Político*.

Será mais gloriosa aquela [guerra] que se empreende por cousas precisas, qual é a que de presente fazemos. É discorrendo pelos motivos notórios bastantes a todo o nosso empenho e rompimento, a dous pontos terminarei a conclusão do meu discurso, que são o justo temor que se deve ter do aumento e opulência dos vizinhos e a generosa ação de restituir a um príncipe amigo, católico e parente a um reino que por tantos títulos lhe pertence.<sup>417</sup>

<sup>415</sup> Sebastião da Rocha Pita. *Tratado Político. Op. Cit.*, p. 69.

<sup>416</sup> *Ibid.*, p. 54.

<sup>417</sup> *Ibid.*, p. 67.

As causas religiosas para as guerras são privilegiadas quando empreendidas contra opositores externos à cristandade, como no caso dos indígenas frequentemente combatidos no movimento de expansão do Império Português, relatado na *História da América Portuguesa*. No entanto, mesmo nos reinos cristãos, as causas religiosas são apontadas como argumentos a partir da projeção do futuro por meio, de um lado, da Providência Divina e, de outro, do equilíbrio "natural" dos poderes humanos. Em especial quanto a esse equilíbrio, o *Tratado Político* relaciona a forma de funcionamento da natureza, enquanto criação divina, com o balanceamento dos poderes humanos. Apenas a Providência Divina teria condições de perenizar a existência de uma monarquia maior e mais poderosa que as outras. Por natureza, os Estados mais poderosos em relação aos outros atrairiam a inveja dos adversários ou padeceriam em função da dificuldade de manter um aparato administrativo muito pesado.<sup>418</sup>

A noção de equilíbrio entre as potências é bastante marcada no relato construído por Rocha Pita na *História da América Portuguesa* para falar das investidas holandesas sobre o nordeste do Brasil. Quanto aos ataques realizados durante o período da União Ibérica, o letrado afirma que

da tempestade que naquele tempo contra a monarquia de Espanha concitavam os Holandeses, fazendo sinais em outras partes, vieram a cair os raios no Brasil. As altas ondas que levanta enfurecido o mar, não causam ruína onde ameaçam, senão onde batem. As armas que naquela ocasião se estavam forjando nas oficinas béglicas, faziam perto a pontaria, e vinham a dar longe os golpes. Achava-se a Companhia Oriental formada nos seus Estados, abundante em cabedais com a navegação e conquistas das nossas praças da Ásia; e agora se animavam a invadir e conquistar outras em ambas as Américas, formando para esta nova empresa nova Companhia com o nome de Ocidental, não sem contrariedade entre os mesmos interessados, dos quais votaram alguns não terem poder para sustentar tantas armadas em regiões tão distantes.<sup>419</sup>

A evocação da discordância entre os holandeses quanto à possibilidade de expandir seus domínios e negócios para a América remonta à questão do equilíbrio interno de uma monarquia e também à balança europeia de poderes. No entendimento de Rocha Pita, a visão mais prudente e racional entre os

---

<sup>418</sup> *Ibid.*, p. 43-50.

<sup>419</sup> Sebastião da Rocha Pita. *História da América Portuguesa. Op. Cit.*, p. 107.



holandeses foi vencida em nome da cobiça, ou seja, a falta de razão levava ao domínio de um sentimento identificado como pecado.

Diziam que de se empreenderem outras conquistas se seguia o faltas às primeiras com as naus e os socorros precisos à conservação e aumento delas; que as suas forças juntas podiam permanecer triunfantes, e desunidas ser desbaratadas; mas pelos votos contrários foi vencida a razão da cobiça lisonjeada da fortuna: mostravam que os maiores interesses que podiam conseguir, tinham no Brasil e na Nova Espanha, e que em ambas estas regiões do Novo Mundo, tão opulento e rico, dariam a Filipe rei católico, monarca de tanto império (cujo poder lhes era sempre formidável) os golpes com que mais o podiam arruinar.<sup>420</sup>

A expansão para além da capacidade de manutenção do Estado era entendida como um risco muito grave. A única exceção a esta regra, no discurso de Rocha Pita, está em Portugal, o qual com poucas pessoas e recursos pôde investir em conquistas em todos os continentes até então conhecidos, povoando com sua gente a América quando não podia descuidar de reforços na Ásia e na África.<sup>421</sup> Nesse caso, se entendia que o equilíbrio era retomado por ter a Providência Divina como contrapeso. Além disso, a motivação para a expansão por parte dos portugueses identificada nos discursos da Academia Brasílica dos Esquecidos não é a cobiça, mas a vontade de salvar almas. Ademais, o uso do termo "invasão" no texto de Sebastião da Rocha Pita remete à violência, mas também à injustiça do ato holandês. Segundo Raphael Bluteau, "invasor" era definido como "aquelle, que invadio, ou se apoderou de alguma cousa injustamente, ou por força".<sup>422</sup> A isso se soma a caracterização dos holandeses como inimigos poderosos, em tudo muito valorosos, "só infelizes em haver deixado a nossa verdadeira religião católica romana, e escurecido com a falsa doutrina de Calvino e Lutero as esclarecidas ações de sua nação".<sup>423</sup>

A religião era apresentada, portanto, como um caminho para chegar às ações mais razoáveis. A vitória sobre os holandeses foi representada como uma vitória de um povo católico sobre protestantes invasores. No entanto, não só os estrangeiros eram vistos como responsáveis pelas perdas de território e

<sup>420</sup> Ibid., p. 107.

<sup>421</sup> Ibid., p. 38.

<sup>422</sup> Raphael Bluteau. Vocabulário Português, & Latino. *Op. Cit.*, v. 4, p. 181.

<sup>423</sup> Sebastião da Rocha Pita, História da América Portuguesa. *Op. Cit.*, p. 110.

gente na Bahia e em Pernambuco. A população baiana foi reprovada por Rocha Pita por ter desertado e permitido a invasão sem resistência:

Não souberam obrar os moradores da Bahia pela sua nação o que Sagunto pela romana, e Numância pela cartaginesa; sem lhes abrirem brechas nos muros, nem perderem vidas (pelas salvar nos bosques) desampararam a cidade, podendo defendê-la. Pouco lhes deveu a pátria, pois a deixaram na sujeição estranha; muito as muralhas, pois lhes quiseram poupar as pedras, cujas ruínas poderiam ser os melhores epitáfios do seu valor; mas como o tinham sepultado ou injuriado nos peitos, não cuidaram de o trasladar ao mármore; posto que depois (como mostrará a história) o que não obraram na cidade, fizeram na campanha, impedindo aos inimigos continuar por ela os seus progressos; arrependimento que ainda que veio pronto à satisfação da culpa, os não pode livrar da injúria do pecado.<sup>424</sup>

Em geral, as derrotas ou complicações portuguesas em seus domínios da América foram associadas com a ideia de pecado. Exemplo disso foi o não cumprimento dos deveres militares pelos habitantes da Bahia. Também cabe destacar que a personalidade do rei de Castela, Filipe IV (1605-1665), que comandava a União Ibérica quando da invasão no nordeste do Brasil, foi considerada a causa primeira dos ataques holandeses.

Achava-se com a posse e governo de dois mundos desde o ano de mil e seiscentos e vinte e um el-rei Filipe IV em Castela e terceiro em Portugal, a quem a lisonja e a vaidade fez com que sobre o título de Católico (que tanto prezavam os reis seus antecessores) tomasse o de Grande, ao mesmo tempo em que por vários casos adversos a grandeza que acrescentava ao seu nome, ia perdendo a sua monarquia, com sentimento contrário ao de Octaviano Augusto, que entrando no domínio de quase todo o âmbito da terra, não quis que lhe chamassem senhor. Porém ao real ânimo de Filipe pareciam curtas as maiores ostentações de império, e com a mesma fantasia não supunha que haveria quem desse golpe penetrante nos seus domínios, senão quando eles já os sentiam no coração.<sup>425</sup>

Da mesma sorte que o rei ibérico, a vontade de grandeza e a cobiça teriam criado empecilhos à continuidade da hegemonia de Pernambuco sobre as demais regiões do Brasil. Segundo os relatos componentes da *História da América Portuguesa*, os pernambucanos viviam "tão esquecidos da modéstia, que não seguiam outras leis que as da vontade, com escândalo da justiça, cometendo muitos delitos, em que por se ostentarem mais famosos no poder,

---

<sup>424</sup> *Ibid.*, p. 112.

<sup>425</sup> *Ibid.*, p. 108.

pareciam menos observantes na religião".<sup>426</sup> Em função dos pecados cometidos, o rei perdia territórios e os pernambucanos perdiam sua riqueza, ficando sujeitos à vontade dos estrangeiros por vinte e quatro anos "sendo agora castigados da altíssima Providência, que dispôs serem tratados como escravos os que tanta jactâncias faziam de ser senhores".<sup>427</sup> Além disso, o atraso na chegada de reforços para defender a Capitania, assim como a falta de sucesso dos exércitos ibero-americanos para conter os inimigos, foi descrito como derivado da punição aplicada por Deus. Da mesma forma, as vitórias contra os inimigos e sua expulsão de Pernambuco foram explicadas como garantidas pela Providência Divina. Afirmou Rocha Pita que o mestre de campo general Francisco Barreto de Meneses (1616-1688) "ordenou que nas igrejas e conventos de Pernambuco se dessem por esta vitória graças a Deus, verdadeiro senhor dos exércitos".<sup>428</sup>

A Portugal interessava documentar a ocupação, o povoamento e a defesa dos domínios americanos que clamava por seus. Além da referência frequente à fundação de cidades, vilas, paróquias, fortificações e missões, importava relatar as invasões estrangeiras de modo a minimizar as dificuldades impostas pelo tamanho do Reino português em ocupar e proteger plenamente a sua parcela do continente americano. Assim, a guerra contra os holandeses foi caracterizada como evento ocasionado principalmente pela desatenção do rei de Castela, posto que os pernambucanos e baianos tivessem também sua parcela de culpa pelo sucesso dos inimigos.

Outro relato bastante focado pelos membros da Academia Brasileira dos Esquecidos foi o das investidas francesas sobre o Rio de Janeiro. Sebastião da Rocha Pita referiu a necessária divisão de pessoas e recursos portugueses para se ocupar de tantos e tão distantes territórios: "principiamos estas conquistas com poder inferior ao que requeria tão grande empresa, não podendo ao mesmo tempo acudir a tantas e tão distantes partes, quantas compreende a nossa vastíssima região".<sup>429</sup> À diferença de quando falou da iniciativa dos holandeses em criar a Companhia das Índias Ocidentais, o letrado não relacionou a iniciativa portuguesa com nenhuma forma de cobiça

---

<sup>426</sup> *Ibid.*, p. 119.

<sup>427</sup> *Ibid.*, p. 126.

<sup>428</sup> *Ibid.*, p. 156.

<sup>429</sup> *Ibid.*, p. 82.

ou exagero. Os franceses, por outro lado eram representados como aqueles "que não sabem perder passo em adiantarem a glória da sua nação e o interesse do seu comércio".<sup>430</sup> Inácio Barbosa Machado afirma também que "deu ocasião a esta guerra o natural desejo de ações grandes, que é próprio da belicosíssima nação Francesa".<sup>431</sup> Rocha Pita lista uma série de conflitos que se passaram já nos primeiros anos de povoamento da América, sublinhando a expulsão dos franceses de diversas regiões do Brasil, como a barra do rio Paraguaçu, a Paraíba, Pernambuco, Cabo Frio, o Rio de Janeiro e "a ilha de São Luís do Maranhão, onde comercializavam com as muitas e várias nações que habitavam aquele Estado".<sup>432</sup>

Tanto na obra de Sebastião da Rocha Pita quanto nas *Dissertações Históricas* da Academia Brasílica dos Esquecidos, a trama do conflito contra os franceses se centrou em duas personalidades psicologicamente contrárias: pelo lado português, Mem de Sá (1500-1572), e pelo lado francês Nicolas Durand de Villegagnon (1515-1571).

Villegagnon é descrito com os seguintes atributos: "cavaleiro do hábito de S. João do Hospital, belicoso por natureza e por religião".<sup>433</sup> Além disso, era também "estimulado da cobiça ou do valor"<sup>434</sup> quando navegava nas proximidades do Brasil e chegou a Cabo Frio, encontrando indígenas que lhe forneceram pau-brasil. Isso "bastara a recompensar-lhe as despesas da viagem, a não ser o fim dela ordenado a mais relevantes interesses e empresas. Soube que os gentios que habitavam a enseada do Rio de Janeiro estavam em rija e porfiada guerra com os Portugueses moradores em a vila de Santos e na de S. Vicente, que então tinha o domínio de todas as nossas povoações do sul".<sup>435</sup> Depois disso, juntou forças para sua investida, pois "seu ânimo o estimulava a empresas grandes, e sua ambição a não pequenas conveniências",<sup>436</sup> e adentrou a enseada prometendo aos indígenas uma aliança contra os portugueses, na tentativa de os expulsar da região. Então Villegagnon pôde estabelecer-se na região com a ajuda dos índios, "menos

---

<sup>430</sup> *Ibid.*, p. 82.

<sup>431</sup> Inácio Barbosa Machado. Os Exercícios de Marte Nova Escola de Belona Guerra Brasílica. *Op. Cit.*, p. cxxix.

<sup>432</sup> Sebastião da Rocha Pita. História da América Portuguesa. *Op. Cit.*, p. 83.

<sup>433</sup> *Ibid.*, p. 83.

<sup>434</sup> *Ibid.*, p. 83.

<sup>435</sup> *Ibid.*, p. 83.

<sup>436</sup> *Ibid.*, p. 83.

bárbaros com o seu trato, posto que pela sua natureza mais indômitos que todos os do Brasil".<sup>437</sup>

Mem de Sá, por outro lado, foi representado como um herói zeloso por Portugal e também pela religião. Segundo Inácio Barbosa Machado, se tratava de um homem a cuja "nobilíssima ascendência alto nascimento responderam suas ações. Igualmente Religioso, e Soldado aos ascendentes serviu de glória, aos sucessos exemplar".<sup>438</sup> Rocha Pita o caracterizou como um comandante corajoso, visto que estava ciente da debilidade das forças portuguesas na América e do poder de seus inimigos,

porém não podendo Mendo de Sá reprimir o valor, nem perdoar a injúria que recebia a nação portuguesa na dissimulação de uma ofensa, que já tocava mais na honra que no interesse da monarquia, determinou ir logo contra eles com o exército, naus e militar aparato que lhe fosse possível ajuntar.<sup>439</sup>

Em ambos os relatos, a vitória portuguesa é atribuída às capacidades do governador-geral em inspirar seus soldados e servir como exemplo. "Sem dúvida que perdera qualquer nação que tivesse o menor brio que a Portuguesa levantar o sítio, e qualquer General desconfiar da Vitória que não fosse um Mem de Sá",<sup>440</sup> afirmava Inácio Barbosa Machado, unindo a caracterização positiva do governante à representação do povo português como dotado de valores excepcionais na religião e nas armas. A atribuição da expulsão dos franceses do litoral do Rio de Janeiro às habilidades de Mem de Sá é, por extensão, sua atribuição ao valor do povo luso-americano. No herói dos relatos apresentados pelos acadêmicos esquecidos se encontravam as mesmas virtudes portuguesas, posto que muito mais acentuadas.

Ao escrever sobre essa invasão francesa, Inácio Barbosa Machado concluiu que "venceu finalmente a razão, e a justiça, porque mortalmente de sangrados os inimigos foram deixando o lugar que defendiam, e os Portugueses ocupando-o como prêmio que eles perdiam, já por

---

<sup>437</sup> Ibid., p. 83.

<sup>438</sup> Inácio Barbosa Machado. Os Exercícios de Marte Nova Escola de Belona Guerra Brasílica. *Op. Cit.*, p. cxxviii

<sup>439</sup> Sebastião da Rocha Pita. História da América Portuguesa. *Op. Cit.* p. 83.

<sup>440</sup> Inácio Barbosa Machado. Os Exercícios de Marte Nova Escola de Belona Guerra Brasílica. *Op. Cit.*, p. cxxxiv

destruções".<sup>441</sup> Nesse ponto, a representação historiográfica atrela o conceito de razão ao de justiça. Também Raphael Bluteau conceituava a justiça como "razão. Equidade. (...) A bondade, & a justiça de huma causa. (...) O sucesso da guerra, como juiz recto, deu a victoria ao povo, que tinha a justiça por si".<sup>442</sup> Associadas à questão do bem e do mal, as ideias de justiça, razão e equilíbrio foram articuladas de modo a justificar o domínio português da América não só por meio dos embasamentos teológico-políticos, que constituíam parte considerável dos argumentos empregados, mas também da aproximação dessas categorias com as práticas intelectuais e diplomáticas correntes na Era Moderna.

---

<sup>441</sup> Inácio Barbosa Machado. *Os Exercícios de Marte Nova Escola de Belona Guerra Brasílica*. *Op. Cit.*, p. cxxxv.

<sup>442</sup> Raphael Bluteau. *Vocabulário Português, & Latino Op. Cit.* v. 4, p. 232-233.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A GEOPOLÍTICA E A CULTURA HISTORIOGRÁFICA LUSO-AMERICANA

O término formal de uma investigação comumente coincide com a constatação de muitas possibilidades para desdobramentos do estudo. Novas perspectivas emergem das leituras e análises realizadas, e antigas questões assumem outras conotações.

A produção do conhecimento histórico é complexa e tem como marca sua própria historicidade. Isso leva a um contínuo diálogo com a escrita, a partir da qual se deve considerar os diferentes círculos de produção da história, os interesses e as tensões que os marcaram, tendo em vista suas dinâmicas e estratégias. Ou seja, o contato com o conhecimento histórico produzido leva a um contínuo repensar das representações construídas em cada contexto.<sup>443</sup>

Os séculos XVII e XVIII estiveram marcados pela mudança nos paradigmas geopolíticos, mas também por transformações epistêmicas profundas. A culminância do processo expansionista europeu levou, ao mesmo tempo, às necessidades de repensar as estruturas sociais e políticas que garantiam a existência dos impérios e de discutir categorias e significados há muito enraizados no pensamento europeu. Tendo em vista a complexidade do período em que se desenvolveu a cultura historiográfica luso-americana setecentista, problematizar as territorialidades e as práticas geopolíticas inseridas no projeto historiográfico da Academia Brasileira dos Esquecidos evoca uma grande quantidade de questionamentos. Tentamos desenvolver alguns deles nesta dissertação sem, no entanto, ter a audácia de buscar o

---

<sup>443</sup> Jurandir Malerba. Teoria e História da Historiografia. In: Jurandir Malerba (org.). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 15.

esgotamento da temática, considerando a riqueza das *Dissertações Históricas* e também da *História da América Portuguesa*, obras aqui abordadas.

As obras analisadas estiveram inseridas nesse contexto a partir de um viés pouco visibilizado em sua época. A América foi, por muitas vezes, assunto de cronistas, viajantes e filósofos. No entanto, foram raros os momentos em que se promoveu, de maneira organizada, o estabelecimento de representações do Novo Mundo elaboradas por letrados provenientes da América.

A instituição da Academia Brasílica dos Esquecidos significou mais que um passo na direção do estabelecimento de uma cultura letrada no Brasil setecentista. Simbolizava, sobretudo, a importância que atribuíam à América os portugueses, ao transformarem Salvador em um foco das Luzes dentro do Império ultramarino. Tendo isso em vista, a concepção do espaço colonial como dotado de diversas particularidades não exclui a participação do elemento europeu na construção do imaginário e das simbolizações acerca da América. Nesse processo, o continente americano não só foi objeto do conhecimento do público letrado do Velho Mundo, como transformou as concepções enraizadas na cultura europeia. Ao mesmo tempo, se originava um ponto de vista colonial dotado de diversas especificidades, posto que tributário às suas raízes além-mar.

A fim de bem compreender a pertinência da cultura das Luzes em solo americano, faz-se necessário, portanto, o rompimento com as noções tradicionais de centro e periferia. O Iluminismo, enquanto um processo multinuclear, multifacetado e dinâmico, encontrou diversas expressões em cada um de seus períodos e, especialmente, em cada região onde se desenvolveu.

A Academia Brasílica dos Esquecidos se inseriu nesse contexto pela produção coletiva do conhecimento, a qual não excluiu o debate acadêmico, nem a dúvida. A prática de *dissertar* abria espaços muito mais amplos que a simples narração dos fatos passados: tratava-se de discutir conceitos, ideias e ações a fim de formar um juízo compartilhado sobre a história brasílica.

Entre uma visão da história como profecia e uma concepção do pensamento apoiado em noções de crítica, de razão e de verdade, os letrados da Academia Brasílica dos Esquecidos representaram o Império Português em



sua extensão e nas suas dificuldades, com viés particular. A memória, representada de forma estratégica pelos letrados brasílicos, se constituiu em objeto de política e de afirmação cultural. A partir da escrita de obras historiográficas, foi possível tecer territorialidades e exercer influência na disputa pelo imaginário referente ao Novo Mundo. Assim, dentro do processo de modernização das estruturas políticas e sociais portuguesas, as obras analisadas nesta dissertação ocuparam um lugar de importância ao estabelecer o viés da elite colonial nas ideias discutidas no Reino.

O trabalho aqui desenvolvido apontou a riqueza e a dinamicidade do período estudado, num contexto de transformações nos modos de viver e pensar o mundo. Nele se revela a complexidade do conhecimento histórico então produzido e a diversidade de articulações possíveis no processo de investigação sobre o tema. Dentre essas, destacam-se as interfaces entre projetos políticos e movimentos intelectuais, entre historiografia e diplomacia e entre tempo e espaço, por exemplo.

Também é relevante ressaltar a interface entre memória e conhecimento geográfico. Nessa ótica, tempo e espaço se imbricam e influenciam maneiras peculiares de interpretar e pensar a realidade. Como decorrência, a análise das fontes evidenciou a construção de representações sociais ancoradas nas necessidades políticas do Reino. Tais representações integraram a produção de uma história oficial das conquistas lusitanas. Assim, concomitante à produção de uma história das conquistas ultramarinas portuguesas, constituiu-se o registro peculiar da construção de um lócus historiográfico no continente americano. Desse modo, ampliaram-se as possibilidades de interlocução sobre as práticas historiográficas. É cada vez mais visível a necessidade de estudos aprofundados no intuito de delimitar de maneira mais precisa a influência do conhecimento produzido pelas academias letradas nos direcionamentos políticos adotados em Portugal e no Brasil. O presente estudo insere-se neste processo e associa-se ao desafio de interrogar os escritos produzidos acerca do tema.

## FONTES

ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2006.

BLUTEAU, Raphel. *Vocabulário Portuguez e Latino*. 10 volumes. Vol. I ao IV. Coimbra: Cellegio das Artes da Companhia de Jesus. 1712-1713; vol. V ao VIII. Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, 1716-1721; Suplemento, parte I. Lisboa: Oficina de José António da Silva, 1727; Suplemento, parte II. Lisboa: Patriarcal Oficina de Música, 1728.

BODIN, Jean. *Os Seis Livros da República* [1576]. São Paulo: Ícone, 2011.

BOTERO, João. *Da Razão de Estado* [1589]. Coimbra: INIC, 1992.

D'ALEMBERT, Jean le Rond. *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. v. 5. [1755] Chicago: University of Chicago / ARTFL Encyclopédie Project, 2013. Disponível em: { <http://encyclopedie.uchicago.edu/> }. Acesso em 14/02/2015.

FIGUEIREDO, Caetano de Brito e. "Dissertações acadêmicas e históricas, nas quais se trata da história natural das coisas do Brasil". [1724] In: CASTELLO, José Aderaldo. *O Movimento Academicista no Brasil*, v. 1, t. 5. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969.

FRANCA, Gonçalo Soares da. "Dissertações da História Eclesiástica do Brasil que recitou na Academia Brasílica dos Esquecidos" [1724]. In: CASTELO, José Aderaldo. *O Movimento Academicista no Brasil*. Vol.I, tomo 5. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969.

GAMA, Luís Siqueira da. "Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil". [1724] In: CASTELLO, José Aderaldo. *O Movimento Academicista no Brasil*, v. 1, t. 5. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969.

GROTIUS, Hugo. *The Free Sea*. [1609]. Indianapolis: Liberty Fund, 2004. Disponível em: <[Http://oll.libertyfund.org/titles/859](http://oll.libertyfund.org/titles/859)>. Acesso em: fev. 2014.

MACHADO, Inácio Barbosa. *Exercícios de Marte Nova Escola de Belona Guerra Brasílica* [1724]. In: MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. A

*Academia brasílica dos Esquecidos e as práticas de escrita no Brasil colonial.* Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo, 1999.

MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra. A vida de Castruccio Castracani. Belfagor, o arquidiabo. O príncipe.* [1512-1520] 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

MASCARENHAS, André de Figueiredo. "Ao Excelentíssimo Senhor Vasco Fernandes César de Meneses Vice-Rei do Estado do Brasil que a exemplos de El-Rei nosso Senhor, que antes fundara em Portugal a Real Academia fundou agora na côrte da Bahia a Academia Brasílica dos Esquecidos, de que é Protetor". IN: CASTELLO, José Aderaldo. *O Movimento Academicista no Brasil*, v. 1, t. 5. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969. p.50.

PITA, Sebastião da Rocha. Oração do Acadêmico Vago Sebastião da Rocha Pita Presidindo na Academia Brasílica. [1724] In: CASTELLO, José Aderaldo. *O Movimento Academicista no Brasil, 1641-1820-22.* v. 1, tomo 1, p. 134-135. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1969 .

PITA, Sebastião da Rocha. *Tratado Político* [1715]. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972.

PITA, Sebastião da Rocha. História da América Portuguesa [1724]. Brasília: Edições do Senado Federal - Volume 157, 2011.

PORTUGAL. Tratado de Paz entre o Senhor Rei D. João V, e D. Filippe V, Rei de Hespanha, feito em Utrecht a 6 de fevereiro de 1715. In: CONCEIÇÃO, Claudio da. *Gabinete Histórico.* Tomo VI: desde 1710 até 1717. Lisboa: Impressão Régia, 1820.

SOUSA, D. Manuel Caetano de. *Dissertação da verdadeira inteligência da extensão de terra que significa pela palavra território.* (BNP. Res. Mss. COD. 3301 – Dissertação da verdadeira inteligência da extensão de terra que significa pela palavra território. [c. 1720]). *Apud:* KANTOR, Iris. Soberania e territorialidade colonial: Academia Real de História Portuguesa e a América Portuguesa (1720). In: DORÉ, Andrea; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). *Temas Setecentistas: governos e populações no império português.* Curitiba: UFPR, 2009, v. 1. p. 237.

TOMÁS de Aquino. "Do reino ou do governo dos príncipes ao Rei de Chipre" [1267-1272]. In: *Escritos Políticos de Santo Tomás de Aquino.* Petrópolis: Vozes, 1995.

TOMÁS de Aquino. *Suma de Teología.* LXXV, IV. [1265-1273] Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001.

VIEIRA, Antonio. *História do Futuro.* Livro Antepimeiro. Prologomeno a toda a história do Futuro, em que se declaro o fim, & se provaõ os fundamentos della. Materia, Verdade, & Utilidades da História do Futuro. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1718.

VIEIRA, Antonio. Sermão de Santo Antônio, In: Alcir Pécora (Org.). Sermões Padre Antônio Vieira. Tomo I, São Paulo: Hedras, 2000., p. 277-293.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. "Bicho Solto: natureza, espaços e história na transição da modernidade para a pós-modernidade" In: *Nos Destinos de Fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.

ALMEIDA, Luiz Ferrand de. A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha. Dissertação de Doutorado em História. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, p. 145-151, 1995.

ANDRADE, António Alberto Banha de. *Vernei e a Cultura de seu Tempo*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1966.

ANDREAZZA, Maria Luiza. Dominium, terras e vassalagem na América Portuguesa, in: DORÉ, Andrea Carla; SILVA, Luiza Geraldo; SILVÉRIO, Luis Felipe (Orgs.). *Facetas do Império na História: conceitos e métodos*. São Paulo: HUCITEC, 2008.

AURÉLIO, Diogo Pires. Antinomias da Razão de Estado. In: BENTO, António. *Razão de Estado e Democracia*. São Paulo: Almedina, 2012.

BARATA, Maria do Rosário Themudo. "Portugal e a Europa na Época Moderna" In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. p. 107-128.

BARROS, Alberto Ribeiro de. *A Teoria da Soberania de Jean Bodin*. São Paulo: Saraiva, 2000.

BENTON, Lauren. *A Search for Sovereignty: Law and Geography in European Empires 1400-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003..

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002

CALAFATE, Pedro (org.). *História do Pensamento Filosófico Português*. v. 2 e 3. Lisboa: Caminho, 2001.

CALAFATE, Pedro. *A Ideia de Natureza no Século XVIII em Portugal (1740-1800)*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2005.

CÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Como Escrever a História do Novo Mundo*. São Paulo: EdUSP, 2011.

CARVALHO, Flavio Rey de. *Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra. 1772*. Dissertação (mestrado em História) - Universidade de Brasília, 2007.

CARVALHO JR, Eduardo Teixeira de. *Luis Antonio Verney e o iluminismo português*. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, 2005.

CASSIRER, E. *A filosofia do iluminismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

CASTELLO, José Aderaldo. *O Movimento Academicista no Brasil, 1641-1820-22*. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1969.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CHICANGANA BAYONA, Yobenj Aucardo. *Imago Gentilis Brasilis: modelos de representação pictórica do Índio da Renascença*. Tese (doutorado em História Social) - Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.

CIDADE, Hernani. *Ensaio Sobre a crise cultural do século XVIII [(1929)]*. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

CLAVAL, Paul. *História da Geografia*. São Paulo: Edições 70 Brasil, 2007.

COELHO, Geraldo Mártires. *O Espelho da Natureza: poder, escrita e imaginação na revelação do Brasil*. Belém: Paka-Tatu, 2009.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. São Paulo: Horizonte, 2008.

CORTESÃO, Jaime. A reação ao tratado de Tordesilhas e o mito da Ilha Brasil. In: *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. v. 2. Lisboa: Portugalia, 1966.

COSTA, Mário Julio de Almeida. *História do Direito Português*. São Paulo: Almedina, 2010.

COUTINHO, Ana-Sofia de Almeida. *Imagens Cartográficas de Portugal na Primeira Metade do Século XVIII*. Dissertação - (mestrado em Estudos Regionais e Locais) - Universidade do Porto. Porto, 2007.

COXITO, Armando; SOARES, Maria Luísa. Pedro da Fonseca. In: Pedro Calafate (org.). *História do Pensamento Filosófico Português*. v.2. Lisboa: Caminho, 2001.

DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998

DELEUZE, Gilles. *Espinosa: Filosofia prática*. São Paulo: Escuta Editora, 2002.  
FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma Arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRAGOSO, José Manuel. *História Diplomática de Portugal*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1997.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *A Construção do Brasil na Literatura de Viagem dos Séculos XVI, XVII e XVIII: antologia de textos (1591-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Unesp, 2012.

FURTADO, Júnia Ferreira. "Guerra, diplomacia e mapas: A Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América Portuguesa na Cartografia D'Anville". *Topoi*. v. 12, n. 23. jul-dez, 2011.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da Geografia Iluminista. Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: IEAT/ Editora UFMG, 2012.

GAY, Peter. *The Enlightenment: the rise of modern paganism* [(1966)]. New York; London, W. W. Norton, 1996.

GONÇALVES, Maria Filomena. "A Marca Lexicográfica 'Termo do Brasil' no Vocabulário Portuguez e Latino de D. Rafael Bluteau". *Alfa*. n. 50, v. 2. São Paulo, p. 205-228, 2008.

GRUZINSKI, Serge. *Las Cuatro Partes del Mundo: historia de una mundialización*. México: Fondo de Cultura Económica, 2010.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HANSEN, J. A. A civilização pela palavra. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cythia G. (orgs.). *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HANSEN, J. A. Letras coloniais e historiografia literária. *Matraga*. Rio de Janeiro, v. 18, p. 13-44, 2006.

HAZARD, Paul. *La Crise de la Conscience Européene: 1680-1715*. Paris: Librairie Générale Française, 2009.

HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina. Os poderes num império oceânico. In: MATTOSO, José (Dir.) e HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

HENRY, John. *A revolução científica e as origens da ciência moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ISRAEL, Jonathan. *Iluminismo Radical: a filosofia e a construção da modernidade. 1650-1750*. São Paulo: Madras, 2009.

JODELET, Denise. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, Denise (Ed.) *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989. Disponível em <<http://portal.estacio.br/media/3432753/jodelet-drs-um-dominio-em-expansao.pdf>>. Consultado em 26 de abril/2015, p. 1.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Psicologia Social, Saber, Comunidade e Cultura. *Psicologia & Sociedade*, n. 16, v. 2, p. 20-31. maio/agosto, 2004.

KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2004.

KANTOR, Iris. "A Academia Real de História Portuguesa e a Defesa do Patrimônio Ultramarino". In: BICALHO, M. F.; FERLINI, V. L. A. *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 257-276.

KANTOR, Iris. Do Dilúvio Universal à Pai Tomé: fundamentos teológico-políticos e mensuração do tempo na historiografia brasileira (1724-1759). *Cultura: revista de história e teoria das ideias*, v. 24, p. 181-193, 2007.



KANTOR, Iris. Usos diplomáticos da ilha Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*, v. 37, p. 70-80, 2007.

KANTOR, Iris. As academias brasileiras e a transmissão da cultura letrada: os Esquecidos e os Renascidos (1724-1759). In: Rodrigo Monteiro; Ronaldo Vainfas. *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009.

KANTOR, Iris. "Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850)" in: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v. 17 n. 2 p. 39-61, jul-dez. 2009.

KANTOR, Iris. "Soberania e territorialidade colonial: Academia Real de História Portuguesa e a América Portuguesa (1720)". In: DORÉ, Andrea; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). *Temas Setecentistas: governos e populações no império português*. Curitiba: UFPR, 2009, v. 1. P. 232-239.

KANTOROWICZ, Ernst. *Os Dois Corpos do Rei – Um estudo sobre teologia medieval*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2000.

KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

LE GOFF, Jacques. *Uma breve história da Europa*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LIMA, Sheila Conceição Silva. Cisma: Tradição e modernidade na diplomacia de D. João V. *Tempos Históricos*. v. 13, jan/jun. 2009, p. 103-113.

MACEDO, Jorge Borges. *História Diplomática Portuguesa: constantes e linhas de força*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 1987.

MACHADO, Marcelo Forneiro. *A Evolução do Conceito de Soberania e a Análise de suas Problemáticas Interna e Externa*. Dissertação (Mestrado em Direito) - São Paulo: PUCSP, 2009.

MACHADO, Roberto. "Linguagem e Literatura". In: *Foucault, a Filosofia e a Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 139-175, 2001.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O projecto de D. Luís da Cunha para o Império Português*. Estudos em Homenagem a Luís Antônio de Oliveira Ramos. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. p. 653-659.

MALERBA, Jurandir. Teoria e História da Historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MANDUNCO, Alessandro. História e Quinto Império em Antônio Vieira. *Topói*, v. 6, n. 11, jul-dez 2005, pp. 246-260.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho*. A monarquia portuguesa e a colonização da América: 1640-1720. São Paulo: FAPESP/Hucitec/Instituto Camões, 2002.

MORAES, Antônio Carlos Robert. El sertón como el 'otro' geográfico. In: BERTONCELLO, R, CARLOS, A. (Org.). *Procesos Territoriales en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Instituto de Geografía, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2003.

MOSCOVICI, Serge. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História*. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII. Coimbra: Minerva, 2003.

NICOLLAZI, Fernando. Entre “letras e armas”, a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVII. *Almanack Brasiliense*. São Paulo, n.11, p. 40-51, mai 2010.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, Maria Lêda. *História do Brasil de Frei Vicente do Salvador: história e política no Império Português do século XVII*. Rio de Janeiro, Versal; São Paulo, Odebrecht, 2008.

OUTRAM, Dorinda. *The Enlightenment: new approaches to European history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

PAGDEN, Anthony. *The Fall of Natural Man: the American Indian and the origins of comparative ethnology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

PAGDEN, Anthony. Commerce and Conquest: Hugo Grotius and Serafim de Freitas on the Freedom of the Seas. *Mare Liberum*. v. 20, 2000. p. 33-55.

PAGDEN, Anthony. *European Encounters with the New World: from Renaissance to Romanticism*. New Haven: Yale University, 1998.

PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*. São Paulo: EDUSP; Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras In: MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras Culturais: Brasil - Uruguai - Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Fapesp/Hucitec/Edusp, 2002.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Marcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

RODRIGUES, José Damião. Geopolítica e Migrações no Contexto de Utrecht: colonos portugueses no Brasil meridional. *Cadernos de Historia Moderna*. v. XII, 2013, p.101-118.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no Coração das Minas. Ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001.

SACK, Robert David. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SALDANHA, António Vasconcelos de. *Justum Imperium. Dos Tratados como Fundamento do Império dos Portugueses no Oriente - Estudo de História do Direito Internacional e do Direito Português*. Lisboa: Fundação Oriente / Instituto Português do Oriente, 1997.

SCHWARTZ, Stuart B. "Impérios intolerantes: unidade religiosa e o perigo da tolerância nos impérios ibéricos da Época Moderna". In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; VAINFAS, Ronaldo. *Império de Várias Faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009.

SEED, Patrícia. *Cerimônias de Posse na Conquista Europeia do Novo Mundo (1492-1640)*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

SILVA, Abilio Diniz. D. Luís da Cunha: Diplomata e 'Oráculo' da Política (1662-1749). *Clio: Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. n. 18/19, 2008-2009. p. 115-194.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. Poder e episteme na erudição histórica do Portugal setecentista: uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720-1721). *História da Historiografia, Ouro Preto*, n. 3, set. 2009. p. 204-215.

SILVA DIAS, José Sebastião da. *Portugal e a Cultura Europeia (séculos XVI a XVIII)*. Porto: Campo das Letras, 2006.

SILVEIRA, Pedro Teles da. *O cego e o coxo: Crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2012.

SILVESTRE, João Paulo. "A Tradução do Discurso Enciclopédico para a Língua Portuguesa". In: VERDELHO, T.; SILVESTRE, J. P. (orgs.). *Dicionarística Portuguesa: inventariação e estudo do patrimônio lexicográfico*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2007. p. 153-161.

SIMEÃO. Álvaro Osório do Valle. Soberania, Constitucionalismo e Mundialização do Direito. *Jus Navegandi*, Teresina, ano 13, n. 6, jul. 2008. Disponível em: < <http://jus.com.br/revista/texto/11403>>. Acesso em 15 de Janeiro de 2015.

SINKEVISQUE, Eduardo. Breve Relação Sobre o Tratado Político (1715) de Sebastião da Rocha Pita ou Uma Notícia Dividida em Quatro Anatomias. *Estudos Portugueses e Africanos*. Campinas, p. 59-80, Jun./Dez. 2000.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SOUZA, Laura de Mello e. O nome do Brasil. *Revista de História*, n. 145, 2001. p. 61-86.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

THOMAZ, Luís Filipe F. R. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: DIFEL, 1998.

TOSI, Giuseppe. Guerra e Direito no Debate Sobre a Conquista da América (Século XVI). *Verba Juris*. Ano 5, n. 5, jan./dez. 2006, p.277-320.

TUMA, Sofia Valdez. *A Neutralidade Portuguesa no Século XVIII: De Hugo Grócio à Ação Política e Diplomática*. Tese (doutoramento em História). Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2010.

VALVERDE, Nuria; LAFUENTE, Antonio. Space Production and Spanish Imperial Geopolitics. In: BLEICHMAR, Daniela et. al. *Science in the Spanish and Portuguese Empires*. Stanford: Stanford University Press, 2009. p. 198-215.

VIEIRA, Diogo Lúcio. Livros científicos na circulação livreira portugal-brasil (1768-1800) ilustração e renovação cultural e pedagógica. In: VI CONGRESSO

LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. *Anais do VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação*, Uberlândia, 2006.

ZERON, Carlos. *Linha de Fé: A Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Edusp, 2011.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. A Ocidente do Ocidente: linhas e perspectivas em confronto. *Revista de História*. São Paulo, n. 170, p. 77-106. jan.-jun. 2014.